



**INSTITUTO
FEDERAL**
Farroupilha

PROJETO PEDAGÓGICO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

LICENCIATURA EM **MATEMÁTICA**

Campus JÚLIO DE CASTILHOS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO LICENCIATURA EM **MATEMÁTICA**

Campus Júlio de Castilhos

Autorizado pela Resolução nº 022, de 14 de novembro de 2008, do Conselho Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul. (Reformulado pela Resolução nº 044, do Conselho Superior, de 08 de outubro de 2010).

Aprovado Ajuste Curricular pela Resolução nº 069, do Conselho Superior, de 22 de dezembro de 2010.

Aprovado Ajuste Curricular pela Resolução *Ad Referendum* nº 050, do Conselho Superior, de 18 de outubro de 2011.

Aprovado Ajuste Curricular pela Resolução *Ad Referendum* nº 052, do Conselho Superior, de 18 de outubro de 2011.

Reformulado pela Resolução *Ad Referendum* nº 016, do Conselho Superior, de 20 de abril de 2011.

Aprovada a Convalidação da oferta para o IF Farroupilha pela Resolução nº 046, do Conselho Superior, de 20 de junho de 2013.

Reconhecido pela Portaria MEC nº 297, de 09 de julho de 2013.

Ajuste Curricular aprovado pela Resolução nº 161, do Conselho Superior, de 28 de novembro de 2014.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA
E TECNOLOGIA FARROUPILHA



Michel Temer

Presidente da República

Rossieli Soares da Silva

Ministro da Educação

Eline Neves Braga Nascimento

Secretário da Educação Profissional e
Tecnológica

Carla Comerlato Jardim

Reitora do Instituto Federal Farroupilha

Edison Gonzague Brito da Silva

Pró-Reitor de Ensino

Raquel Lunardi

Pró-Reitora de Extensão

Arthur Frantz

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e
Inovação

Nídia Heringer

Pró-Reitora de Desenvolvimento Institu-
cional

Vanderlei José Pettenon

Pró-Reitora de Administração

Rodrigo Carvalho Carlotto

Diretora Geral do *Campus*

Silvia Regina Montagner

Diretora de Ensino *Campus*

Cleonice Iracema Graciano dos Santos

Coordenadora Geral de Ensino do
Campus

Siomara Cristina Broch Lago

Coordenadora do Curso

Equipe de revisão

Elisângela Fouchy Schons

Siomara Cristina Broch Lago

Graciele de Borba Gomes Arend

Elenir de Fátima Cazzarotto Mousquer

Lorens Estevan Buriol Sigüeñas

Colaboração Técnica

Núcleo Pedagógico do *Campus* Júlio de
Castilhos

Assessoria Pedagógica da PROEN

Revisor Textual

Sandra Maria do Nascimento de Oliveira

SUMÁRIO

1.	DETALHAMENTO DO CURSO	8
2.	CONTEXTO EDUCACIONAL.....	9
2.1.	Histórico da Instituição	9
2.2.	Justificativa de oferta do curso	10
2.3.	Objetivos do Curso.....	11
2.3.1.	Objetivo Geral.....	11
2.3.2.	Objetivos Específicos	12
2.4.	Requisitos e formas de acesso	12
3.	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO.....	13
3.1.	Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão	13
3.2.	Políticas de Apoio ao discente	14
3.2.1.	Assistência Estudantil	14
3.2.2.	Núcleo Pedagógico Integrado (NPI).....	15
3.2.3.	Atendimento Pedagógico, Psicológico e Social	16
3.2.4.	Atividades de Nivelamento.....	17
3.2.5.	Mobilidade Acadêmica	17
3.2.6.	Educação Inclusiva.....	18
3.2.6.1.	Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE).....	19
3.2.6.2.	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI).....	20
3.2.6.3.	Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS)	22
3.3.	Programa Permanência e Êxito.....	24
3.3.1.	Acompanhamento de Egressos	24
4.	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	25
4.1.	Perfil do Egresso.....	25
4.1.1.	Áreas de atuação do Egresso.....	26
4.2.	Metodologia.....	26
4.3.	Organização curricular	28
4.4.	Matriz Curricular	30
4.4.1.	Pré-Requisitos.....	33

4.5.	Representação gráfica do perfil de formação.....	35
4.6.	Prática Profissional.....	36
4.6.1.	Prática enquanto Componente Curricular - PeCC	36
4.6.2.	Estágio Curricular Supervisionado	36
4.8.	Disciplinas Eletivas	40
4.9.	Avaliação	41
4.9.1.	Avaliação da Aprendizagem	41
4.9.2.	Autoavaliação Institucional	41
4.9.3.	Avaliação do Curso	42
4.10.	Critérios e procedimentos para aproveitamento de estudos anteriores	43
4.11.	Critérios e procedimentos de certificação de conhecimento e experiências anteriores	43
4.12.	Expedição de Diploma e Certificados.....	44
4.13.	Ementário.....	44
4.13.1.	Componentes curriculares obrigatórios	44
4.13.2.	Componentes curriculares eletivos	69
4.13.2.1.	Eletivas Pedagógicas.....	69
4.13.2.2.	Eletivas Específicas	71
5.	CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO	74
5.1.	Corpo Docente	74
5.2.	Atribuições do Coordenador.....	74
5.3.	Colegiado do Curso	75
5.4.	Núcleo Docente Estruturante (NDE).....	75
5.5.	Corpo Técnico Administrativo em Educação	76
5.6.	Políticas de capacitação do corpo Docente e Técnico Administrativo em Educação	78
6.	INSTALAÇÕES FÍSICAS.....	79
6.1.	Biblioteca	79
6.2.	Áreas de ensino específicas	79
6.3.	Áreas de esporte e convivência	80
6.4.	Áreas de atendimento ao discente	80
7.	REFERÊNCIAS	82
8.	ANEXOS.....	84



1. DETALHAMENTO DO CURSO

Denominação do Curso: Curso Superior de Licenciatura em Matemática

Grau: Licenciatura

Modalidade: Presencial

Área de conhecimento (conforme tabela da CAPES): Ciências Exatas e da Terra

Ato de Criação do curso: Autorizado pela Resolução nº022, de 14 de novembro de 2008, do Conselho Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, Aprovada a Convalidação da oferta para o Instituto Federal Farroupilha pela Resolução nº 046, do Conselho Superior, de 20 de junho de 2013.

Quantidade de Vagas: 35

Turno de oferta: noturno

Regime Letivo: semestral

Regime de Matrícula: por componente curricular

Carga horária total do curso: 3376 horas

Carga horária de estágio: em horas: 400 horas

Carga Horária de PeCC (Prática enquanto Componente Curricular): 400 horas

Carga horária de ACC: 200 horas

Tempo de duração do Curso: 8 semestres (4 anos).

Tempo máximo para Integralização Curricular: 14 semestres (7 anos)

Periodicidade de oferta: Anual

Local de Funcionamento: Campus Júlio de Castilhos - RS 527 - Estrada de Acesso Secundário a Tupanciretã - Distrito de São João do Barro Preto - CEP 98130-000 - Júlio de Castilhos - Rio Grande do Sul/RS

Coordenador(a) do Curso: Siomara Cristina Broch Lago

Contato do(a) Coordenador(a): coordmatematica.jc@iffarroupilha.edu.br

2. CONTEXTO EDUCACIONAL

2.1. Histórico da Instituição

O Instituto Federal Farroupilha (IF Farroupilha) foi criado a partir da Lei nº 11.892/2008, mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul com sua Unidade Descentralizada de Júlio de Castilhos e da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, além de uma Unidade Descentralizada de Ensino que pertencia ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, situada no município de Santo Augusto. Assim, o IF Farroupilha teve na sua origem quatro *Campi*: *Campus* São Vicente do Sul, *Campus* Júlio de Castilhos, *Campus* Alegrete e *Campus* Santo Augusto.

No ano de 2010, o IF Farroupilha expandiu-se com a criação do *Campus* Panambi, *Campus* Santa Rosa e *Campus* São Borja; no ano de 2012, com a transformação do Núcleo Avançado de Jaguari em *Campus*; em 2013, com a criação do *Campus* Santo Ângelo e com a implantação do *Campus* Avançado de Uruguaiana. Em 2014, foi incorporado ao IF Farroupilha o Colégio Agrícola de Frederico Westphalen, que passou a chamar *Campus* Frederico Westphalen e foram instituídos seis Centros de Referência nas cidades de São Gabriel, Santa Cruz do Sul, Não-Me-Toque, Quaraí, Carazinho e Santiago. Assim, o IF Farroupilha constitui-se por dez *Campi* e um *Campus* Avançado, em que ofertamos cursos de formação inicial e continuada, cursos técnicos de nível médio, cursos superiores e cursos de pós-graduação, além de outros Programas Educacionais fomentados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Além desses *Campi*, o IF Farroupilha atua em 35 cidades do Estado, com 37 polos que ofertam cursos técnicos na modalidade de ensino a distância.

A sede do IF Farroupilha, a Reitoria, está localizada na cidade de Santa Maria, a fim de garantir condições adequadas para a gestão institucional, facilitando a comunicação e integração entre os *Campi*. Enquanto autarquia, o IF Farroupilha possui autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, atuando na oferta de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multi*Campi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Nesse sentido, os Institutos são equiparados às universidades, como instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais, além de detentores de autonomia universitária.

Com essa abrangência, o IF Farroupilha visa à interiorização da oferta de educação pública e de qualidade, atuando no desenvolvimento local a partir da oferta de cursos voltados para os arranjos produtivos, culturais, sociais e educacionais da região. Assim, o IF Farroupilha, com sua recente trajetória institucional, busca perseguir esse propósito, visando constituir-se em referência na oferta de educação profissional e tecnológica, comprometida com as realidades locais.

O *Campus* Júlio de Castilhos está situado no interior do município de Júlio de Castilhos, RS, na ERS 527 – estrada de acesso secundário para Tupanciretã. Localizado na Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense, possui uma área total de 42 hectares, incluindo um parque florestal, e fica a aproximadamente 7km da sede do município.

O local de instalação do *Campus* foi o antigo grupo escolar Centro Cooperativo de Treinamento Agrícola, fundado no ano de 1961, o qual tinha por meta a formação de jovens para o trabalho no meio rural. Em 1988, sob a administração municipal, foi implantada no local a Escola Municipal Agropecuária Júlio de Castilhos, atendendo alunos de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental, de forma integrada ao ensino agrícola. Alguns anos após, houve o fechamento da Escola Municipal, ficando o local desativado.

Em 2008, na Fase I da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, através de ação conjunta da administração municipal e do governo federal, por intermédio do CEFET São Vicente do Sul, foi implementada a Unidade Descentralizada de Ensino (UNED) de Júlio de Castilhos, inaugurada em 29 de maio de 2008. Com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a UNED foi transformada no *Campus* Júlio de Castilhos.

2.2. Justificativa de oferta do curso

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática busca a formação de profissionais com perfil diferenciado, com base no equilíbrio entre o conhecimento específico e as práticas educativas. Essa formação contempla os diversos campos de conhecimento e dá visibilidade à complexidade da docência. Para tal, estabelece articulações entre os saberes específicos, os científicos e os saberes dos educandos.

O IF Farroupilha – *Campus* Júlio de Castilhos visa atender a esse objetivo e fundamenta-se em dispositivos da Lei nº 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB, da Lei de Criação dos Institutos Federais, Lei 11892/2008, que preconiza a oferta de 20% das vagas dos Institutos Federais em cursos de licenciatura, e das normativas pertinentes à área.

A primeira turma do Curso Superior de Licenciatura em Matemática ingressou no primeiro semestre de 2009 e a segunda no segundo semestre do mesmo ano. A partir de 2010, o ingresso passou a ser anual. Levando-se em conta o perfil das turmas que ingressavam, bem como a constante necessidade de atualização curricular. Em 2011, a quarta turma de ingresso no curso iniciou com um Projeto Pedagógico de Curso remodelado, o qual foi amplamente discutido pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso, bem como com as comissões de elaboração do Projeto Pedagógico para a implantação do Curso Superior de Licenciatura em Matemática nos *Campi* Alegrete e Santa Rosa.

O Curso foi reconhecido pelo Ministério da Educação no ano de 2012 e teve a sua primeira turma formada no dia 05 de dezembro de 2013, ano em que já tinha muitos alunos aprovados em concursos públicos municipais da região para professores de matemática.

A oferta do Curso Superior de Licenciatura em Matemática no *Campus* Júlio de Castilhos do IF Farroupilha é justificada devido à demanda por profissionais devidamente habilitados para atuarem na disciplina de Matemática nas redes públicas e privada dos municípios da região de abrangência da 8ª e 9ª Coordenadorias Regionais da Educação; e também, por estabelecer um vínculo com a comunidade externa, no intuito de contemplar conhecimento, desenvolvimento e suprir as necessidades da região na qual está inserido.

Ainda, destaca-se o processo de verticalização, previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Farroupilha, que poderá ser proporcionado pelo Curso Superior de Licenciatura em Matemática, por constituir-se em uma oportunidade para os alunos egressos dos cursos técnicos do próprio IF Farroupilha continuarem os seus estudos em cursos superiores. Assim como aos licenciados em Matemática, que poderão prosseguir seus estudos na Pós-Graduação - Especialização em Gestão Escolar que o *Campus* oferta.

O curso pretende formar docentes em nível superior para atuarem no Ensino Fundamental e Médio, como professores de Matemática, bem como em todos os níveis e modalidades que essa disciplina se faz presente. Sendo assim, o licenciado em Matemática deverá estar apto a também atuar em Escolas Técnicas e na Educação de Jovens e Adultos, aproveitando-se o próprio espaço formativo para interagir com os elementos teórico-práticos que constituem a formação do professor Licenciado em Matemática, propiciados pelas práticas pedagógicas integradas que compõem a matriz curricular proposta para o curso.

Assim, esse projeto pedagógico apresenta o Curso Superior de Licenciatura em Matemática que atende as exigências do Parecer CNE/CES nº 1.302/2001 e da Resolução CNE/CES nº 3/2003, os quais estabelecem as Diretrizes Curriculares para os cursos de Bacharelado e Licenciatura em Matemática, bem como do Parecer CNE/CP nº 009/2001 e Resolução CNE/CP nº 02/2015 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da educação básica.

As diretrizes estabelecem, de modo geral, a seleção dos conteúdos, sua articulação com as didáticas específicas e o desenvolvimento das competências referentes ao “comprometimento com os valores inspiradores da sociedade democrática”; “à compreensão do papel social da escola”; “ao domínio dos conteúdos a serem socializados”; “ao domínio do conhecimento pedagógico”; “ao conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica”; “ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional.” Estabelecem, também, a organização da matriz curricular através de vários eixos articuladores: disciplinaridade e interdisciplinaridade; formação comum e formação específica; conhecimentos a serem ensinados; conhecimentos educacionais e pedagógicos (transposição didática) e dimensões teóricas e práticas.

O Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Matemática deve ser continuamente revisitado, a fim de afirmar a construção coletiva, o valor e o significado para cada sujeito e para a comunidade educacional. Os segmentos do IF Farroupilha mantêm-se empenhados na manutenção da qualidade de ensino oferecida no curso, sendo, para tanto, consideradas as informações das escolas da comunidade quanto ao desempenho dos acadêmicos e dos egressos do curso que atuaram e/ou atuam nestas instituições.

2.3. Objetivos do Curso

2.3.1. Objetivo Geral

O Curso Superior de Licenciatura em Matemática tem como objetivo geral formar profissionais qualificados capazes de atuar na Educação Básica e em outros espaços educativos, formais ou informais, bem como de prosseguirem

seus estudos na pós-graduação, possibilitando a formação de cidadãos com embasamento teórico-metodológico e de futuros professores com capacidade de posicionarem-se de maneira crítica, criativa, responsável, construtiva e autônoma no processo escolar e social.

2.3.2. Objetivos Específicos

- Propiciar a inserção no mundo do trabalho de profissionais Licenciados em Matemática para a educação de cidadãos capazes de conhecer, analisar, detectar e propor alternativas para a melhoria das condições de educação da região.
- Capacitar os educandos para desenvolverem projetos educacionais, bem como experimentos e modelos teóricos pertinentes à sua atuação.
- Construir ferramentas de valor pedagógico no domínio e uso da Matemática, Informática, História e Filosofia das Ciências, e de disciplinas complementares à sua formação.
- Formar educadores que compreendam a matemática inserida na realidade educacional brasileira, no contexto social, cultural, econômico e político.
- Propiciar meios para que o licenciando domine em profundidade e extensão o conteúdo de matemática na sua visão estrutural e sequencial.
- Proporcionar a formação de um educador capaz de romper com a fragmentação dos conteúdos, que atravessa as tradicionais fronteiras disciplinares, desenvolvendo uma práxis interdisciplinar.
- Favorecer a integração da teoria e prática, tanto na ação educativa quanto no aperfeiçoamento de estudo.
- Incentivar o acadêmico, futuro professor, a acompanhar a evolução da Educação Matemática, das Tecnologias de Informação e das ciências pedagógicas necessárias à formação permanente do profissional.
- Incentivar a participação dos acadêmicos nas atividades de extensão por meio do intercâmbio acadêmico - institucional na região onde está inserido.
- Formar um profissional qualificado, aberto ao diálogo, capaz de agir com autonomia, de criar, de decidir, de adaptar-se às mudanças, construindo e reconstruindo permanentemente o conhecimento.

2.4. Requisitos e formas de acesso

Os cursos de graduação do IF Farroupilha seguem regulamentação institucional própria no tocante aos requisitos e formas de acesso. Este processo é aprovado pelo Conselho Superior através de uma Resolução geral, para todos os níveis. Além disso, a cada ano é lançado um Edital para Cursos de Graduação, sob responsabilidade da Comissão de Processo Seletivo, com base no exposto na Portaria nº 40/2007, o qual contempla de maneira específica cada curso e

a legislação atual relativa a distribuição de vagas e percentuais de reserva de vagas para PNEs. Estas informações podem ser encontradas no Portal Institucional do IF Farroupilha.

3. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

3.1. Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão

As políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito do Curso Superior de Licenciatura em Matemática estão em consonância com as políticas constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal Farroupilha, as quais convergem e contemplam as necessidades do curso.

O ensino proporcionado pelo IF Farroupilha é oferecido por cursos e programas de formação inicial e continuada, de educação profissional técnica de nível médio e de educação superior de graduação e de pós-graduação, desenvolvidos articuladamente à pesquisa e à extensão, sendo o currículo fundamentado em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no seu projeto Político Pedagógico Institucional e norteadas pelos princípios da estética, da sensibilidade, da política, da igualdade, da ética, da identidade, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da educação como processo de formação na vida e para a vida, a partir de uma concepção de sociedade, trabalho, cultura, ciência, tecnologia e ser humano.

Além das atividades de ensino realizadas no âmbito do currículo, a instituição oferece o financiamento a Projetos de Ensino através do Programa Institucional de Projetos de Ensino (PROJEN), com vistas ao aprofundamento de temas relacionados à área formativa do curso, nos quais os alunos participantes podem atuar como bolsistas, monitores, público alvo ou ainda visando aprofundar seus conhecimentos.

As ações de pesquisa do IF Farroupilha constituem um processo educativo para a investigação, objetivando a produção, a inovação e a difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, artístico-culturais e desportivos, articulando-se ao ensino e à extensão e envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, ao longo de toda a formação profissional, com vistas ao desenvolvimento social, tendo como objetivo incentivar e promover o desenvolvimento de programas e projetos de pesquisa, articulando-se com órgãos de fomento e consignando em seu orçamento recursos para esse fim. Neste sentido, são desenvolvidas ações de apoio à iniciação científica, a fim de despertar o interesse pela pesquisa e instigar os estudantes na busca de novos conhecimentos.

O IF Farroupilha possui um Programa Institucional de Pesquisa, que prevê o Processo Seletivo de Cadastro e Aprovação de Projetos de Pesquisa – Boas Ideias, o qual aprova e classifica os projetos; Mentres Brilhantes, que disponibiliza taxa de bancada para custear o projeto e Jovens Cientistas, que oferece bolsa para alunos, além de participar de editais do CNPq (PIBIC-AF, PIBIC, PIBIC-EM; PIBITI), da Capes (PIBID, LIFE, Prodência, Jovens talentos para a Ciência) e da FAPERGS (PROBITI, PROBIC). No mesmo enfoque, há o Programa Institucional de Incentivo à Produtividade em Pesquisa e Inovação Tecnológica do Instituto Federal Farroupilha, que oferece bolsa de pesquisador para os docentes.

As ações de extensão constituem um processo educativo, científico, artístico-cultural e desportivo que se articula ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, com o objetivo de intensificar uma relação transformadora entre o IF Farroupilha e a sociedade e tem por objetivo geral incentivar e promover o desenvolvimento de programas e projetos de extensão, articulando-se com órgãos de fomento e consignando em seu orçamento recursos para esse fim.

O Instituto possui o programa institucional de incentivo à extensão (PIEX), no qual os estudantes podem auxiliar os coordenadores na elaboração e execução destes projetos. Os trabalhos de pesquisas e extensão desenvolvidos pelos acadêmicos podem ser apresentados: na Mostra Acadêmica Integrada do *Campus* e na Mostra da Educação Profissional e Tecnológica promovida por todos os *Campi* do Instituto, além disso, é dado incentivo a participação de eventos, como Congressos, Seminários entre outros, que estejam relacionados a área de atuação dos mesmos.

Os estudantes do Curso Superior de Licenciatura em Matemática são estimulados a participar dos projetos e atividades na área de ensino, pesquisa e extensão, os quais poderão ser aproveitados no âmbito do currículo como atividade complementar, conforme normativa prevista neste PPC.

3.2. Políticas de Apoio ao discente

Nos tópicos abaixo estão descritas as políticas do IF Farroupilha voltadas ao apoio aos discentes, destacando-se as políticas de assistência aos estudantes, apoio pedagógico, psicológico e social, oportunidades para mobilidade acadêmica e educação inclusiva.

3.2.1. Assistência Estudantil

A Assistência Estudantil do IF Farroupilha é uma Política de Ações, que têm como objetivos garantir o acesso, o êxito, a permanência e a participação de seus alunos no espaço escolar. A Instituição, atendendo o Decreto nº7234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), aprovou por meio da Resolução nº12/2012 a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, a qual estabelece os princípios e eixos que norteiam os programas e projetos desenvolvidos nos seus *Campi*.

A Política de Assistência Estudantil abrange todas as unidades do IF Farroupilha e tem entre os seus objetivos: promover o acesso e permanência na perspectiva da inclusão social e da democratização do ensino; assegurar aos estudantes igualdade de oportunidades no exercício de suas atividades curriculares; promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios de caráter cultural, artístico, científico e tecnológico; bem como estimular a participação dos educandos, por meio de suas representações, no processo de gestão democrática.

Para cumprir com seus objetivos, o setor de Assistência Estudantil possui alguns programas como: Programa de Segurança Alimentar e Nutricional; Programa de Promoção do Esporte, Cultura e Lazer; Programa de Atenção à Saúde; Programa de Apoio à Permanência; Programa de Apoio Didático-Pedagógico, entre outros.

Dentro de cada um desses programas existem linhas de ações, como, por exemplo, auxílios financeiros aos estudantes, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade social (auxílio permanência, auxílio transporte, auxílio eventual, auxílio atleta e apoio financeiro a participação em eventos), em alguns *Campi*, moradia estudantil.

A Política de Assistência Estudantil, seus programas, projetos e ações, é concebida como um direito do estudante, garantido e financiado pela Instituição por meio de recursos federais, assim como pela destinação de, no mínimo, 5% do orçamento anual de cada *Campus* para esse fim.

Para o desenvolvimento dessas ações, cada *Campus* do IF Farroupilha possui em sua estrutura organizacional uma Coordenação de Assistência Estudantil (CAE), que, juntamente com uma equipe especializada de profissionais e de forma articulada com os demais setores da Instituição, trata dos assuntos relacionados ao acesso, permanência, sucesso e participação dos alunos no espaço escolar.

A CAE do *Campus* Júlio de Castilhos é composta, atualmente, por uma equipe de 12 servidores, como Médico, Odontólogo, Nutricionista, dois Psicólogos, uma Técnica em Enfermagem, uma Enfermeira, uma Assistente Social e quatro Assistentes de Alunos. Em termos de infraestrutura são oferecidos: refeitório, sala de convivência, centro de saúde e espaço para as organizações estudantis.

3.2.2. Núcleo Pedagógico Integrado (NPI)

O Núcleo Pedagógico Integrado (NPI) é um órgão estratégico de planejamento, apoio e assessoramento didático-pedagógico, vinculado à Direção de Ensino do *Campus*, ao qual cabe auxiliar no desenvolvimento do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), no Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI) e na Gestão de Ensino do *Campus*, comprometido com a realização de um trabalho voltado às ações de ensino e aprendizagem, em especial no acompanhamento didático-pedagógico, oportunizando, assim, melhorias na aprendizagem dos estudantes e na formação continuada dos docentes e técnico-administrativos em educação.

O NPI é constituído por servidores que se inter-relacionam na atuação e operacionalização das ações que permeiam os processos de ensino e aprendizagem na instituição. Tendo como membros natos os servidores no exercício dos seguintes cargos e/ou funções: Diretor (a) de Ensino; Coordenador(a) Geral de Ensino; Pedagogo(o); Responsável pela Assistência Estudantil no *Campus*; Técnico(s) em Assuntos Educacionais lotado(s) na Direção de Ensino. Além dos membros citados poderão ser convidados para compor o Núcleo Pedagógico Integrado, como membros titulares, outros servidores efetivos do *Campus*.

A finalidade do NPI é proporcionar estratégias, subsídios, informações e assessoramento aos docentes, técnico-administrativos em educação, educandos, pais e responsáveis legais, para que possam acolher, entre diversos itinerários e opções, aquele mais adequado enquanto projeto educacional da instituição e que proporcione meios para a formação integral, cognitiva, inter e intrapessoal e a inserção profissional, social e cultural dos estudantes.

Além do mais, a constituição desse núcleo tem como objetivo, promover o planejamento, implementação, desenvolvimento, avaliação e revisão das atividades voltadas ao processo de ensino e aprendizagem em todas as suas modalidades, formas, graus, programas e níveis de ensino, com base nas diretrizes institucionais.

O envolvimento do NPI abrange em seu trabalho a elaboração, reestruturação e implantação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o desenvolvimento de atividades voltadas à discussão, orientação, elaboração e garantia de execução dos Projetos Pedagógicos dos Cursos em todos os níveis e modalidades ofertados no *Campus*, a divulgação e orientação sobre novos saberes, legislações da educação e ensino técnico e tecnológico, na prevenção de dificuldades que possam interferir no bom inter-relacionamento entre todos os integrantes das comunidades educativas do *Campus*, garantindo a comunicação clara, ágil e eficiente entre os envolvidos nas ações de ensino e aprendizagem, para efetivar a coerência e otimizar os resultados, como também demais objetivos e atividades que venham ao encontro a garantia da qualidade de ensino que esteja relacionada com a finalidade e objetivos do NPI de cada *Campus*.

3.2.3. Atendimento Pedagógico, Psicológico e Social

O IF Farroupilha – *Campus* Júlio de Castilhos possui uma equipe de profissionais voltada ao atendimento pedagógico, psicológico e social dos estudantes, tais como: psicólogo, pedagogo, educador especial, assistente social, técnico em assuntos educacionais e assistentes de alunos.

A partir do organograma institucional estes profissionais atuam em setores como: Coordenação de Assistência Estudantil (CAE), Coordenação de Ações Inclusivas (CAI) e Núcleo Pedagógico Integrado (NPI), os quais desenvolvem ações que tem como foco o atendimento ao discente.

O atendimento psicopedagógico compreende atividades de orientação e apoio ao processo de ensino e aprendizagem, tendo como foco não apenas o estudante, mas todos os sujeitos envolvidos, resultando, quando necessário, na reorientação deste processo.

As atividades de apoio psicopedagógico atenderão a demandas de caráter pedagógico, psicológico, social, psicopedagógico, entre outros, através do atendimento individual e/ou em grupos, com vistas à promoção, qualificação e ressignificação dos processos de ensino e aprendizagem.

Os estudantes com necessidades especiais de aprendizagem terão atendimento educacional especializado pelo Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE), que visa oferecer suporte ao processo de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, envolvendo também orientações metodológicas aos docentes para a adaptação do processo de ensino às necessidades desses sujeitos.

As ações desenvolvidas no *Campus* Júlio de Castilhos, no âmbito psicopedagógico, abrangem principalmente alunos e professores. Em geral, o trabalho está orientado para o acompanhamento pedagógico e psicológico dos atores

institucionais. Nesse panorama, questões como a mediação de conflitos familiares e o atendimento individual de alunos e professores constituem-se em ações rotineiras do setor de assistência estudantil.

Além disso, o setor realiza encaminhamentos dos alunos que apresentam problemas (psicológicos, disciplinares, aprendizagem, pedagógicos, saúde, etc.), diante das solicitações registradas pelos diferentes segmentos da comunidade escolar.

Por fim, ainda cabe ressaltar a participação da equipe em Comissões Disciplinares. Durante essas atividades, o desempenho e o comportamento dos alunos são analisados e avaliados. Nesses momentos, alunos, docentes, equipe pedagógica e setor de assistência estudantil procuram contribuir para uma melhora no desempenho escolar.

3.2.4. Atividades de Nivelamento

Entende-se por nivelamento o desenvolvimento de atividades formativas que visem recuperar conhecimentos que são essenciais para o que o estudante consiga avançar no itinerário formativo de seu curso com aproveitamento satisfatório. Tais atividades serão asseguradas ao discente, por meio de:

- a) disciplinas de formação básica, na área do curso, previstas no próprio currículo do curso, visando retomar os conhecimentos básicos a fim de dar condições para que os estudantes consigam prosseguir no currículo;
- b) projetos de ensino elaborados pelo corpo docente do curso, aprovados no âmbito do Programa Institucional de Projetos de Ensino, voltados para conteúdos/temas específicos com vistas à melhoria da aprendizagem nos cursos superiores;
- c) programas de educação tutorial, que incentivem grupos de estudo entre os estudantes de um curso, com vistas à aprendizagem cooperativa;
- d) demais atividades formativas promovidas pelo curso, para além das atividades curriculares que visem subsidiar/sanar as dificuldades de aprendizagem dos estudantes.

O Nivelamento no Curso Superior de Licenciatura em Matemática, do *Campus* Júlio de Castilhos, é desenvolvido através de projetos extraclasse, como atendimento em horário diferenciado, participação em monitorias, em que alunos de níveis avançados estudam e auxiliam, com a supervisão dos professores, os colegas dos semestres iniciais, entre outros.

3.2.5. Mobilidade Acadêmica

O IF Farroupilha mantém programas de mobilidade acadêmica entre instituições de ensino do país e instituições de ensino estrangeiras, através de convênios interinstitucionais ou através da adesão a Programas governamentais, visando incentivar e dar condições para que os estudantes enriqueçam seu processo formativo a partir do intercâmbio com outras instituições e culturas.

As normas para a Mobilidade Acadêmica estão definidas no Regulamento aprovado pela Resolução nº 012/2014 do Conselho Superior do IF Farroupilha.

Dentre as oportunidades de mobilidade acadêmica internacional, previstas para o Curso Superior de Licenciatura em Matemática, há o incentivo à participação dos discentes no Programa Ciência sem Fronteiras. E, quanto à mobilidade acadêmica nacional, a mesma se dará em instituição de ensino brasileira que seja conveniada ao IF Farroupilha.

3.2.6. Educação Inclusiva

Entende-se como educação inclusiva a garantia de acesso e permanência do estudante na instituição de ensino e do acompanhamento e atendimento do egresso no mundo do trabalho, respeitando as diferenças individuais, especificamente, das pessoas com deficiência, diferenças étnicas, de gênero, cultural, socioeconômica, entre outros.

O Instituto Federal Farroupilha priorizará ações inclusivas voltadas às especificidades dos seguintes grupos sociais, com vistas à garantia de igualdade de condições e oportunidades educacionais:

I - pessoas com necessidades educacionais específicas: consolidar o direito das pessoas com deficiência visual, auditiva, intelectual, físico motora, múltiplas deficiências, altas habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento, bem como Transtorno do Espectro Autista, promovendo sua emancipação e inclusão nos sistemas de ensino e nos demais espaços sociais;

II - gênero e diversidade sexual: o reconhecimento, o respeito, o acolhimento, o diálogo e o convívio com a diversidade de orientações sexuais fazem parte da construção do conhecimento e das relações sociais de responsabilidade da escola como espaço formativo de identidades. Questões ligadas ao corpo, à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, à gravidez precoce, à orientação sexual, à identidade de gênero são temas que fazem parte desta política;

III – diversidade étnica: dar ênfase nas ações afirmativas para a inclusão da população negra e da comunidade indígena, valorizando e promovendo a diversidade de culturas no âmbito institucional;

V – oferta educacional voltada às necessidades das comunidades do campo: medidas de adequação da escola à vida no campo, reconhecendo e valorizando a diversidade cultural e produtiva, de modo a conciliar tais atividades com a formação acadêmica;

VI - situação socioeconômica: adotar medidas para promover a equidade de condições aos sujeitos em vulnerabilidade socioeconômica.

Para a efetivação das ações inclusivas, o IF Farroupilha constituiu o Plano Institucional de Inclusão, que promoverá ações com vistas:

I – à preparação para o acesso;

II – a condições para o ingresso;

III - à permanência e conclusão com sucesso;

IV - ao acompanhamento dos egressos.

Para auxiliar na operacionalização da Política de Educação Inclusiva, o *Campus* Júlio de Castilhos conta com a Coordenação de Ações Inclusivas (CAI), que constitui os Núcleos Inclusivos de Apoio aos Estudantes (NAE), Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE), Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS).

Há também, na Reitoria, o Núcleo de Elaboração e Adaptação de Materiais Didático/pedagógicos – NEAMA do IF Farroupilha. (Resolução CONSUP nº 033/2014), que tem como objetivo principal o desenvolvimento de materiais didático/pedagógicos acessíveis aos estudantes e servidores com deficiência visual incluídos na Instituição. Os materiais produzidos podem ser tanto em Braille quanto em formato acessível, para aqueles que utilizam leitor de tela. O NEAMA realizará as adaptações solicitadas pelos *Campi* de acordo com as prioridades previstas em sua Resolução, quais sejam: Planos de Ensino, Apostilas completas de disciplinas, Avaliações, Exercícios, Atividades de orientação, Bibliografias Básicas das disciplinas, Documentos Institucionais, seguindo uma metodologia que depende diretamente da quantidade e qualidade dos materiais enviados, tais como: figuras, gráficos, fórmulas e outros de maior complexidade. A prioridade no atendimento será dada aos *Campi* que possuem estudantes com deficiência visual e nos quais não há profissionais habilitados para atendê-los, procurando assegurar assim, as condições de acesso, permanência e formação qualificada dos estudantes incluídos no IF Farroupilha.

3.2.6.1. Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE)

O NAPNE - Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, instituído pela Resolução nº 14/2010 dessa instituição, é setor deliberativo, vinculado à Coordenação de Ações Inclusivas, tem como atribuições auxiliar no processo de inclusão, no que concerne a barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais, e promover eventos de sensibilização e capacitação de servidores para a prática inclusiva. Além disso, visa ajudar a pensar estratégias de ensino: adaptar atividades e avaliações, bem como acompanhar e orientar individualmente os discentes com deficiências nas atividades acadêmicas e atendê-los com vistas a maximizar suas potencialidades.

No *Campus* Júlio de Castilhos, o NAPNE promove discussões sobre as práticas pedagógicas que compreendem os temas da Educação Inclusiva nos contextos de ensino. Para tanto, apresenta um resgate histórico, referente às leis destinadas à inclusão social de alunos portadores de necessidades especiais, como também desenvolve, cotidianamente, atividades de ensino, pesquisa e extensão. As ações desenvolvidas são permeadas por práticas pedagógicas e culturais, tais como abordagem das temáticas em sala de aula, investigação, sessões de estudo, assessoramento ao corpo discente e docente do *Campus*, apresentação de trabalhos e participação em eventos, colaboração como docente em projetos de formação inicial e continuada de professores em Júlio de Castilhos, Tupanciretã e em outros *Campi* do IF Farroupilha.

O NAPNE promove discussões sobre as práticas pedagógicas que compreendem os temas de formação que contemplem, simultaneamente, as demandas sociais, econômicas e culturais diversificadas. Assim, a formação de profes-

sionais destinada a atuar na Educação Básica necessita garantir a construção de sólidas bases profissionais para uma formação docente, sintonizada com a flexibilidade exigida pela sociedade atual, em uma perspectiva integradora, dialógica e emancipatória, comprometida com a inclusão social.

Nessa perspectiva, foi construída uma proposta que problematiza a realidade dos envolvidos nesse processo e suas concepções, vinculando à atual legislação e as suas demandas. Ainda, o Núcleo busca encorajar os professores a buscar alternativas de práticas pedagógicas que contemplem a inclusão, que estejam fundamentadas na subjetividade dos discentes. Também contribui com a fundamentação teórica sobre as diferentes especificidades-alvo da Educação Especial ou deficiências, como Transtorno Global do Desenvolvimento e altas habilidades/superdotação ou pessoas público-alvo da Educação especial.

Conta, também, com os profissionais de diferentes áreas profissionais e seus saberes, o que enriquece o trabalho e permite um diálogo interdisciplinar, além de evidenciar a fragilidade da formação docente na perspectiva da educação inclusiva, o que requer constante formação continuada.

Tendo em vista o acesso significativo de estudantes que fazem parte do público-alvo da Educação Especial nos diferentes níveis e modalidades de Educação no IF Farroupilha, e considerando o Decreto nº 7.611/2011 e a Lei nº 12.764/12, essa instituição implementou o Atendimento Educacional Especializado (AEE). O Regulamento do AEE no IF Farroupilha (Resolução nº 015/15) define como alunado desse atendimento os estudantes com deficiência, com transtorno do espectro do autismo, que apresentam altas habilidades/superdotação e transtornos globais de desenvolvimento, seguindo as indicações da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Trata-se de um serviço oferecido no turno oposto ao turno de oferta regular do estudante, no qual um profissional com formação específica na área desenvolve atividades de complementação e suplementação dos conteúdos desenvolvidos na sala de aula comum. Esse atendimento é realizado em uma Sala de Recursos Multifuncionais e prevê, além do uso de recursos diferenciados, orientações aos professores.

3.2.6.2. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI)

O NEABI (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas) instituído pela Resolução nº 23/2010 e que conforme documento denominado Manual do Professor, do IF Farroupilha (2012, p.15) é constituído por grupos de Ensino, Pesquisa e Extensão voltados para o direcionamento de estudos e ações para as questões étnico-raciais. A intenção é implementar as leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Culturas Afro-brasileira e Indígena".

Ao se referir às diretrizes anteriormente mencionadas, o documento aponta que as mesmas estão pautadas em [...] ações que direcionam para uma educação pluricultural e pluriétnica, para a construção da cidadania por meio da valorização da identidade racial, principalmente de negros, afrodescendentes e indígenas.

Nessa perspectiva passamos, a seguir, esclarecer as competências do NEABI:

- Promover encontros de reflexão, palestras, minicursos, cine-debates, oficinas, roda de conversas, seminários, semanas de estudos com alunos dos cursos Técnicos Integrados, Subsequentes, Licenciaturas, Tecnológicos, Bacharelados, Pós-Graduação, Docentes e servidores em Educação, para o conhecimento e a valorização da história dos povos africanos, da cultura Afro-brasileira, da cultura indígena e da diversidade na construção histórica e cultural do país;
- Estimular, orientar e assessorar nas atividades de ensino, dinamizando abordagens interdisciplinares que focalizem as temáticas de História e Cultura Afro-brasileiras e Indígenas no âmbito dos currículos dos diferentes cursos ofertados pelo *Campus*;
- Promover a realização de atividades de extensão, promovendo a inserção do NEABI e do IF Farroupilha na comunidade local e regional, contribuindo de diferentes formas para o seu desenvolvimento social e cultural;
- Contribuir em ações educativas desenvolvidas em parceria com o NAPNE, fortalecendo a integração e consolidando as práticas da Coordenação de Ações Inclusivas;
- Propor ações que levem a conhecer o perfil da comunidade interna e externa do *Campus* nos aspectos étnico-raciais;
- Implementar as leis nº 10.639/03 e nº 11.645/03, que instituiu as Diretrizes Curriculares, que estão pautadas em ações que direcionam para uma educação pluricultural e pluriétnica, para a construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, principalmente de negros, afro-descendentes e indígenas;
- Fazer intercâmbio em pesquisas e socializar seus resultados em publicações com as comunidades interna e externas ao Instituto: Universidades, escolas, comunidades negras rurais, quilombolas, comunidades indígenas e outras instituições públicas e privadas;
- Motivar e criar possibilidades de desenvolver conteúdos curriculares e pesquisas com abordagens multi e interdisciplinares, e forma contínua;
- Participar como ouvinte, autor, docente, apresentando trabalhos em seminários, jornadas e cursos que tenham como temáticas a Educação, História, Ensino de História, Histórias e Culturas Afro-brasileiras e Indígenas, Educação e Diversidade, formação inicial e continuada de professores;
- Colaborar com ações que levem ao aumento do acervo bibliográfico relacionado às Histórias e Culturas Afro-brasileiras e Indígenas, e à educação pluriétnica no *Campus*;
- Incentivar a criação de grupos de convivência da cultura afro-brasileira e indígena, em especial com os alunos do *Campus*.

As atribuições do NEABI destacam-se pela sua amplitude, persistência, urgência e perenidade. Esses indicadores precisam convergir para que ações criativas possam contribuir, significativamente, para sacralizar a aplicação de ambas as leis nas atividades socioeducativas voltadas para educação plural e cidadã. As práticas alicerçadas nos princípios

da ética, justiça, cidadania e diversidade devem buscar de forma incessante a construção qualificada do conhecimento. Esses princípios deverão nortear as futuras ações como caminho para:

- Estimular reflexões históricas e diálogos que objetivam a compreensão das relações indissociáveis entre historiografia, África, Negro, ancestralidade, Povos Indígenas, cultura, identidade, etnia, pluralidade cultural, diversidade, democracia racial, igualdade, religiosidade, consciência negra, memória, patrimônio afro-brasileiro e indígena, multiculturalismo, movimento negro, interculturalidade, exclusão, evasão escolar, repetência, avaliação, cidadania, formação docente, ações educativas;
- Investigar a presença e/ou “silêncios” a respeito da abordagem da história e cultura Afro-brasileira e Indígena nos projetos de formação inicial e continuada de professores, bem como nas atividades socioeducativas e culturais desenvolvidas pelas escolas da comunidade local e regional;
- Possibilitar aos educadores, gestores, intelectuais, ativistas e demais interessados conhecer e ensinar as histórias, culturas e tradições afro-indígenas que compõem a identidade e a nação brasileira. Nessa perspectiva, o acesso a nossa ancestralidade propõe, a partir de múltiplos olhares, a reeducação das relações étnico-raciais por meio da valorização, dando visibilidade à cultura afro-brasileira e Indígena sem estereótipos e folclorização;
- Promover a formação continuada de professores a partir de “diálogos interculturais” para que os mesmos sejam capazes de atuar com eficiência em espaços sócio-educativos e na Educação Básica sob uma perspectiva cidadã, multicultural e pluriétnica, ou seja, redimensionado o foco de um currículo eurocêntrico para um currículo das diferenças;
- Tratar a temática a partir de vários prismas, visando à conquista da equalização da valorização das diversas formas de desigualdade, buscando avançar no combate ao racismo e as discriminações, promovendo a inclusão, a reinterpretção do Brasil. Enfim, favorecendo o aprofundamento de reflexões, considerações teóricas e partilha de experiências entre profissionais da educação capazes de mediar um processo educativo com qualidade, antirracista e cidadão.

3.2.6.3. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS)

As questões de gênero e diversidade sexual estão presentes nos currículos espaços, normas, ritos, rotinas e práticas pedagógicas das instituições de ensino. Não raro, as pessoas identificadas como dissonantes em relação às normas de gênero e à matriz sexual são postas sob a mira preferencial de um sistema de controle e vigilância que, de modo sutil e profundo, produz efeitos sobre todos os sujeitos e os processos de ensino e aprendizagem. Histórica e culturalmente transformada em norma, produzida e reiterada, a heterossexualidade obrigatória e as normas de gênero tornam-se o baluarte da heteronormatividade e da dualidade homem e mulher. As instituições de ensino acabam por se empenhar na reafirmação e no êxito dos processos de incorporação das normas de gênero e da heterossexualização compulsória.

Com intuito de proporcionar mudanças de paradigmas sobre a diferença, mais especificamente sobre gênero e heteronormatividade, o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS), considerando os documentos institucionais, tais como a Política de Diversidade e Inclusão do IF Farroupilha e a Instrução Normativa nº 03, de 02 de Junho 2015, que dispõe sobre a utilização do nome social no âmbito do IF Farroupilha, tem como objetivo proporcionar espaços de debates, vivências e reflexões acerca das questões de gênero e diversidade sexual, na comunidade interna e externa, viabilizando a construção de novos conceitos de gênero e diversidade sexual, rompendo barreiras educacionais e atitudinais na instituição, de forma a promover inclusão de todos na educação.

O NUGEDIS tem por finalidade desenvolver políticas, ações e projetos com o objetivo de promover o respeito e a valorização de todos os sujeitos, criando espaços de debates, vivências e reflexões relacionadas às questões de gênero e diversidade sexual. São atribuições do NUGEDIS:

- Promover e consolidar o Art 3º da Constituição Federal, qual seja, a promoção “do bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, afirmando expressamente a igualdade entre homens e mulheres como preceito constitucional;
- Promover a implementação e consolidação de políticas inclusivas de gênero e diversidade sexual nos *Campi* do IF Farroupilha;
- Promover cursos de formação continuada à comunidade acadêmica interna e externa sobre assuntos relacionados às temáticas de gênero e diversidade sexual.
- Participar e/ou implementar atividades de pesquisa, ensino e extensão com foco nas temáticas de gênero e diversidade sexual;
- Propor a realização de eventos voltados às temáticas de Gênero e Diversidade Sexual;
- Articular os diversos setores da instituição para a promoção da atenção às questões de Gênero e Diversidade Sexual;
- Zelar pelas condições de acesso, permanência e conclusão de curso dos estudantes, respeitando as questões de gênero e diversidade sexual;
- Propor, elaborar, executar e avaliar ações para a promoção do conhecimento e da valorização das temáticas de Gênero e Diversidade Sexual;
- Proporcionar espaços de debates, vivências e reflexões acerca das questões de gênero e diversidade sexual na comunidade interna e externa;
- Constituir grupos de estudos na temática de gênero e diversidade sexual, a fim de apropriar-se do debate contemporâneo nestas abordagens e de compreender conceitos que dela fazem parte;
- Conhecer e compreender as políticas públicas que tratam das temáticas deste núcleo;
- Constituir diálogos entre os *Campi* para fortalecer uma política institucional dos Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual no Instituto Federal Farroupilha;

- Participar dos debates e das ações que tratam do acesso, permanência e da conclusão com êxito dos discentes no Instituto Federal Farroupilha, de modo a garantir o respeito às diferenças e a promoção à equidade, evitando segregações e binarismos;
- Trabalhar de forma articulada com a CAI e os demais núcleos inclusivos dos *Campi*.

3.3. Programa Permanência e Êxito

Em 2014, o IF Farroupilha implantou o Programa Permanência e Êxito dos Estudantes da instituição, homologado pela Resolução CONSUP nº 178, de 28 de novembro de 2014. O objetivo do Programa é consolidar a excelência da oferta da EBPTT de qualidade e promover ações para a permanência e o êxito dos estudantes no IF Farroupilha. Além disso, busca socializar as causas da evasão e retenção no âmbito da Rede Federal; propor e assessorar o desenvolvimento de ações específicas que minimizem a influência dos fatores responsáveis pelo processo de evasão e retenção, categorizados como: individuais do estudante, internos e externos à instituição; instigar o sentimento de pertencimento ao IF Farroupilha e consolidar a identidade institucional; e atuar de forma preventiva nas causas de evasão e retenção.

Visando a implementação do Programa, o IF Farroupilha institui em seus *Campi* ações, como: sensibilização e formação de servidores; pesquisa diagnóstica contínua das causas de evasão e retenção dos alunos; programas de acolhimento e acompanhamento aos alunos; ampliação dos espaços de interação entre a comunidade externa, a instituição e a família; prevenção e orientação pelo serviço de saúde dos *Campi*; programa institucional de formação continuada dos servidores; ações de divulgação da Instituição e dos cursos; entre outras.

Através de projetos como o Programa Permanência e Êxito dos Estudantes, o IF Farroupilha trabalha em prol do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES/2010).

3.3.1. Acompanhamento de Egressos

O IF Farroupilha concebe o acompanhamento de egressos como uma ação que visa ao planejamento, definição e retroalimentação das políticas educacionais da instituição, a partir da avaliação da qualidade da formação ofertada e da interação com a comunidade.

Além disso, o acompanhamento de egressos visa ao desenvolvimento de políticas de formação continuada, com base nas demandas do mundo do trabalho, reconhecendo como responsabilidade da instituição o atendimento aos seus egressos.

No Curso Superior de Licenciatura em Matemática são pensadas ações de acompanhamento dos egressos, tais como: contato com ex-alunos com aplicação de questionário, que possibilite mapear a situação dos mesmos após o término do curso quanto a sua atuação profissional e fazer uma memória da contribuição do curso na formação des-

ses sujeitos; convite para participação nas Semanas Acadêmicas do curso no intuito de possibilitar formação continuada e de relato de experiências significativas que eles vêm desenvolvendo.

Essas ações visam à verificação da inserção dos licenciados nas redes de ensino públicas e privadas, bem como o avanço nos estudos posteriores e a partilha de experiências profissionais.

A instituição mantém programa institucional de acompanhamento de egresso, a partir de ações contínuas e articuladas, entre as Pró-Reitorias de Ensino, Extensão e Pesquisa, Pós-graduação e Inovação e Coordenação de curso superior.

4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4.1. Perfil do Egresso

O egresso do Curso Superior de Licenciatura em Matemática é um profissional capaz de entender os diferentes mecanismos cognitivos utilizados no processo ensino-aprendizagem de Matemática e as variáveis didáticas envolvidas em tal processo. São professores agentes da transformação em sua escola, sendo capazes de questionar estratégias e ensino, investigando novas alternativas para um melhor desempenho de seus alunos. É um profissional capaz de estabelecer diálogos entre os conhecimentos específicos de sua área de atuação, articulando-o com outros campos do conhecimento, fazendo conexões com o processo de vivência que geram a aprendizagem e incrementam sua prática pedagógica.

De acordo com o Parecer CNE/CES 1302/2001, deseja-se as seguintes características do Licenciado em Matemática:

- visão de seu papel social de educador e capacidade de se inserir em diversas realidades com sensibilidade para interpretar as ações dos educandos;
- visão da contribuição que a aprendizagem da Matemática pode oferecer a formação dos indivíduos para o exercício de sua cidadania;
- visão de que o conhecimento matemático pode e deve ser acessível a todos, e consciência de seu papel na superação de preconceitos, traduzidos pela angústia, inércia ou rejeição, que muitas vezes ainda estão presentes no ensino aprendizagem da disciplina.

O currículo do Curso Superior de Licenciatura em Matemática do IF Farroupilha, de acordo com a CNE/CES nº 1.302/2001, de forma geral, busca desenvolver as seguintes competências e habilidades do egresso:

- a) capacidade de expressar-se escrita e oralmente com clareza e precisão;
- b) capacidade de trabalhar em equipes multidisciplinares;
- c) capacidade de compreender, criticar e utilizar novas ideias e tecnologias para a resolução de problemas;

- d) capacidade de aprendizagem continuada, sendo sua prática profissional também fonte de produção de conhecimento;
- e) habilidade de identificar, formular e resolver problemas na sua área de aplicação, utilizando rigor lógico-científico na análise da situação-problema;
- f) estabelecer relações entre a Matemática e outras áreas do conhecimento;
- g) conhecimento de questões contemporâneas;
- h) educação abrangente necessária ao entendimento do impacto das soluções encontradas num contexto global e social;
- i) participar de programas de formação continuada;
- j) realizar estudos de pós-graduação;
- k) trabalhar na interface da Matemática com outros campos de saber.

No que se refere às competências e habilidades próprias do educador matemático, o licenciado em Matemática deverá ter as capacidades de:

- a) elaborar propostas de ensino-aprendizagem de Matemática para a educação básica;
- b) analisar, selecionar e produzir materiais didáticos;
- c) analisar criticamente propostas curriculares de Matemática para a educação básica;
- d) desenvolver estratégias de ensino que favoreçam a criatividade, a autonomia e a flexibilidade do pensamento matemático dos educandos, buscando trabalhar com mais ênfase nos conceitos do que nas técnicas, fórmulas e algoritmos;
- e) perceber a prática docente de Matemática como um processo dinâmico, carregado de incertezas e conflitos, um espaço de criação e reflexão, onde novos conhecimentos são gerados e modificados continuamente;
- f) contribuir para a realização de projetos coletivos dentro da escola básica.

4.1.1. Áreas de atuação do Egresso

O profissional formado no Curso Superior de Licenciatura em Matemática poderá atuar na área de Matemática na Educação Básica, tanto em instituições públicas quanto particulares, atendendo à enorme necessidade de professores para a referida disciplina. O licenciado também estará apto a prosseguir seus estudos em cursos de pós-graduação.

4.2. Metodologia

Os componentes curriculares do Curso Superior de Licenciatura em Matemática são construídos de forma a articular o desenvolvimento da formação do licenciado em Matemática através da união de áreas específicas do conhecimento com uma sólida formação na área pedagógica e também uma grande participação em sala de aula, propiciando

assim que o futuro professor esteja preparado para apresentar os conteúdos disciplinares relacionados com a Matemática de forma didática, pedagogicamente apropriada e, ainda, hábil a prosseguir seus estudos.

A presença de componentes curriculares do Núcleo Específico, Núcleo Pedagógico e Núcleo Básico asseguram que a formação do Licenciado em Matemática do Instituto Federal Farroupilha aconteça de forma a articular os diferentes saberes necessários à formação por meio das disciplinas de Práticas de Ensino de Matemática.

Nesse sentido, as disciplinas de Prática perpassam todo o currículo do curso desde o primeiro até o último semestre. As ementas destas disciplinas, assim como a sequência conceitual adotada, permitem além da articulação e a interlocução entre as disciplinas dos diferentes núcleos, a interdisciplinaridade assegurada por meio de normativa interna do Instituto que prevê o desenvolvimento das disciplinas de Práticas de forma colaborativa entre os professores através de um projeto interdisciplinar a ser elaborado no início de cada período letivo pelo colegiado do Curso.

O desenvolvimento do projeto se dará por meio da escolha de uma temática interdisciplinar a ser trabalhada e de diferentes estratégias didáticas que viabilizem o desenvolvimento do mesmo. As estratégias a serem desenvolvidas são as seguintes:

- Grupos de estudo que permitam o trabalho coletivo e colaborativo entre os acadêmicos do Curso Superior de Licenciatura em Matemática com enfoque no trabalho docente efetivo;
- Construção de materiais didáticos que permitam instrumentar os acadêmicos para o exercício da prática docente;
- Estudo e análise de materiais didáticos relacionados ao Ensino de Matemática, tais como projetos de ensino, livros didáticos e outros materiais instrucionais;
- Discussão e análise de programas escolares relacionados à disciplina de Matemática a luz de teorias educacionais de aprendizagem.

Além disso, a flexibilidade no Curso Superior de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal Farroupilha está também assegurada por meio da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Neste sentido, a flexibilidade curricular possibilita o desenvolvimento de atitudes e ações empreendedoras e inovadoras, que tenham como enfoque as vivências da aprendizagem para capacitar e para a inserção no mundo do trabalho. Neste sentido, estão previstas as seguintes estratégias:

- Projetos interdisciplinares capazes de integrar áreas de conhecimento, de apresentar resultados práticos e objetivos e que tenham sido propostos pelo coletivo envolvido no projeto;
- Implementação sistemática, permanente e/ou eventual de cursos de pequena duração, seminários, fóruns, palestras e outros que articulem os currículos a temas de relevância social, local e/ou regional e potencializem recursos materiais, físicos e humanos disponíveis;

- Flexibilização de conteúdos por meio da criação de disciplinas e outros mecanismos de organização de estudos que contemplem conhecimentos relevantes, capazes de responder a demandas pontuais e de grande valor para comunidade interna e externa;
- Previsão de tempo (horas aulas) capaz de viabilizar a construção de trajetórias curriculares por meio do envolvimento em eventos, projetos de pesquisa e extensão, disciplinas optativas e outras possibilidades;
- Previsão de espaços para reflexão e construção de ações coletivas, que atendam a demandas específicas de áreas, cursos, *Campus* e Instituição, tais como fóruns, debates, grupos de estudo e similares;
- Oferta de intercâmbio entre estudantes de diferentes *Campi*, Institutos e instituições educacionais considerando a equivalência de estudos.

4.3. Organização curricular

A organização curricular do Curso Superior de Licenciatura em Matemática observa as determinações legais presentes na Lei nº 9.394/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso, normatizadas pelo parecer nº CNE/CES 1.302/2001 e Resolução nº CNE/CES 03/2003, as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Licenciatura, Resolução CNE/CP nº 02/2015, as Diretrizes Institucionais para os cursos de Graduação do IF Farroupilha, Resolução CONSUP nº 013/2014, e demais normativas institucionais e nacionais pertinentes ao ensino superior.

A concepção do currículo do curso tem como premissa a articulação entre a formação acadêmica e o mundo do trabalho, possibilitando a articulação entre os conhecimentos construídos nas diferentes disciplinas do curso com a prática real de trabalho, propiciando a flexibilização curricular e a ampliação do diálogo entre as diferentes áreas de formação.

O currículo do Curso Superior de Licenciatura em Matemática está organizando a partir de 03 (três) núcleos de formação, a saber: Núcleo Comum, Núcleo Específico e Núcleo Complementar, os quais são perpassados pela Prática Profissional.

O Núcleo Comum contempla conhecimentos comuns à formação de professores, independente da sua área de habilitação. Este Núcleo se divide em dois grupos de conhecimentos:

Núcleo Básico: abrange conhecimentos básicos para a formação de professores e os componentes curriculares de conteúdos básicos da área, conforme as Diretrizes Curriculares do Curso de Matemática, visando atender às necessidades de nivelamento dos conhecimentos necessários para o avanço do estudante no curso.

Núcleo Pedagógico: abrange os conhecimentos relativos ao campo da educação, com vistas à compreensão dos fundamentos teóricos, políticos e históricos da educação, bem como os conhecimentos específicos da perpassam a formação e a prática docente. A carga horária deste núcleo representa a quinta parte do total da carga horária do curso, de acordo com o parágrafo único do Art. 13 da Resolução CNE/CP 02/2015.

O Núcleo Específico contempla conhecimentos específicos da habilitação do curso, incluindo a transposição didática dos conteúdos na perspectiva da atuação docente neste campo.

O Núcleo Complementar contempla as atividades acadêmico-científico-culturais, de no mínimo 200 horas, incluindo também componentes curriculares eletivos de formação complementar que visam à atualização constante da formação do professor.

A prática profissional permeia todo o currículo do curso, desenvolvendo-se através da prática enquanto componente curricular (PeCC) e do estágio curricular supervisionado.

A LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) é componente curricular obrigatório no Curso Superior de Licenciatura em Matemática.

Os conteúdos especiais obrigatórios, previstos em Lei, estão contemplados nas disciplinas e/ou demais componentes curriculares que compõem o currículo do curso, conforme as especificidades previstas legalmente:

I – Educação ambiental – esta temática é trabalhada de forma transversal no currículo do curso, em especial nas disciplinas de Prática do ensino de Matemática V e VII, na construção de recursos didático-pedagógicos com reaproveitamento de materiais, focalizando a educação ambiental e a aplicabilidade da matemática em questões ambientais, como também em atividades complementares do curso, tais como workshop/palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras, constituindo-se em um princípio fundamental da formação de nossos futuros educadores.

II – História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena – está presente como conteúdo nas disciplinas de História da Educação Brasileira e Diversidade e Educação Inclusiva. Essa temática também se fará presente nas atividades complementares do curso, realizadas no âmbito da instituição, tais como palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras. Além das atividades curriculares, o *Campus* conta com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) que desenvolve atividades formativas voltadas para os estudantes e servidores.

III – Educação em Direitos Humanos – está presente como conteúdo em disciplinas que guardam maior afinidade com a temática, como Sociologia da Educação e Diversidade e Educação Inclusiva. Essa temática também se fará presente nas atividades complementares do curso, realizadas no âmbito da instituição, tais como palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras. Além das atividades curriculares, o *Campus* conta com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) que desenvolve atividades formativas sobre essa temática voltadas para os estudantes e servidores.

4.4. Matriz Curricular

1º semestre	Componentes Curriculares	C.H	PeCC	Estágio	Pré-requisito
	História da Educação Brasileira	36			
	Filosofia da Educação	36			
	Fundamentos de Matemática Elementar I	108			
	Matemática Básica	72			
	Tecnologias da Informação e da Comunicação	36			
	Leitura e Produção Textual	36			
	PeCC - Prática de Ensino de Matemática I		50		
	Total	324	50		

2º semestre	Componentes Curriculares	C.H.	PeCC	Estágio	Pré-requisito
	Sociologia da Educação	36			
	Psicologia da Educação	72			
	Fundamentos de Matemática Elementar II	108			
	Geometria Analítica	72			
	Metodologia Científica	36			
	PeCC - Prática de Ensino de Matemática II		50		
	Total	324	50		

3º semestre	Componentes Curriculares	C.H.	PeCC	Estágio	Pré-requisito
	Políticas, Gestão e Organização da Educação	72			
	Álgebra Linear I	36			
	Geometria Plana	72			
	Matemática Discreta	72			
	Cálculo Diferencial e Integral I	72			Fundamentos de Matemática Elementar I
	PeCC - Prática de Ensino de Matemática III		50		
	Total	324	50		

4º semestre	Componentes Curriculares	C.H.	PeCC	Estágio	Pré-requisito
	Didática, Currículo e Organização do Trabalho Pedagógico	72			
	Metodologias do Ensino de Matemática I	36			
	Estatística Básica	72			

	Cálculo Diferencial e Integral II	72			Cálculo Diferencial e Integral I
	Geometria Espacial	72			
	PeCC - Prática de Ensino de Matemática IV		50		
	Total	324	50		

5º semestre	Componentes Curriculares	C.H.	PeCC	Estágio	Pré-requisito
	Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos	72			
	Metodologias do Ensino de Matemática II	72			
	Fundamentos de Álgebra	72			
	Cálculo Diferencial e Integral III	72			Cálculo Diferencial e Integral II
	Estágio Curricular Supervisionado I			60	Metodologias do Ensino de Matemática I, Didática, Currículo e Organização do Trabalho Pedagógico, Matemática Básica e Geometria Plana
	PeCC - Prática de Ensino de Matemática V		50		
	Total	288	50	60	

6º semestre	Componentes Curriculares	C.H.	PeCC	Estágio	Pré-requisito
	Diversidade e Educação Inclusiva	72			
	Libras I	36			
	Álgebra Linear II	72			Álgebra Linear I
	Cálculo Diferencial e Integral IV	72			Cálculo Diferencial e Integral III
	Estágio Curricular Supervisionado II			140	Metodologias do Ensino de Matemática II, Estágio Curricular Supervisionado I
	PeCC - Prática de Ensino de Matemática VI		50		
	Total	252	50	140	

7º semestre	Componentes Curriculares	C.H.	PeCC	Estágio	Pré-requisito
	Eletiva Pedagógica	36			
	Equações Diferenciais Ordinárias	72			Cálculo Diferencial e Integral IV
	História e Filosofia da Matemática	72			
	Cálculo Numérico	72			Álgebra Linear II e Cálculo Diferencial e Integral IV
	Matemática Financeira	36			
	Estágio Curricular Supervisionado III			60	Metodologias do Ensino de Matemática I e II, Didática, Currículo e Organização do Trabalho Pedagógico, Fundamentos de Matemática Elementar I e II, Geometria Espacial, Geometria Analítica, Matemática Discreta, Estatística Básica e Álgebra Linear I
	PeCC - Prática de Ensino de Matemática VII		50		
	Total	288	50	60	

8º semestre	Componentes Curriculares	C.H.	PeCC	Estágio	Pré-requisito
	Saberes Docentes e Formação Continuada	72			
	Fundamentos de Análise Matemática	72			
	Tópicos de Física Elementar	72			
	Eletiva Específica	36			
	Estágio Curricular Supervisionado IV			140	Estágio Curricular Supervisionado III
	PeCC - Prática de Ensino de Matemática VIII		50		
	Total	252	50	140	

Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	200
---	-----

Componentes do Currículo	C.H.
Conteúdos Curriculares de Natureza Científico-Culturais	2376
Prática enquanto Componente Curricular	400
Estágio Curricular Supervisionado	400
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	200
Carga Horária Total do Curso	3376

Legenda	
Disciplinas de Formação Específica	
Disciplinas de Formação Pedagógica	
Disciplinas de Formação Básica	
Prática como Componente Curricular	
Estágio Curricular Supervisionado	

4.4.1. Pré-Requisitos

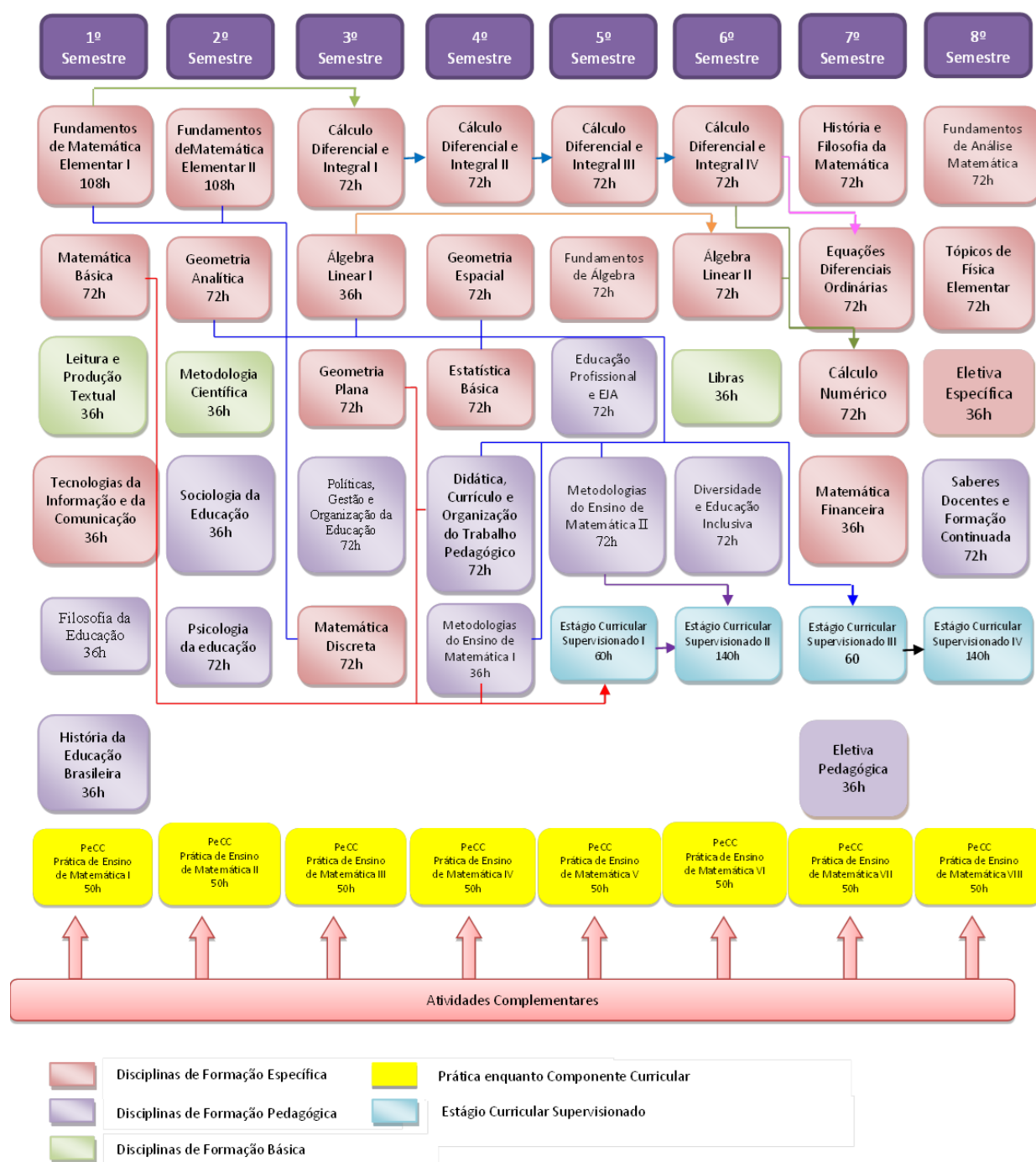
A matriz curricular do Curso Superior de Licenciatura em Matemática foi planejada a partir de uma sequência de componentes curriculares que se interligam e que, preferencialmente, o estudante deve seguir esse itinerário formativo. Situações que fujam à sequência do currículo, comprometendo o aproveitamento do estudante, poderão ser analisadas pelo colegiado do curso.

A aprovação do aluno nas disciplinas que são pré-requisitos adotados no currículo configura-se condição na matrícula das disciplinas a elas interligadas. As disciplinas e seus pré-requisitos estão especificados na tabela abaixo:

Disciplina	Pré-Requisito
Cálculo Diferencial e Integral I	Fundamentos de Matemática Elementar I
Cálculo Diferencial e Integral II	Cálculo Diferencial e Integral I
Cálculo Diferencial e Integral III	Cálculo Diferencial e Integral II
Cálculo Diferencial e Integral IV	Cálculo Diferencial e Integral III
Álgebra Linear II	Álgebra Linear I
Equações Diferenciais Ordinárias	Cálculo Diferencial e Integral IV
Cálculo Numérico	Álgebra Linear II e Cálculo Diferencial e Integral IV
Estágio Curricular Supervisionado I	Metodologias do Ensino de Matemática I, Didática, Currículo e Organização do trabalho pedagógico, Matemática Básica e Geometria Plana.

Estágio Curricular Supervisionado II	Metodologias do Ensino de Matemática II Estágio Curricular Supervisionado I
Estágio Curricular Supervisionado III	Metodologias do Ensino de Matemática I e II, Didática, Currículo e Organização do trabalho pedagógico, Fundamentos de Matemática Elementar I e II, Geometria Espacial, Geometria Analítica, Matemática Discreta, Estatística Básica e Álgebra Linear I
Estágio Curricular Supervisionado IV	Estágio Curricular Supervisionado III

4.5. Representação gráfica do perfil de formação



4.6. Prática Profissional

4.6.1. Prática enquanto Componente Curricular - PeCC

A Prática enquanto Componente Curricular (PeCC) no Curso Superior de Licenciatura em Matemática tem o objetivo de proporcionar experiências de articulação de conhecimentos construídos ao longo do curso em situações de prática docente; oportunizar o reconhecimento e reflexão sobre o campo de atuação docente; proporcionar o desenvolvimento de projetos, metodologias e materiais didáticos próprios do exercício da docência, entre outros, integrando novos espaços educacionais como *locus* da formação dos licenciandos.

A PeCC se difere das demais atividades práticas desenvolvidas no processo de ensino de determinado conteúdo, uma vez que esta não se restringe à aplicação dos conhecimentos científicos, mas constitui um espaço de criação e reflexão acerca do trabalho docente e do contexto social em que se insere, com vistas à integração entre a formação e o exercício do trabalho docente.

As atividades de PeCC destinam-se ao contexto da prática de ensino da área do Curso Superior de Licenciatura em Matemática e também ao contexto da atuação docente na gestão escolar e educacional.

A PeCC está presente desde o início do curso e articula os conhecimentos básicos, específicos e pedagógicos do currículo, voltados à formação e atuação docente, correspondendo ao mínimo de 400 horas do currículo, conforme Art. nº 13, da Resolução CNE/CP nº 02/2015.

Poderão ser previstas atividades de prática no contra turno do curso, com vistas a ampliar o contato do licenciando com a realidade educacional, a partir do desenvolvimento de atividades de pesquisa, visita a instituições de ensino, observação em salas de aula, estudos de caso, estudos dirigidos, entre outros.

No Curso Superior de Licenciatura em Matemática, a PeCC será desenvolvida a partir dos componentes curriculares articuladores intitulados Práticas de Ensino de Matemática, os quais, irão articular o conhecimento de no mínimo duas disciplinas do semestre, pertencentes, preferencialmente, a núcleos distintos do currículo, a partir de temática prevista para cada componente curricular articulador.

No início de cada período letivo (semestres) será elaborado pelo Colegiado de Curso um Projeto Interdisciplinar a ser desenvolvido no Componente Curricular Articulador (Prática de Ensino de Matemática) a partir da temática especificada neste Projeto Pedagógico do Curso e das disciplinas envolvidas. O desenvolvimento deste projeto no âmbito das Práticas de Ensino de Matemática será de responsabilidade de um docente das disciplinas envolvidas, sendo indispensável à participação dos demais docentes.

Os componentes curriculares das Práticas de Ensino de Matemática do currículo do Curso Superior de Licenciatura em Matemática foram planejados de forma a integrar o currículo em sentido horizontal e vertical, desenvolvendo atividades com nível de complexidade crescente ao longo do curso.

4.6.2. Estágio Curricular Supervisionado

O estágio curricular supervisionado é um componente curricular obrigatório, entendido como tempo de aprendizagem, no qual o formando exerce in loco atividades específicas da sua área profissional sob a responsabilidade de um profissional já habilitado. O Parecer CNE/CP nº 28/2001, destaca: “O estágio supervisionado é um modo de capacitação em serviço e que só deve ocorrer em unidades escolares onde o estagiário assuma efetivamente o papel de professor”.

A carga horária do Estágio Curricular Supervisionado será de 400 (quatrocentas) horas conforme Art. nº 13 da Resolução CNE/CP nº 02/2015, Resolução CONSUP nº 10/2016 e Resolução CONSUP nº 13/2014, divididas entre os semestres do Curso. O estágio supervisionado terá início a partir do 5º semestre em escolas da rede pública e privada de ensino com as quais o IF Farroupilha – *Campus* Júlio de Castilhos tenha parceria.

As 400 horas que compreendem o estágio curricular supervisionado estão distribuídas da seguinte forma:

Estágio Curricular Supervisionado	C. H. Supervisão	C.H. Campo	C.H. Total
Estágio Curricular Supervisionado I	36	24	60
Estágio Curricular Supervisionado II	72	68	140
Estágio Curricular Supervisionado III	36	24	60
Estágio Curricular Supervisionado IV	72	68	140

A escola onde o acadêmico realiza o estágio deve ser escolhida entre as existentes num raio de até 100 km do IF Farroupilha *Campus* Júlio de Castilhos.

As atividades programadas para o Estágio Curricular Supervisionado devem manter uma correspondência com os conhecimentos teórico-práticos adquiridos pelo aluno no decorrer do curso.

Estágio Curricular Supervisionado é acompanhado por um Professor Supervisor de Estágios, regente da disciplina, e por um Professor Orientador para cada aluno, em função da área de atuação no estágio e das condições de disponibilidade de carga horária dos professores.

São mecanismos de acompanhamento e avaliação de estágio:

- Plano de estágio aprovado pelo professor orientador e pelo professor regente da disciplina na escola em que será realizado o estágio;
- Reuniões do aluno com o professor orientador;
- Visitas à escola por parte do professor orientador, sempre que necessário;
- Avaliação do estágio pela instituição onde fora realizado;
- Relatório e/ou artigo do estágio supervisionado de ensino.

Nos estágios curriculares supervisionados I e III e no início dos estágios supervisionados II e IV, o aluno deverá passar por um período de observação, que consiste em uma avaliação participativa em que o licenciando irá integrar-se

ao cotidiano da escola, para que possa familiarizar-se com o processo pedagógico real, desde instalações, projeto político-pedagógico e atividades didáticas dos professores e alunos.

Após o período de observação, nos estágios II e IV, o licenciando realizará o período de regência do estágio supervisionado, que compreende atividades específicas de sala de aula em que o estagiário poderá desenvolver habilidades inerentes à profissão docente, com supervisão do professor orientador do estágio.

Após o cumprimento de cada estágio supervisionado, o aluno terá que, no final de cada semestre, apresentar um artigo (ECSI e III) ou um relatório final (ECS II e IV) para ser avaliado. Esse artigo ou relatório servirá como requisito a ser considerado para aprovação final de cada disciplina de estágio, sendo esses apresentados na forma de seminário (a ser definida pelo professor orientador e supervisor).

A avaliação do estágio deve ser realizada em conjunto pelo(s) docente(s) do curso e pela instituição de ensino onde o mesmo foi desenvolvido.

Em atendimento à Resolução CNE/CP nº02/2015, não há nenhuma possibilidade de aproveitamento e/ou redução de carga horária de Estágio Curricular Supervisionado neste curso de formação inicial de professores.

O Estágio Curricular Supervisionado segue a Resolução 013/2014 do IF Farroupilha e o Regulamento de Estágio do Curso Superior de Licenciatura em Matemática do *Campus* Júlio de Castilhos.

O estudante poderá, ao longo do curso, realizar estágio não-obrigatório em instituições que o IF Farroupilha – *Campus* Júlio de Castilhos possua convênio. A realização do estágio não-obrigatório não dispensa o estudante da realização do estágio curricular obrigatório para o curso.

4.7. Atividades Acadêmico-científico-culturais

As atividades acadêmico-científico-culturais visam contribuir para uma formação ampla e diversificada do licenciando, a partir de vivências e experiências realizadas para além do âmbito do curso ou da instituição, valorizando a pluralidade de espaços educacionais e incentivando a busca pelo conhecimento.

De acordo com a Resolução CNE/CP nº 02/2015, o licenciando deve realizar ao longo do curso o mínimo de 200 horas de atividades acadêmico-científico-culturais.

No Curso Superior de Licenciatura em Matemática caracterizam-se como atividades acadêmico-científico-culturais aquelas voltadas ao ensino, pesquisa, extensão e gestão, realizadas em âmbito institucional ou em outros espaços institucionais.

As atividades acadêmico-científico-culturais devem ser realizadas para além da carga horária das atividades realizadas no âmbito dos demais componentes curriculares previstos no curso, sendo obrigatórias para a conclusão do curso e colação de grau.

A comprovação das atividades acadêmico-científico-culturais se dará a partir da apresentação de certificado ou atestado emitido pela instituição responsável pela realização/oferta, no qual deve constar a carga horária da atividade realizada e a programação desenvolvida.

A coordenação do curso realizará o acompanhamento semestral do cumprimento da carga horária de atividades acadêmico-científico-culturais pelos estudantes, podendo definir prazos para o cumprimento parcial da carga horária ao longo do curso.

A integralização da carga horária exigida para atividades acadêmico-científico-culturais deverá ocorrer antes da conclusão do último semestre do curso pelo estudante, com a devida comprovação do cumprimento da carga horária.

No Curso Superior de Licenciatura em Matemática, serão consideradas como atividades válidas como AACC e equivalência em Carga horária.

Relação de atividades válidas como AACC e equivalência em Carga horária:

Atividades	Aproveitamento de até:
Participação em eventos acadêmicos como ouvinte	120 horas
Apresentação de trabalho, como autor ou colaborador (10h por trabalho)	100 horas
Participação em entidades estudantis ou representação discente perante órgãos colegiados da Instituição (40h por ano de participação)	120 horas
Participação de Núcleos de Estudos (40h por ano de participação)	120 horas
Participação em Comissões de Organizações de eventos e similares	100 horas
Participação em cursos extracurriculares na área	100 horas
Participação em cursos extracurriculares em áreas afins	40 horas
Cursos a distâncias em áreas afins	50 horas
Cursos de línguas (inglês, espanhol, italiano, alemão, etc.)	40 horas
Cursos de informática	40 horas
Participação em Programas de incentivo do IF Farroupilha – Campus Júlio de Castilhos e outros como PIBID e similares.	100 horas
Participação em Projetos de Ensino, inclusive monitorias	100 horas
Participação em Projetos de Extensão	100 horas
Participação em Projetos de Pesquisa	100 horas
Publicações: artigos publicados em revista da Instituição e/ou com corpo editorial (40h por artigo)	120 horas

Publicações: capítulos e livros (40h por item)	120 horas
Participações em Comissões Editoriais	80 horas
Tutoria de ensino a distância na área	100 horas
Tutoria em polos presenciais na área	100 horas
Estágios curriculares não obrigatórios (extracurriculares)	100 horas
Disciplinas cursadas em outros Cursos de Graduação em áreas afins	90 horas

4.8. Disciplinas Eletivas

O Curso Superior de Licenciatura em Matemática contempla a oferta de disciplinas eletivas, num total de 72 horas. O curso deverá disponibilizar, no mínimo, 03 disciplinas eletivas para a escolha da turma, através de Edital, no semestre anterior à oferta de disciplina eletiva, que considerará as condições de infraestrutura e de pessoal da instituição.

Essas disciplinas propiciarão discussões e reflexões frente à realidade regional na qual o curso se insere, oportunizando espaços de diálogo, construção do conhecimento e de tecnologias importantes para o desenvolvimento da sociedade.

São possibilidades de disciplinas eletivas:

Pedagógicas:

- O professor e a gestão democrática
- Indisciplina e mediação de conflitos em sala de aula
- Tecnologias da Informação e Comunicação II
- Diversidade e educação inclusiva II
- Libras II

Específicas:

- Matemática Financeira II
- Modelagem Matemática
- Probabilidade
- Variáveis Complexas

Poderão ser acrescentadas novas disciplinas eletivas ao PPC do curso a partir de solicitação realizada pelo docente e aprovada pelo NDE e Colegiado do Curso, devendo ser publicadas à comunidade acadêmica.

Poderá ser validada como disciplina eletiva, aquela realizada pelo estudante em curso superior, presencial ou a distância, desde que aprovada pela coordenação e/ou colegiado do curso, e atenda à carga horária mínima exigida.

Em caso de reprovação em disciplina eletiva, o estudante poderá realizar outra disciplina eletiva ofertada pelo curso, não necessariamente repetir aquela em que obteve reprovação. A seguir estão listadas as possibilidades de disciplinas eletivas:

4.9. Avaliação

4.9.1. Avaliação da Aprendizagem

A Avaliação da Aprendizagem nos cursos do Instituto Federal Farroupilha segue o disposto no Regulamento da Avaliação do Rendimento Escolar, aprovado pela Resolução nº 04/2010, de 22 de fevereiro de 2010. De acordo com o regulamento e com base na Lei nº 9394/96, a avaliação deverá ser contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada, no processo de ensino-aprendizagem, as funções diagnóstica, formativa e somativa, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A verificação do rendimento escolar é feita de forma diversificada e sob um olhar reflexivo dos envolvidos no processo, podendo acontecer através de provas escritas e/ou orais, trabalhos de pesquisa, seminários, exercícios, aulas práticas, autoavaliações e outros, a fim de atender às peculiaridades do conhecimento envolvido nos componentes curriculares e às condições individuais e singulares do (a) aluno (a), oportunizando a expressão de concepções e representações construídas ao longo de suas experiências escolares e de vida. Em cada componente curricular, o professor deve oportunizar no mínimo dois instrumentos avaliativos.

A recuperação da aprendizagem deverá ser realizada de forma contínua no decorrer do período letivo, visando que o(a) aluno(a) atinja as competências e habilidades previstas no currículo, conforme normatiza a Lei nº 9394/96.

Os resultados da avaliação do aproveitamento são expressos em notas. As notas deverão ser expressas com uma casa após a vírgula sem arredondamento. A nota mínima para aprovação é 7,0. Caso o estudante não atinja média 7,0, terá direito ao exame final. A nota para aprovação após exame é 5,0, considerando o peso 6,0 para a nota obtida antes do exame e peso 4,0 para a nota da prova do exame.

4.9.2. Autoavaliação Institucional

A autoavaliação institucional deve orientar o planejamento das ações vinculadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, bem como a todas as atividades que lhe servem de suporte. O IF Farroupilha conta com a Comissão Própria de Autoavaliação Institucional, que é responsável por conduzir a prática de autoavaliação. O regulamento em vigência da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IF Farroupilha foi aprovado através da Resolução CONSUP 073/2013, sendo a CPA composta por uma Comissão Central, apoiada pela ação dos núcleos de autoavaliação em cada *Campus* da instituição.

Considerando a autoavaliação institucional um instrumento norteador para a percepção da instituição como um todo, é imprescindível entendê-la na perspectiva de acompanhamento e trabalho contínuo, no qual o engajamento e a soma de ações favorecem o cumprimento de objetivos e intencionalidades.

Os resultados da autoavaliação relacionados ao Curso Superior de Licenciatura em Matemática serão tomados como ponto de partida para ações de melhoria em suas condições físicas e de gestão.

4.9.3. Avaliação do Curso

A Educação Superior é avaliada em âmbito Nacional a partir do Sistema Nacional de Avaliação – SINAES, o qual tem como finalidade a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (Lei nº 10.861/2004).

O Sistema Nacional de Avaliação normatiza a avaliação dos cursos superiores através da avaliação do desempenho dos estudantes, avaliação externa de cursos e instituições superiores e a autoavaliação institucional.

O desempenho dos estudantes é analisado através do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), elaborado aplicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, conforme o ciclo de avaliação de cursos, estabelecido por normativa própria, constituindo-se em componente curricular obrigatório dos cursos de graduação. No *Campus* Júlio de Castilhos, o ENADE é tratado com seriedade, sendo frequentemente discutida sua importância com os alunos e professores, assim como, os conteúdos e questões do ENADE têm sido utilizados pelos professores através de resolução e aplicação de exercícios e outros aspectos importantes para a formação e bom desempenho do aluno durante seu curso de graduação.

A avaliação externa de cursos tem como objetivo avaliar as condições do curso para o seu reconhecimento e/ou renovação de reconhecimento, resultando em ato de reconhecimento ou renovação de reconhecimento. Já a avaliação externa de instituições tem o objetivo de avaliar as condições para a oferta de ensino superior, resultando em ato de credenciamento ou credenciamento para a oferta de ensino superior.

Para isso, é fundamental tanto para o curso quanto para a instituição oferecer ao aluno a estrutura pedagógica, específica e física na qual o aluno consiga construir as diferentes tarefas do ensino necessárias para sua formação, e uni-las para sua concepção da importância no papel como educador.

A Autoavaliação Institucional é realizada institucionalmente, no âmbito da Comissão Própria de Avaliação – CPA, com vistas a avaliar o desenvolvimento institucional e reorientar o planejamento, quando necessário, a fim de garantir a qualidade da educação ofertada. Reuniões mensais com o colegiado do curso são essenciais para garantir a qualidade do ensino e da formação dos alunos, bem como discutir e avaliar possíveis melhorias em diferentes setores, desde a parte pedagógica até a parte estrutural dos prédios e salas de aula.

Os resultados da avaliação externa dos cursos superiores e da autoavaliação institucional são utilizados como subsídio para a avaliação do curso no âmbito do Núcleo Docente Estruturante, Colegiado de Curso e do respectivo Grupo de Trabalho, em conjunto com a Direção Geral e de Ensino, para fins de realização de melhorias contínuas, bem como a Pró-Reitoria de Ensino, que junto aos anteriormente citados, deve desenvolver ações periódicas com vistas à informação e divulgação dos resultados da Avaliação do Ensino Superior, promovendo ações de valorização e melhoria dos resultados, quando necessário.

A avaliação do Curso Superior de Licenciatura em Matemática é normatizada pela Resolução nº 13/2014 do IF Farroupilha, em seus artigos 66 a 70.

4.10. Critérios e procedimentos para aproveitamento de estudos anteriores

O aproveitamento de estudos anteriores no Curso Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas compreende o processo de aproveitamento de componentes curriculares cursados com êxito em outro Curso de graduação.

O pedido de aproveitamento de estudos deve ser avaliado pelo(s) professor(es) da área de conhecimento, seguindo os seguintes critérios:

I – a correspondência entre a ementa e/ou programa cursado na outra instituição e a do Curso realizado no IF Farroupilha, não deverá ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento).

II – a carga horária cursada deverá ser igual ou superior àquela indicada no componente curricular do respectivo Curso no IF Farroupilha;

III – além da correspondência de ementa e carga horária entre os componentes curriculares, o processo de aproveitamento de estudos poderá envolver avaliação teórica e/ou prática acerca do conhecimento a ser aproveitado;

IV – caso necessário, a Comissão poderá levar casos especiais para análise do Colegiado de Curso.

O aproveitamento de estudos anteriores não deve ultrapassar 75% (setenta e cinco por cento) do currículo do Curso Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas, de acordo com a matriz curricular a qual o estudante está vinculado.

Os procedimentos para a solicitação de aproveitamento de estudos anteriores seguem o disposto nas Diretrizes Curriculares Institucionais para os Cursos Superiores de Graduação do IF Farroupilha.

4.11. Critérios e procedimentos de certificação de conhecimento e experiências anteriores

De acordo com a LDB 9394/96, o conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Entende-se por Certificação de Conhecimentos Anteriores a dispensa de frequência em componente curricular do curso do IF Farroupilha em que o estudante comprove excepcional domínio de conhecimento através da realização de avaliação teórica e/ou prática.

A avaliação será realizada sob responsabilidade de Comissão composta pelo(s) professor(e)s da área de conhecimento, a qual estabelecerá os procedimentos e os critérios para a avaliação, de acordo com as ementas dos componentes curriculares para o qual solicita a certificação de conhecimentos. O resultado mínimo da avaliação para obtenção de certificação em componente curricular deverá ser de 7,0.

A avaliação para Certificação de Conhecimentos Anteriores poderá ocorrer por solicitação fundamentada do estudante, que justifique a excepcionalidade, ou por iniciativa de professores do curso.

Não se aplica a Certificação de Conhecimentos Anteriores para o componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) bem como para Estágio Curricular Supervisionado.

Os procedimentos para a solicitação de certificação de conhecimentos seguem o disposto nas Diretrizes Curriculares Institucionais para os cursos superiores de Graduação do IF Farroupilha.

4.12. Expedição de Diploma e Certificados

O estudante que frequentar todos os componentes curriculares previstos no Curso, tendo obtido aproveitamento satisfatório e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das horas-aula em cada um deles, antes do prazo máximo para integralização, para receber o diploma de concluinte do Curso, após realizar a colação de grau na data agendada pela instituição.

As normas para expedição de Diplomas e Históricos Escolares finais estão normatizadas através de regulamento próprio.

4.13. Ementário

4.13.1. Componentes curriculares obrigatórios

1º SEMESTRE	
Componente Curricular: História da Educação Brasileira	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 1º semestre
Ementa	
Educação e historicidade. Educação no Brasil Colônia. Educação no Brasil Império. A constituição do Ensino Público no Brasil. A Educação no período Republicano. A Educação na Era Vargas. Educação no Período Ditatorial. A educação no período de redemocratização. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A Educação nas Constituições Brasileiras. A Educação no contexto atual. História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.	
Bibliografia Básica	

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da Educação Brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. **História da educação**: de Confúcio a Paulo Freire. São Paulo: Contexto, 2011.

Bibliografia Complementar.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira**: leituras. São Paulo: Cengage Learning, 2003.

LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 5ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SHIGUNOV NETO, Alexandre. **História da educação brasileira**: do período colonial ao predomínio das políticas educacionais neoliberais. São Paulo: Salta, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. rev. e ampl. *Campinas*: Autores Associados, 2011.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**: séculos XIX. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.V 2.

Componente Curricular: Filosofia da Educação	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 1º semestre
Ementa	
Filosofia e Educação: diferentes abordagens. A indissociabilidade entre filosofia e educação no pensamento grego. A filosofia grega e a formação do ser humano. Análise filosófico-pedagógica da educação na modernidade e na contemporaneidade. Filosofia da Educação na formação e na prática do trabalhador. Educação e Cultura. Educação e o mundo do trabalho.	
Bibliografia Básica	
GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas . 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção ciências sociais da educação).	
LUCKESI, Cipriano. Filosofia da educação . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.	
SEVERINO, Antônio Joaquim (Org.). Ética e formação de professores: política, responsabilidade e autoridade em questão . São Paulo: Cortez, 2011.	
Bibliografia Complementar	
ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento : fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, c1985.	
AKKARI, A. Internacionalização das políticas educacionais : Transformação e desafios. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.	
FRIGOTTO, G. Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira . E-book. Disponível em: http://www.lpp-uerj.org em 01 ago. 2017.	
GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas . 8. ed. São Paulo: Ática, 1999.	
SEVERINO, Antônio Joaquim. Filosofia da educação : construindo a cidadania. São Paulo: FTD, 1994.	

Componente Curricular: Fundamentos de Matemática Elementar I	
Carga Horária: 108 horas	Período Letivo: 1º semestre
Ementa	
Noções de conjuntos numéricos, operações com conjuntos, produto cartesiano, e relações. Definição de função. Tipos de funções: injetora, sobrejetora e bijetora; par e ímpar. Função composta e função inversa. Funções elementares: afim, modular, quadrática, exponencial e logarítmica.	
Bibliografia Básica	

BEZERRA, Manoel Jairo. **Matemática para o Ensino Médio**. 5. ed. São Paulo: Scipione, 2004.

FACCHINI, Walter. **Matemática para a escola de hoje**. São Paulo: FTD, 2006.

IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. **Fundamentos de matemática elementar 1: conjuntos, funções**. 8. ed. São Paulo: Atual, 2009.

Bibliografia Complementar

ANTAR NETO, A. **Noções de matemática: conjuntos e funções**. v.1. São Paulo: Ed. Moderna, 2009.

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática: contexto e aplicações**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2010.

GUELLI, Oscar. **Matemática**. São Paulo: Ática, 2007.

IEZZI, Gelson. **Matemática: volume único**. 5. ed. São Paulo: Atual, 2011.

RIBEIRO, Jackson. **Matemática: ciência e linguagem**. São Paulo: Scipione, 2007.

Componente Curricular: Matemática Básica	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 1º semestre
Ementa	
Definição e propriedades das operações de potenciação e radiciação. Operações com polinômios. Produtos notáveis. Fatoração algébrica. Equação: do 1º grau, do 2º grau, biquadrada, fracionária e irracional. Sistemas de equações com duas variáveis. Inequações. Razão e proporção e suas relações. Regra de três simples e composta.	
Bibliografia Básica	
BIANCHINI, B. Matemática - (6º ao 9º ano) . Editora Moderna, 2016.	
DANTE, Luiz. Roberto. Matemática: Contexto e Aplicações . São Paulo: Ática, 2011.	
IEZZI, G.; DOLCE, O. Matemática e realidade . (6º ao 9º ano). São Paulo: Atual, 2009.	
Bibliografia Complementar	
BARROSO, Juliane Matsubara (Ed.). Araribá matemática 9 . 3. ed. São Paulo: Moderna, 2010.	
DANTE, Luiz Roberto. Tudo é matemática (6º ao 9º ano). São Paulo: Ática, 2011.	
IMENES, L. M. Matemática para todos . (5ª a 8ª série). São Paulo: Scipione, 2007.	
IEZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel; DEGENSZAJN, David Mauro. Fundamentos de Matemática Elementar: matemática comercial, matemática financeira, estatística descritiva . Vol. 11. São Paulo: Atual, 2008.	
MORI, Iracema; ONAGA, Dulce. Satiko. Matemática: Ideias e desafios . (6º ao 9º ano). São Paulo: Saraiva, 2010.	

Componente Curricular: Tecnologias da Informação e da Comunicação	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 1º semestre
Ementa	
Conceitos básicos em computação. Sistema livre e proprietário. Políticas de informatização da educação brasileira. Editores: de texto, de apresentação e de planilhas e seus recursos para a matemática. As mídias e a aprendizagem da matemática. Ambientes virtuais de aprendizagem em matemática. Ambientes de comunicação e interação e suas implicações nos processos de aprendizagem em matemática.	
Bibliografia Básica	
CAPRON, H.L.; JONSON, J.A. Introdução à Informática . 8ª. ed. São Paulo: Pearson, 2004.	
BORBA, Marcelo de Carvalho; PENTEADO, Miriam. Informática e educação matemática . 4. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2010.	
VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: conceitos básicos . 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.	
Bibliografia Complementar	

MANZANO, André Luiz N.G.; MANZANO, Maria Izabel N.G. **Estudo dirigido de informática básica**. 7ª Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Érica, 2007.

MORAN, José Manoel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 19 ed. Campinas: Papirus, 2011.

NORTON, Peter. **Introdução à Informática**. São Paulo: Pearson, 2011.

SILVA, Mário. Gomes da. **Informática: terminologia básica: Microsoft Windows XP, Microsoft Office Word 2007, Microsoft Office Excel 2007, Microsoft Office Access 2007, Microsoft Office Power Point 2007**. 3ed. São Paulo: Érica, 2013.

STAIR, Ralph. M; REYNOLDS, George Walter. **Princípios de sistemas de informação**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

Componente Curricular: Leitura e Produção Textual	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 1º semestre
Ementa	
Concepções de leitura: leitura crítica e compreensão dos vários gêneros textuais. Conceitos relativos à produção textual. Estratégias de planejamento do texto escrito. Práticas de escrita de diversos gêneros textuais com predomínio de sequências textuais argumentativas e expositivas.	
Bibliografia Básica	
FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Para entender o texto: leitura e redação . 17ª Ed. São Paulo: Ática, 2010.	
KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. O texto e a construção de sentidos . 9 ed. São Paulo: Contexto, 2009.	
MARCUSCHI, Luiz Antonio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão . São Paulo: Parábola, 2008.	
Bibliografia Complementar	
VAL, Maria da Graça Costa. Redação e textualidade . 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.	
CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo . 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, c2013.	
KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. A coesão textual . 22. ed. São Paulo: Contexto, 2010.	
KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A coerência textual . 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.	
MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas . 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.	

Componente Curricular: Prática de Ensino de Matemática I	
Carga Horária: 50 horas	Período Letivo: 1º semestre
Ementa	
Cultura e organização escolar no Ensino Fundamental; Trabalho docente: constituição do profissional docente; Tendências pedagógicas no ensino da Matemática.	
Bibliografia Básica	
BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; BORBA, Marcelo de Carvalho (Org.). Educação matemática: pesquisa em movimento . 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2005.	
FIORENTINI, D. (Org.) Formação de professores de Matemática: explorando novos caminhos com outros olhares . Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.	
SKOVSMOSE, Ole. Educação matemática crítica: a questão da democracia . 6. ed. Campinas: Papirus, 2013.	
Bibliografia Complementar	

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani (Org.). **Pesquisa em educação matemática: concepções e perspectivas**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Gerais da Educação Básica**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Currículos e Educação Integral, 2013.

DEMO, Pedro. **Ser professor é cuidar que o aluno aprenda**. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

PAIS, Luiz Carlos. **Didática da matemática: uma análise da influência francesa**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

2º Semestre	
Componente Curricular: Sociologia da Educação	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 2º semestre
Ementa	
A Sociologia da Educação na formação do professor. Teorias da Sociologia da Educação. Sociedade, Educação e Vida Moral: Durkheim e a Educação. Sociedade, Educação e Emancipação: Marx e o pensamento sociológico. Weber e a Educação. Bourdieu e a Educação. Gramsci e a Educação. Sociologia da Educação no Brasil. Educação em Direitos Humanos na escola contemporânea. Educação e Sociedade: perspectivas contemporâneas emergentes.	
Bibliografia Básica	
APPLE, Michael W. Educação e poder . Porto Alegre: Artmed, 2002.	
TORRES, Jorge. A educação em tempos de neoliberalismo . Porto Alegre: Artmed, 2003.	
DURKHEIM, Émile. Educação e sociologia . São Paulo: Hedra, 2011.	
Bibliografia Complementar	
GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas . 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.	
LAHIRE, B. Sucesso escolar nos meios populares . São Paulo: Ática, 1997.	
QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. Um toque de clássicos: Durkheim, Max e Weber . 2. ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002.	
RODRIGUES, A. T. Sociologia da Educação . 39 ed. Rio de Janeiro: Dp&A, 2002.	
HAECHT, Anne Van. Sociologia da educação: a escola posta à prova . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.	

Componente Curricular: Psicologia da Educação	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 2º semestre
Ementa	
Histórico da Psicologia e Psicologia da Educação. A psicologia da Educação como ciência. Aprendizagem: preceitos e disposições. Comportamentalismo e Educação. Humanismo e Educação. Psicanálise e Educação. Psicologia Genética e Educação. Teoria sócio-histórica e educação. Teoria simbólico-cultural e Educação. A perspectiva cognitiva de aprendizagem. Dificuldades de aprendizagem. Processos de ensino e aprendizagem na contemporaneidade.	
Bibliografia Básica	
COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús (Org.). Desenvolvimento psicológico e educação . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. v. 1	
COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús (Org.). Desenvolvimento psicológico e educação . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. v. 2.	
FONTANA, Roseli Ap. Cação; CRUZ, Maria Nazaré da. Psicologia e trabalho pedagógico . São Paulo: Atual, 2013.	

Bibliografia Complementar

ABIGAI, M. A.; PLACCO, V. N. de S. (et al). **Psicologia e Educação**.
BIAGGIO, Ângela M. Brasil. **Psicologia do desenvolvimento**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
COSENZA, Ramon M.; GUERRA, Leonor B. **Neurociência e educação**: como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed, 2011.
DUMAS, Jean E.; MURAD, Fátima (Trad.). **Psicopatologia da infância e da adolescência**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.
ROTTA, Newra Tellechea; OHLWEILER, Lygia; RIESGO, Rudimar dos Santos (Org.). **Transtornos da aprendizagem**: abordagem neurológica e multidisciplinar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

Componente Curricular: Fundamentos de Matemática Elementar II

Carga Horária: 108 horas

Período Letivo: 2º semestre

Ementa

Relações trigonométricas no triângulo retângulo. Lei dos senos e dos cossenos. Área de triângulos quaisquer. Estudo e análise de funções trigonométricas. Funções trigonométricas inversas. Números complexos: definição, propriedades, operações, representação geométrica, complexos conjugados, valor absoluto, forma polar, raízes e regiões do plano. Polinômios: definição, igualdade, grau, operações, raízes reais e complexas.

Bibliografia Básica

BEZERRA, Manoel Jairo. **Matemática para o Ensino Médio**. 5. ed. São Paulo: Scipione, 2004.
FACCHINI, Walter. **Matemática para a escola de hoje**. São Paulo: FTD, 2006.
IEZZI, Gelson. **Fundamentos de matemática elementar**: trigonometria. 8. ed. São Paulo: Atual, 2009.

Bibliografia Complementar

AYRES JR., Frank; MOYER, Robert E. **Teoria e problemas de trigonometria**: com soluções baseadas em calculadoras. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.
DANTE, Luiz Roberto. **Matemática**: contexto e aplicações. 3. ed. São Paulo: Ática, 2010.
GUELLI, Oscar. **Matemática**. São Paulo: Ática, 2007.
IEZZI, Gelson. **Matemática**: volume único. 5. ed. São Paulo: Atual, 2011.
RIBEIRO, Jackson. **Matemática**: ciência e linguagem. São Paulo: Scipione, 2007.

Componente Curricular: Geometria Analítica

Carga Horária: 72 horas

Período Letivo: 2º semestre

Ementa

Vetores no R^2 e R^3 : definição algébrica e geométrica, operações com vetores e suas propriedades; produto escalar, produto vetorial, produto misto e suas aplicações. Estudo da equação da reta no plano e no espaço. Estudo do plano. Distâncias. Posições relativas de retas e planos. Ângulos entre retas e planos. Estudo da circunferência. Estudos das cônicas.

Bibliografia Básica

IEZZI, Gelson. **Fundamentos de matemática elementar**: geometria analítica. 6. ed. São Paulo: Atual, 2013.
SIMMONS, George Finlay. **Cálculo com geometria analítica**. São Paulo: Pearson Makron Books, 2008. v.1
STEINBRUCH, Alfredo; WINTERLE, Paulo. **Geometria analítica**. 2. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2010.

Bibliografia Complementar

ANTON, Howard; RORRES, Chris; DOERING, Claus Ivo. **Álgebra linear com aplicações**. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

BEZERRA, Manoel Jairo. **Matemática para o Ensino Médio**. 5. ed. São Paulo: Scipione, 2004.

FACCHINI, Walter. **Matemática para a escola de hoje**. São Paulo: FTD, 2006.

PAIVA, Manoel. **Matemática: conceitos, linguagem e aplicações**. São Paulo: Moderna, 2007.

SANTOS, Fabiano José dos; FERREIRA, Silvimar Fábio. **Geometria analítica**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

Componente Curricular: Metodologia Científica	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 2º semestre
Ementa	
Tipos de conhecimento. Produção do conhecimento científico. Métodos, abordagens e tipos de pesquisa. Planejamento de pesquisa. Estrutura e organização dos gêneros acadêmico-científicos (artigo, relatório, projeto de pesquisa). Normas técnicas de apresentação de trabalhos acadêmico-científicos. Ética na pesquisa.	
Bibliografia Básica	
FERRAREZI JUNIOR, Celso. Guia do trabalho científico : do projeto à redação final: monografia, dissertação e tese. São Paulo: Contexto, c2011.	
GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. Questões de método na construção da pesquisa em educação . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.	
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica . 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011.	
Bibliografia Complementar	
ANDRADE, M. M. Introdução à Metodologia Científica . 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.	
LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Pesquisa em educação : abordagens qualitativas. 2. ed. São Paulo: EPU, c2013.	
DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa . 10. ed. <i>Campinas</i> : Autores Associados, 2015.	
GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.	
PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. Pesquisa e complexidade : estratégias metodológicas multidimensionais. Curitiba: CRV, 2014.	

Componente Curricular: Prática de Ensino de Matemática II	
Carga Horária: 50 horas	Período Letivo: 2º semestre
Ementa	
Pesquisa e investigação em Educação Matemática.	
Bibliografia Básica	
BICUDO, Maria Aparecida Viggiani (Org.). Pesquisa em educação matemática : concepções e perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.	
BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; BORBA, Marcelo de Carvalho (Org.). Educação matemática : pesquisa em movimento. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2005.	
FIORENTINI, Dario; LORENZATO, Sérgio. Investigação em educação matemática : percursos teóricos e metodológicos. 3. ed. rev. <i>Campinas</i> : Autores Associados, 2009.	
Bibliografia Complementar	

KUMMER, Tarcísio. **Um caminho para a matemática: do cotidiano para o escolar**. Curitiba: CRV, 2016.

MOREIRA, Plínio Cavalcanti; DAVID, Maria Manuela M. S. **A formação matemática do professor: licenciatura e prática docente escolar**. 2. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2005.

ANDRADE, Erika dos Reis Gusmão; MELO, Elda Silva do Nascimento (Org.). **Formação docente e representações sociais: entre o vir a ser, o saber e o ser professor**. Curitiba: CRV, 2016.

SANTOS, Maria José Costa dos; MATOS, Fernanda Cíntia Costa; MAGALHÃES, Elisângela (Org.). **As dimensões epistemológicas do saber matemático: ensino e aprendizagem**. Curitiba: CRV, 2016.

SKOVSMOSE, Ole. **Educação matemática crítica: a questão da democracia**. 5. ed. Campinas: Papirus, 2010.

3º Semestre	
Componente Curricular: Políticas, Gestão e Organização da Educação	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 3º semestre
Ementa	
A educação escolar como direito da cidadania e como dever do Estado na sociedade brasileira. Organização da Educação Brasileira, bases conceituais e normativas. Políticas governamentais na atualidade para a área da educação. Gestão da(s) política(s) da educação básica nos diferentes níveis e modalidades de sua organização. Planejamento Educacional. Gestão Democrática da Educação.	
Bibliografia Básica	
DALMÁS, Ângelo. Planejamento participativo na escola: elaboração, acompanhamento e avaliação . 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.	
DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. Políticas públicas: princípios, propósitos e processos . São Paulo: Atlas, 2012.	
LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática . 6. ed. rev. e ampl. Goiânia: Heccus, 2015.	
Bibliografia Complementar	
AKKARI, Abdeljalil. Internacionalização das políticas educacionais: transformações e desafios . Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.	
FORTUNATI, José. Gestão da educação pública: caminhos e desafios . Porto Alegre: Artmed, 2007.	
LÜCK, Heloísa. Ação integrada: administração, supervisão e orientação educacional . 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.	
MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas . 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.	
PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública . 3. ed. São Paulo: Ática, 2008.	

Componente Curricular: Álgebra Linear I	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 3º semestre
Ementa	
Matrizes: tipos, operações e matriz inversa. Determinantes: cálculo do determinante e suas propriedades. Sistemas lineares: métodos de resolução e discussão de sistemas lineares.	
Bibliografia Básica	
ANTON, Howard; RORRES, Chris; DOERING, Claus Ivo. Álgebra linear com aplicações . 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.	
LIPSCHUTZ, Seymour; LIPSON, Marc. Álgebra linear . 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.	
STEINBRUCH, Alfredo; WINTERLE, Paulo. Álgebra linear . São Paulo: Pearson Makron Books, 2010.	
Bibliografia Complementar	

BOLDRINI, José Luiz. **Álgebra linear**. 3. ed. ampl. e rev. São Paulo: Harbra, 1986.

CALLIOLI, Carlos A.; DOMINGUES, Hygino H.; COSTA, Roberto Celso Fabricio. **Álgebra linear e aplicações**. 6. ed. reform. São Paulo: Atual, c1990.

IEZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel. **Fundamentos de matemática elementar 4**: seqüências, matrizes, determinantes, sistemas. 7. ed. São Paulo: Atual, 2009. Vol. 4.

LAY, David C. **Álgebra linear e suas aplicações**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

LEON, Steven J. **Álgebra linear com aplicações**. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

Componente Curricular: Geometria Plana	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 3º semestre
Ementa	
Construção axiomática da geometria plana: elementos fundamentais da geometria; paralelismo; perpendicularismo; polígonos. Estudo dos triângulos. Estudo dos quadriláteros notáveis. Estudo da circunferência. Áreas de superfícies planas.	
Bibliografia Básica	
BARBOSA, João Lucas Marques. Geometria euclidiana plana . 11. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2012.	
DOLCE, Osvaldo; POMPEO, José Nicolau. Fundamentos de matemática elementar: geometria plana . 8. ed. São Paulo: Atual, 2010.	
IEZZI, Gelson; MACHADO, Antonio; DOLCE, Osvaldo. Geometria plana : conceitos básicos. 2. ed., rev. e atual. São Paulo: Atual, 2011.	
Bibliografia Complementar	
IEZZI, G.; DOLCE, O. Matemática e realidade . (5ª a 8ª série). São Paulo: Atual, 2005.	
IMENES, L. M.. Matemática para todos . (5ª a 8ª série). São Paulo: Scipione, 2007.	
LIMA, Elon Lages. Medida e forma em geometria : comprimento, área, volume e semelhança. 4. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2011.	
PAIVA, M.. Matemática: volume único . São Paulo: Moderna, 2005.	
REZENDE, Eliane Quelho Frota; QUEIROZ, Maria Lúcia Bontorim de. Geometria euclidiana plana e construções geométricas . 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2008.	

Componente Curricular: Matemática Discreta	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 3º semestre
Ementa	
Progressões numéricas (PA e PG); leis de recorrência, termo geral, propriedades, soma dos n primeiros termos. Análise Combinatória: princípio fundamental da contagem, arranjo simples, permutação simples, permutação com elementos repetidos, combinação simples. Probabilidade.	
Bibliografia Básica	
ALENCAR FILHO, Edgard de. Iniciação à lógica matemática . São Paulo: Nobel, [2002].	
LIPSCHUTZ, Seymour; LIPSON, Marc. Teoria e problemas de matemática discreta . 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.	
PINHEIRO, João Ismael D. (Et al). Estatística básica : a arte de trabalhar com dados. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.	
Bibliografia Complementar	

MORGADO, A. C. et al. **Análise combinatória e probabilidade**: com as soluções dos exercícios. 10. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2016.

HALMOS, Paul R. **Teoria ingênua dos conjuntos**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2001.

HAZZAN, Samuel. **Fundamentos de matemática elementar: combinatória, probabilidade**. 8. ed. São Paulo: Atual, c2013. v.5

MORTARI, Cezar Augusto. **Introdução à lógica**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

SÁ, Ilydio Pereira de. **Raciocínio lógico**: concursos públicos/formação de professores: (teoria, questões comentadas, exercícios propostos). Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.

Componente Curricular: Diferencial e Integral I	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 3º semestre
Ementa	
Limite de uma função real. Continuidade de uma função. Derivadas de funções de uma variável: partindo do conceito de derivada como taxa de variação. Teoremas sobre derivadas de funções elementares, regras práticas de derivação, derivação implícitas e de ordem superior. Aplicações de derivadas para esboço de gráficos e na resolução de problemas de taxa de variação. Aplicação de derivada como máximos e mínimos relativos, e aplicações em outras áreas de conhecimento.	
Bibliografia Básica	
ANTON, Howard; BIVENS, Irl; DAVIS, Stephen. Cálculo . 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. v.1	
IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos; MACHADO, Nilson José. Fundamentos de matemática elementar 8 : limites, derivadas, noções de integral. 6. ed. São Paulo: Atual, 2009. v. 8	
STEWART, James. Cálculo . 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. v.1	
Bibliografia Complementar	
ÁVILA, Geraldo. Cálculo das funções de uma variável . 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003. v.1	
GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. Um curso de cálculo . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001. v.1	
HOFFMANN, Laurence D.; BRADLEY, Gerald L. Cálculo : um curso moderno e suas aplicações.9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.	
LEITHOLD, Louis. O cálculo com geometria analítica . 3. ed. São Paulo: Harbra, 1994.	
SIMMONS, George Finlay. Cálculo com geometria analítica . São Paulo: Pearson Makron Books, 2010. v.1	

Componente Curricular: Prática de Ensino de Matemática III	
Carga Horária: 50 horas	Período Letivo: 3º semestre
Ementa	
Tecnologias na formação do professor de matemática. Recursos educacionais e tecnológicos, no ensino de Matemática, voltados ao Ensino Fundamental.	
Bibliografia Básica	
ARAUJO, Luis Cláudio Lopes de, NOBRIGA, Jorge Cássio Costa. Aprendendo matemática com o geogebra . São Paulo: editora Exato, 2010.	
BORBA, Marcelo de Carvalho. & PENTEADO, Miriam. Informática e Educação Matemática . 4ª Ed. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2010.	
LEVY, Pierre. As Tecnologias da Inteligência - O Futuro do Pensamento na Era da Informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.	
Bibliografia Complementar	

BRASIL, Ministério da Educação. **Coleção Informática da Educação**, disponível em: <http://www.proinfo.mec.gov.br>.

EDUMATEC – site sobre Educação Matemática e Tecnologia. Disponível em <http://www.edumatec.mat.ufrgs.br>. Último acesso em 02/09/2014.

GraphCalc. Disponível em <http://www.graphcalc.com>. Último acesso em março de 2018.

MUPAD disponível em www.mupad.com. Último acesso em março de 2018.

SELVA, Ana Coelho Vieira; BORBA, Rute. **O uso da calculadora nos anos iniciais do ensino fundamental**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

4º Semestre	
Componente Curricular: Didática, Currículo e Organização do Trabalho Pedagógico	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 4º semestre
Ementa	
Origens do campo da Didática: histórico, concepções e abordagens. Pedagogia Tradicional, Pedagogia escolanovista, Pedagogia Tecnicista, Pedagogia Histórico-Crítica: implicações didático-metodológicas. Teorias do currículo. A cultura, o currículo e a prática escolar. Currículo Integrado. A dinâmica da sala de aula: metodologias, procedimentos e técnicas de ensino. A relação professor-aluno. Planejamento e avaliação da prática pedagógica.	
Bibliografia Básica	
FAZENDA, I. Didática e interdisciplinariedade , 2008.	
HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio . 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.	
GIMENO SACRISTÁN, José; PÉREZ GÓMEZ, Angel I. Compreender e transformar o ensino . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.	
VEIGA, I. P. A prática pedagógica do professor de didática . São Paulo: Papirus, 1992.	
Bibliografia Complementar	
HAYDT, Regina Célia Cazaux. Curso de didática geral . 8. ed. São Paulo: Ática, 2008. 327 p.	
HOFFMANN, Jussara. Avaliar: respeitar primeiro educar depois . 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.	
HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade . 31. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011	
GIMENO SACRISTÁN, José. O currículo: uma reflexão sobre a prática . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.	
SCHÖN, Donald A. Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem . Porto Alegre: Artmed, 2000.	

Componente Curricular: Metodologias do Ensino de Matemática I	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 4º semestre
Ementa	
Estudo das metodologias de ensino: metodologia de jogos, etnomatemática e modelagem matemática. Livros didáticos no ensino de matemática. Parâmetros curriculares nacionais e suas relações com as diferentes metodologias de ensino.	
Bibliografia Básica	
CARVALHO, Dione Lucchesi de. Metodologia do ensino da matemática . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.	
D'AMBROSIO, Ubiratan. Educação matemática: da teoria à prática . 22. ed. Campinas: Papirus, 2011.	
PONTE, João Pedro da; BROCARD, Joana; OLIVEIRA, Hélio. Investigações matemáticas na sala de aula . 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.	
Bibliografia Complementar	

BASSANEZI, Rodney Carlos. **Ensino-aprendizagem com modelagem matemática**: uma nova estratégia. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Etnomatemática**: elo entre as tradições e a modernidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FIORENTINI, D.; LORENZATO, S. **Investigação em educação matemática**: percursos teóricos e metodológicos. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

GRANDO, Regina Célia. **O jogo e a matemática no contexto da sala de aula**. São Paulo: Paulus, 2004.

MIGUEL, Antonio; MIORIM, Maria Ângela. **História na educação matemática**: propostas e desafios. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

Componente Curricular: Estatística Básica	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 4º semestre
Ementa	
Estatística descritiva: utilização e aplicação em situações reais. Apresentação tabular e gráfica da Estatística Descritiva. Medidas de posição e dispersão. Amostragem.	
Bibliografia Básica	
MAGALHÃES, Marcos Nascimento; LIMA, Antonio Carlos Pedroso de. Noções de probabilidade e estatística . 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.	
MOORE, David S. A estatística básica e sua prática . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.	
FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de estatística . 6. ed. São Paulo: Atlas, 1996.	
Bibliografia Complementar	
CRESPO, Antonio Arnot. Estatística fácil . 19. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2009.	
LAPPONI, Juan Carlos. Estatística usando Excel . 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.	
MORETTIN, Pedro Alberto; BUSSAB, Wilton de Oliveira. Estatística básica . 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.	
RIBEIRO JÚNIOR, José Ivo. Análises estatísticas no Excel : guia prático. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2004	
PINTO, Suzi Samá; SILVA, Mauren Porciúncula Moreira da (Org.). Educação estatística: ações e estratégias pedagógicas no ensino básico e superior . Curitiba: CRV, 2015.	

Componente Curricular: Cálculo Diferencial e Integral II	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 4º semestre
Ementa	
Conceito de diferencial e antidiferencial. Conceito de integração como antiderivada. Técnicas de integração. Teorema Fundamental do Cálculo. Estudo da integral definida e suas propriedades. Aplicações de integrais definidas no cálculo de áreas e volumes de sólidos de revolução de funções de uma variável.	
Bibliografia Básica	
ANTON, Howard; BIVENS, Irl; DAVIS, Stephen. Cálculo . 10. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014. v.1.	
SIMMONS, George Finlay. Cálculo com geometria analítica . São Paulo: Pearson Makron Books, 2008. v.1.	
STEWART, James. Cálculo . 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. v.1.	
Bibliografia Complementar	

ÁVILA, Geraldo. **Cálculo das funções de uma variável**. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003. v.1.

GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. **Um curso de cálculo**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001. v.1.

HOFFMANN, Laurence D.; BRADLEY, Gerald L. **Cálculo: um curso moderno e suas aplicações**. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. XXVI, 624 p.

IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos; MACHADO, Nílson José. **Fundamentos de matemática elementar 8: limites, derivadas, noções de integral**. 6. ed. São Paulo: Atual, 2009. v. 8.

LEITHOLD, Louis. **O cálculo com geometria analítica**. 3. ed. São Paulo: Harbra, 1994. v.1.

Componente Curricular: Geometria Espacial	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 4º semestre
Ementa	
Estudo axiomático da geometria espacial. Poliedros: de Platão, Prismas e Pirâmides. Sólidos de revolução: cilindros, cones e esfera.	
Bibliografia Básica	
BEZERRA, Manoel Jairo. Matemática para o Ensino Médio . 5. ed. São Paulo: Scipione, 2004. 496 p.	
CARVALHO, Paulo Cezar Pinto. Introdução à geometria espacial . 4. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2005. 114 p.	
DOLCE, Osvaldo; POMPEO, José Nicolau. Fundamentos de matemática elementar: geometria espacial, posição, métrica . 6. ed. São Paulo: Atual, 2008. v.10.	
Bibliografia Complementar	
DOLCE, Osvaldo; POMPEO, José Nicolau. Fundamentos de matemática elementar: geometria plana . 8. ed. São Paulo: Atual, 2010. v.9.	
FACCHINI, Walter. Matemática para a escola de hoje . São Paulo: FTD, 2006, 736p.	
GARCIA, Antônio Carlos de Almeida; CASTILHO, João Carlos Amarante. Matemática sem mistérios: geometria plana e espacial . Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2006. xi, 548 p.	
MACHADO, P. A. F. M.. Fundamentos de geometria Espacial . Belo Horizonte: CAED, 2013. (Ebook).	
WAGNER, E.; CARNEIRO, José Paulo Q. (Colab.). Construções geométricas . 6. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2007. 110 p.	

Componente Curricular: Prática de Ensino de Matemática IV	
Carga Horária: 50 horas	Período Letivo: 4º semestre
Ementa	
Tecnologias na formação do professor de matemática. Recursos educacionais e tecnológicos, no ensino de Matemática, voltados ao Ensino Médio.	
Bibliografia Básica	
BORBA, Marcelo de Carvalho; PENTEADO, Miriam. Informática e educação matemática . 4. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2010. 103 p.	
LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática . Rio de Janeiro: Ed. 34, 2008. 204 p.	
PAPERT, Seymour. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática . Porto Alegre: Artmed, 2008. vi, 220 p.	
Bibliografia Complementar	

ARAÚJO, Luis Cláudio Lopes de; NÓBRIGA, Jorge Cássio Costa. **Aprendendo matemática com o geogebra**. São Paulo: Exato, 2010. 226 p.

BRASIL, Ministério da Educação. **Coleção Informática da Educação**, disponível em <http://www.proinfo.mec.gov.br>.

EDUMATEC – **site sobre Educação Matemática e Tecnologia**. Disponível em <http://www.edumatec.mat.ufrgs.br>. Último acesso em 02/09/2014.

GraphCalc disponível em: <http://www.graphcalc.com>. Último acesso em março de 2018.

MUPAD disponível em: www.mupad.com. Último acesso em março de 2018.

5º Semestre	
Componente Curricular: Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 5º semestre
Ementa	
Trabalho, educação, ciência e tecnologia. As metamorfoses do mundo do trabalho. As transformações científicas e tecnológicas e suas implicações no mundo do trabalho e no processo educativo. A formação do trabalhador no contexto atual. Políticas de educação profissional e de educação de jovens e adultos. Princípios e fundamentos da educação de jovens e adultos. Os sujeitos e a historicidade da educação de jovens e adultos. Métodos e processos de ensino e aprendizagem de jovens e adultos.	
Bibliografia Básica	
GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (Org.). Educação de jovens e adultos : teoria, prática e proposta. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.	
RIBEIRO, V. M. (Org.) Educação de jovens e adultos : novos leitores, novas leitoras. Campinas, SP: Mercado de Letras, São Paulo: Ação Educativa, 2008.	
SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de Castro; GOMES, Nilma Lino (Org.). Diálogos na educação de jovens e adultos . 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.	
Bibliografia Complementar	
NASCIMENTO, Carmen Teresinha Brunel do. Jovens cada vez mais jovens na educação de jovens e adultos . 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.	
FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler : em três artigos que se completam. 50. ed. São Paulo: Cortez, 2009	
MOLL, Jaqueline (Org.). Educação de jovens e adultos . 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2008 (Projetos e práticas pedagógicas).	
PINTO, A. V. Sete Lições sobre educação de adultos . Introdução e entrevista de Demerval Saviani e Betty Antunes de Oliveira, versão final revisada pelo autor. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.	
SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de Castro; GOMES, Nilma Lino (Org.). Diálogos na educação de jovens e adultos . 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.	

Componente Curricular: Metodologias do Ensino de Matemática II	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 5º semestre
Ementa	
Estudo das metodologias de ensino: aprendizagem por projetos, história da matemática, resolução de problemas, investigação matemática, engenharia didática e a análise de erros. Livros didáticos no ensino de matemática. Parâmetros curriculares nacionais e suas relações com as diferentes metodologias de ensino estudadas.	
Bibliografia Básica	

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; BORBA, Marcelo de Carvalho (Org.). Educação matemática: pesquisa em movimento . 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2005.
BORBA, Marcelo de Carvalho; PENTEADO, Miriam. Informática e educação matemática . 4. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2010.
PONTE, João Pedro da; BROCARD, Joana; OLIVEIRA, Hélia. Investigações matemáticas na sala de aula . 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
Bibliografia Complementar
CARVALHO, Dione Lucchesi de. Metodologia do ensino da matemática . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
CURY, H.N. Análise de erros: o que podemos aprender com a resposta dos alunos . Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007.
DANTE, L.R. Formulação e resolução de problemas de matemática: teoria e prática . São Paulo: Ática, 2010.
MIGUEL, Antonio; MIORIM, Maria Ângela. História na educação matemática: propostas e desafios . 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
MOYSÉS, Lucia. Aplicações de Vygotsky à educação matemática . 10. ed. Campinas: Papirus, 2010. 176 p.

Componente Curricular: Fundamentos de Álgebra	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 5º semestre
Ementa	
Noções elementares de lógica. Números inteiros: construção axiomática, propriedades, indução matemática, divisibilidade. Algoritmo de Euclides. Números Primos. Teorema Fundamental de aritmética.	
Bibliografia Básica	
ALENCAR FILHO, Edgard de. Iniciação à lógica matemática . São Paulo: Nobel, 2002.	
LIPSCHUTZ, Seymour; LIPSON, Marc. Teoria e problemas de matemática discreta . 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.	
POLCINO MILIES, César; COELHO, Sônia Pitta. Números: uma introdução à matemática . 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2013.	
Bibliografia Complementar	
BARBOSA, Ruy Madsen. Revisitando conexões matemáticas: com brincadeiras, explorações e materiais pedagógicos . São Paulo: LF Editorial, 2012.	
HALMOS, Paul R. Teoria ingênua dos conjuntos . Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2001.	
MENEZES, Paulo Blauth; TOSCANI, Laira V.; GARCÍA LÓPEZ, Javier. Aprendendo matemática discreta com exercícios . Porto Alegre: Bookman, 2009. xiv, 356 p.	
MORTARI, Cezar Augusto. Introdução à lógica . São Paulo: Ed. UNESP, 2001.	
OLIVEIRA, Augusto J. Franco de. Lógica & aritmética: uma introdução à lógica, matemática e computacional . 3. ed. rev. e aument. Lisboa: Gradiva, 2010.	

Componente Curricular: Cálculo Diferencial e Integral III	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 5º semestre
Ementa	
Estudo das funções de duas ou mais variáveis. Limite e continuidade. Derivadas parciais e direcionais como taxa de variação. Interpretação geométrica do gradiente, rotacional e divergente. Plano tangente e reta normal a uma superfície. Estudo dos extremos relativos. Aplicações.	
Bibliografia Básica	

ANTON, Howard; BIVENS, Irl; DAVIS, Stephen. Cálculo . Porto Alegre: Bookman, 2007. v.2
ÁVILA, Geraldo. Cálculo : das funções múltiplas variáveis. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
STEWART, James. Cálculo . 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. v.2
Bibliografia Complementar
FLEMMING, Diva Marília; GONÇALVES, Mirian Buss. Cálculo A : funções, limite, derivação e integração. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Pearson, 2006.
GONÇALVES, Mirian Buss; FLEMMING, Diva Marília. Cálculo B : funções de várias variáveis, integrais múltiplas, integrais curvilíneas e de superfície. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Pearson, 2007.
LEITHOLD, Louis. O cálculo com geometria analítica . 3. ed. São Paulo: Harbra, 1994. v. 2
SIMMONS, George Finlay. Cálculo com geometria analítica . São Paulo: Pearson Makron Books, 2010. v.2
THOMAS, George Brinton. Cálculo . 10. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2003. v.2.

Componente Curricular: Estágio Curricular Supervisionado I	
Carga Horária: 60 horas	Período Letivo: 5 ° semestre
Ementa	
Inserção dos discentes em espaços educativos, nas diferentes modalidade e contextos do Ensino Fundamental. Leitura, análise e discussão da organização curricular da Matemática (sequência de conteúdos, definições, conceituação e dimensão). Organização do planejamento da prática docente. Planejamento de atividades didático-pedagógicas. Acompanhamento do trabalho docente na escola.	
Bibliografia Básica	
PIMENTA, Selma Garrido; SEVERINO, Antônio Joaquim (Coord.). Estágio e docência . 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 296 p.	
TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional . 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 325 p.	
ZABALZA, Miguel A. Diários de Aula : um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional. Porto Alegre: Armed, 2004, 160p.	
Bibliografia Complementar	
IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo; MACHADO, Antonio. Matemática e realidade . 6. ed. São Paulo: Atual, 2009. 271 p.	
IMBERNÓN, Francisco. Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza . 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 127 p.	
IZA, Dijnane Fernanda Vedovatto, SOUZA NETO, Samuel de. Por uma revolução na prática de ensino : o estágio curricular supervisionado. Editora CRV, 2015, 168p.	
PICONEZ, Stela C. Bertholo (Coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado . 24. ed. Campinas: Papirus, 2012. 128 p.	
MORI, Iracema; ONAGA, Dulce Satiko Matemática: Ideias e desafios . São Paulo: Saraiva, 2010.	

Componente Curricular: Prática de Ensino de Matemática V	
Carga Horária: 50 horas	Período Letivo: 5º semestre
Ementa	
Elaboração de propostas de ensino e de materiais didáticos. Análise de livros didáticos de Ensino Fundamental. Planejamento, experimentação e avaliação de experiências de prática de ensino envolvendo matemática para o Ensino Fundamental. Construção de recursos didático-pedagógicos com reaproveitamento de materiais, focalizando a educação ambiental e a aplicabilidade da matemática em questões ambientais.	
Bibliografia Básica	

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática . 2ªed. Rio de Janeiro: DP & A, 2000 V. 03.
LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder . 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, c2001. 494 p
LORENZATO, Sérgio. (Org.). O laboratório de ensino de matemática na formação de professores . Campinas: Autores Associados, 2º Ed.2009, 178 p.
Bibliografia Complementar
DANTE, Luiz Roberto. Tudo é matemática . São Paulo: Ática, 2011.
GIOVANNI, José Ruy; CASTRUCCI, Benedito; GIOVANNI JUNIOR, José Ruy. A conquista da matemática: com projeto interdisciplinar . Ed. renov. São Paulo: FTD, 2007. 336 p.
OLIVEIRA, I. B. de (Org.). Alternativas emancipatórias em currículo . São Paulo: Cortez, 2007.
VASCONCELLOS, C. dos S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula . 11ª. ed. São Paulo: Instituto Libert, 2009.
VASCONCELLOS, Celso dos S. Construção do conhecimento em sala de aula . 19. ed. São Paulo: Libertad, 2014. 141 p.

6º Semestre	
Componente Curricular: Diversidade e Educação Inclusiva	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 6º semestre
Ementa	
Diversidade e escola inclusiva. Legislação e Políticas Públicas de Educação Inclusiva no Brasil. Acessibilidade. Dificuldades de aprendizagem e necessidades educacionais específicas. Tecnologias Assistivas. Políticas Afirmativas e Educação. Gênero e Educação. Educação e Diversidades: Educação Quilombola, Educação Indígena, Educação em Direitos Humanos, dentre outras.	
Bibliografia Básica	
BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Mara (Org.). Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania . 12. ed. Campinas: Papirus, 2012. 222 p..	
CARVALHO, Rosita Edler. Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva . 10. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011. 176 p.	
PACHECO, José (et al). Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento escolar . Porto Alegre: Artmed, 2007. viii, 230 p.	
Bibliografia Complementar	
GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e (Org.). Experiências étnico-culturais para a formação de professores . 3. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2011. 116 p.	
MACEDO, L.. Ensaio Pedagógico: como construir uma escola para todos? Porto Alegre: Artmed, 2005, 167 p.	
MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas . 6. ed. São Paulo: Cortez, [2011]. 231 p.	
MEYER, Dagmar Estermann; SOARES, Rosângela de Fátima Rodrigues (Org.) Corpo, gênero e Sexualidade . 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2013, 120 p.	
OLIVEIRA, Luiza de Fátima Medeiros de. Formação docente na escola inclusiva: diálogo como fio tecedor . Porto Alegre: Medeiros, 2009, 151 p.	

Componente Curricular: Libras I	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 6º semestre
Ementa	

Representações históricas, cultura, identidade e comunidade surda; Políticas públicas e linguísticas na educação de surdos; Libras: aspectos gramaticais; Práticas de compreensão e produção de diálogos em Libras.

Bibliografia Básica

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir. **Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004, 221 p.

SKLIAR, Carlos (Org.). **Atualidade da educação bilíngue para surdos: interfaces entre pedagogia e linguística**. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2009, v.2.

SKLIAR, Carlos. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 6 ed. Porto Alegre: Mediação, 2012, 190 p.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Elizabeth Oliveira Crepaldi de. **Leitura e surdez: um estudo com adultos não oralizados**. 2 ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2012, 114 p.

CAPOVILLA, F. C.. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingue – Língua Brasileira de Sinais**. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 2008, v.2

GESSER, A.. **Libras? Que língua é essa?: Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola, 2009, 87 p.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez & Educação**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, c2007, 102p.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A Educação no surdo no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 1999, 125 p.

Componente Curricular: Álgebra Linear II

Carga Horária: 72 horas

Período Letivo: 6 ° semestre

Ementa

Vetores. Espaços vetoriais. Transformações lineares. Autovalores e autovetores. Ortogonalização de Gram-Schmidt. Polinômio minimal e forma de Jordan. Diagonalização de operadores.

Bibliografia Básica

ANTON, Howard; RORRES, Chris; DOERING, Claus Ivo. **Álgebra linear com aplicações**. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001, 572 pp.

BOLDRINI, José Luiz. **Álgebra linear**. 3. ed.ampl. e rev. São Paulo: Harbra, 1986, 411 p.

CALLIOLI, Carlos A.; DOMINGUES, Hygino H; COSTA, Roberto Celso F. **Álgebra – linear e aplicações**. 6. ed. reform. São Paulo: Atual, 1990, 352 p.

Bibliografia Complementar

IEZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel. **Fundamentos de matemática elementar 4: seqüências, matrizes, determinantes, sistemas**. 7. ed. São Paulo: Atual, 2009. v. 4

LAY, David C. **Álgebra linear e suas aplicações**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999, 504 p.

LEON, Steven J. **Álgebra linear com aplicações**. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011, 451 p.

LIPSCHUTZ, Seymour; LIPSON, Marc L. **Álgebra linear**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011, 432 p.

STEINBRUCH, Alfredo; WINTERLE, Paulo. **Álgebra linear**. São Paulo: Pearson Makron Books, 2010, 583 p.

Componente Curricular: Cálculo Diferencial e Integral IV

Carga Horária: 72 horas

Período Letivo: 6º semestre

Ementa

Coordenadas polares, cilíndricas e esféricas. Integrais múltiplas em coordenadas cartesianas, polares, cilíndricas e esféricas. Integral de linha. Integrais de superfícies. Aplicações de integral múltipla no cálculo de área e volume. Introdução a séries e seqüências.

Bibliografia Básica

ANTON, Howard; BIVENS, Irl; DAVIS, Stephen. Cálculo . Porto Alegre: Bookman, 2007. v.2.
ÁVILA, Geraldo. Cálculo das funções múltiplas variáveis . 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006. Vol 3.
STEWART, James. Cálculo . 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. v.2
Bibliografia Complementar
FLEMMING, Diva Marília; GONÇALVES, Mirian Buss. Cálculo A : funções, limite, derivação e integração. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Pearson, 2006. ix, 448 p.
GONÇALVES, Mirian Buss; FLEMMING, Diva Marília. Cálculo B : funções de várias variáveis, integrais múltiplas, integrais curvilíneas e de superfície. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Pearson, 2007. X, 435 p.
LEITHOLD, Louis. O cálculo com geometria analítica . 3. ed. São Paulo: Harbra, 1994. v. 2.
SIMMONS, George Finlay. Cálculo com geometria analítica . São Paulo: Pearson Makron Books, 2010. v.2
THOMAS, G. B.; WEIR, M. D.; HASS, J.; GIORDANO, F. R. Cálculo . 3. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2003. Vol 2.

Componente Curricular: Estágio Curricular Supervisionado II	
Carga Horária: 140 horas	Período Letivo: 6º semestre
Ementa	
Regência de classe no ensino fundamental, nas diferentes modalidades. Análise e discussão da ação docente. Elaboração de relatório de estágio.	
Bibliografia Básica	
MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti et al. Escola e aprendizagem da docência : processos de investigação e formação. São Carlos: Ed UFSCar, 2002. 203 p.	
PIMENTA, Selma Garrido; SEVERINO, Antônio Joaquim (Coord.). Estágio e docência . 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 296 p.	
ZABALZA, M. A. Diários de Aula : um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional. Porto Alegre: Armed, 2004, 160 p.	
Bibliografia Complementar	
BIANCHINI, Edwaldo. Matemática Bianchini : 6º ano. 8. ed. São Paulo: Moderna, 2016.	
DANTE, Luiz Roberto. Tudo é matemática . São Paulo: Ática, 2011. 390 p.	
IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo; MACHADO, Antonio. Matemática e realidade . 6. ed. São Paulo: Atual, 2009. 304 p.	
MORI, Iracema; ONAGA, Dulce Satiko. Matemática : idéias e desafios. São Paulo: Saraiva, 2010. 304 p.	
SANTOS, Júlio César Furtado dos. Aprendizagem significativa : modalidades de aprendizagem e o papel do professor. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013. 93 p.	

Componente Curricular: Prática de Ensino de Matemática VI	
Carga Horária: 50 horas	Período Letivo: 6º semestre
Ementa	
Prática adaptadas à educação inclusiva no ensino de matemática. Construção e aplicação de materiais didáticos de matemática para a educação inclusiva.	
Bibliografia Básica	
ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valter Roberto (Org.). Afirmando diferenças : montando o quebra-cabeça da diversidade na escola. 3. ed. Campinas: Papirus, 2010. 108 p.	
CARVALHO, Rosita Edler. Removendo barreiras para a aprendizagem : educação inclusiva. 10. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011. 176 p.	
MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Educação especial no Brasil : história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, [2011]. 231 p.	

Bibliografia Complementar
BASIL ALMIRALL, Carme; SORO-CAMATS, Emili; BULTÓ ROSELL, Carme. Sistemas de sinais e ajudas técnicas para comunicação alternativa e a escrita : princípios teóricos e aplicações. São Paulo: Livraria Santos, 2003. XX, 260 p.
MACEDO, Lino de. Ensaio pedagógico : como construir uma escola para todos? Porto Alegre: Artmed, 2005. VII, 167 p.
OLIVEIRA, Luiza de Fátima Medeiros de. Formação docente na escola inclusiva : diálogo como fio tecedor. Porto Alegre: Medeiros, 2009, 151 p.
PACHECO, José (Et al). Caminhos para a inclusão : um guia para o aprimoramento escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007. VIII, 230 p.
SILVA, Janssen Felipe da. Avaliação na perspectiva formativa-reguladora : pressupostos teóricos e práticos. Porto Alegre: Mediação, 2004, 94 p.

7º Semestre	
Componente Curricular: Equações Diferenciais Ordinárias	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 7º semestre
Ementa	
Equações diferenciais ordinárias de 1ª ordem; solução geral e particular e suas aplicações. Equações diferenciais ordinárias de 2ª ordem; solução geral e particular e suas aplicações.	
Bibliografia Básica	
BOYCE, William E.; DIPRIMA, Richard C. Equações diferenciais elementares e problemas de valores de contorno . 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, c2010. XIV, 607 p.	
ZILL, Dennis G.; CULLEN, Michael R. Equações diferenciais . São Paulo: Pearson, 2010. v.1	
ZILL, Dennis G. Equações diferenciais : com aplicações em modelagem. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016. XLIV, 437 p.	
Bibliografia Complementar	
ANTON, Howard; BIVENS, Irl; DAVIS, Stephen. Cálculo . Porto Alegre: Bookman, 2007. v.2	
ÁVILA, Geraldo. Cálculo das funções de uma variável . 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004. v. 2	
DOERING, Claus Ivo; LOPES, Artur O. Equações diferenciais ordinárias . 6. ed. Rio de Janeiro: IMPA, 2016. 423 p.	
SIMMONS, George Finlay. Cálculo com geometria analítica . São Paulo: Pearson Makron Books, 2010. v.2	
STEWART, James. Cálculo . 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. v.2.	

Componente Curricular: História e Filosofia da Matemática	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 7º semestre
Ementa	
A Matemática a partir de uma perspectiva histórica. Descoberta e desenvolvimento dos conceitos: Origem da Matemática. A Matemática Egípcia e Babilônica. A Matemática Grega: a Matemática Pitagórica, a Idade Heroica e os três problemas famosos da antiguidade, Euclides e seus elementos e a Matemática grega depois de Euclides. A Matemática Chinesa, Hindu e Árabe. A Matemática na Europa de 500 a 1600. A alvorada matemática moderna. A geometria Analítica e os desenvolvimentos pré-cálculo. O cálculo e conceitos relacionados. O século XVIII e a exploração do cálculo. O século XIX e a libertação da Geometria e a Álgebra. A aritmetização da análise. A matemática no século XX.	
Bibliografia Básica	

BOYER, Carl B., História da Matemática . 3º ed., São Paulo: Editora Blucher, 2010.
EVES, Howard. Introdução a História da Matemática . Campinas: Editora Unicamp, 2004, 843 p..
ROONEY, Anne. A história da Matemática : desde a criação das pirâmides até a exploração do infinito, Editora M.Books, 2012, 215 p..
Bibliografia Complementar
AABOE, Asger. Episódios da história antiga da matemática . 3 ed. Rio de Janeiro: SBM, 2013, 177 p.
ARAGÃO, Maria José. História da Matemática . Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2009, 202 p.
ROQUE, Tatiana: História da matemática : Uma visão crítica, desfazendo mitos e lenda, Rio de Janeiro: Editora: Zahar, 2012, 511 p.
MIGUEL, Antonio et al. História da matemática : em atividades didáticas. 2. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2009. 319 p.
GARBI, Gilberto Geraldo. A rainha das ciências : um passeio histórico pelo maravilhoso mundo da matemática. 5. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2010. XV, 468 p.

Componente Curricular: Cálculo Numérico	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 7º semestre
Ementa	
Estudo de propagação de erros em aritmética de ponto flutuante. Cálculo de raízes de funções algébricas e transcendentais por métodos numéricos. Refinamento de soluções de sistemas. Aproximação de funções. Interpolação polinomial. Integração numérica e resolução de equações diferenciais pelo método Runge-Kutta.	
Bibliografia Básica	
ARENALES, Selma Helena de Vasconcelos; DAREZZO, Artur. Cálculo numérico : aprendizagem com apoio de software. São Paulo: Thomson, 2008. 364p.	
BARROSO, Leônidas Conceição; BARROSO, Leônidas Conceição. Cálculo numérico : (com aplicações). 2. ed. São Paulo: Harbra, 1987. 367 p.	
PUGA, Leila Zardo; TÁRCIA, José Henrique Mendes; PAZ, Álvaro Puga. Cálculo numérico . 3. ed. São Paulo: LTC, 2015. 176 p.	
Bibliografia Complementar	
FRANCO, Neide Maria Bertoldi. Cálculo numérico . São Paulo: Pearson, 2006. XII, 505 p.	
BURIAN, Reinaldo; LIMA, Antonio Carlos de; HETEM JUNIOR, Annibal. Cálculo numérico . Rio de Janeiro: LTC, c2007. XII, 153 p.	
ROQUE, V.. Introdução ao Cálculo numérico . Editora Atlas, 2ª ed. São Paulo, 2000.	
RUGGIERO, Márcia A. Gomes; LOPES, Vera Lúcia da Rocha. Cálculo numérico : aspectos teóricos e computacionais. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2010. XVI, 406p.	
SPERANDIO, Décio; MENDES, João Teixeira; SILVA, Luiz Henry Monken e. Cálculo numérico . 2. ed. São Paulo: Pearson, 2014. VIII, 346 p.	

Componente Curricular: Matemática Financeira	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 7º semestre
Ementa	
Regra de sociedade. Porcentagem. Operações sobre mercadoria. Juro e desconto simples. Juro e desconto composto.	
Bibliografia Básica	

ASSAF NETO, Alexandre. Matemática Financeira e suas Aplicações . 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2007, 448 p.
CASTELO BRANCO, A. C. Matemática financeira aplicada: método algébrico , hp-12c, Microsoft excel. 2ª ed. São Paulo: Thomson, 2005, 257 p.
VERAS, Lília Ladeira. Matemática Financeira . São Paulo: Atlas, 6ª ed. 2008, 260 p.
Bibliografia Complementar
IEZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel; DEGENSZAJN, David Mauro. Fundamentos de Matemática Elementar, vol. 11: matemática comercial, matemática financeira e estatística descritiva. São Paulo: Atual, 2004.
MATHIAS, Washington Franco; GOMES, José Maria. Matemática financeira . 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2009, 416 p.
PUCCINI, Abelardo de Lima; PUCCINI, Adriana. Matemática financeira: objetiva e aplicada . São Paulo: Saraiva, 2006. xv, 184 p
SAMANEZ, Carlos Patrício. Matemática financeira 5ª ed. São Paulo: Pearson, 2010.
ZENTGRAF, Walter. Matemática financeira com emprego de funções e planilhas , modelo Excel. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007, 428 p.

Componente Curricular: Estágio Curricular Supervisionado III	
Carga Horária: 60 horas	Período Letivo: 7º semestre
Ementa	
Inserção dos discentes em espaços educativos, nas diferentes modalidade e contextos do Ensino Médio. Leitura, análise e discussão da organização curricular da Matemática (sequência de conteúdos, definições, conceituação e dimensão). Organização do planejamento da prática docente. Planejamento de atividades didático-pedagógicas. Acompanhamento do trabalho docente na escola.	
Bibliografia Básica	
PICONEZ, Stela C. Bertholo (Coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado . 21ª ed. Campinas: Papyrus, 2012, 128 p.	
TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional . 17 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, 352 p.	
TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude (Org.). O ofício de professor: História, perspectivas e desafios internacionais . Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 325 p.	
Bibliografia Complementar	
ARAUJO, Raimundo Dutra de. O acompanhamento do estágio supervisionado na formação docente: concepções e condições de trabalho dos supervisores. Curitiba: CRV, 2016. 228 p.	
DANTE, Luiz Roberto. Matemática: contexto e aplicações . 3. ed. São Paulo: Ática, 2010. 736 p.	
HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio . 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. 199 p.	
PIMENTA, Selma Garrido; SEVERINO, Antônio Joaquim (Coord.). Estágio e docência . 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 296 p.	
ZABALZA, Miguel A. Diários de aula: um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional . Porto Alegre: Artmed, 2004. 160 p.	

Componente Curricular: Prática de Ensino de Matemática VII	
Carga Horária: 50 horas	Período Letivo: 7º semestre
Ementa	
Elaboração de propostas de ensino e de materiais didáticos. Análise de livros didáticos de Ensino Médio. Planejamento, experimentação e avaliação de experiências de prática de ensino envolvendo matemática para o Ensino Médio. Construção de recursos didático-pedagógicos com reaproveitamento de materiais, focalizando a educação ambiental e a aplicabilidade da matemática em questões ambientais.	

Bibliografia Básica

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: matemática**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. v.3.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. 494 p.

LORENZATO, Sérgio (Org.). **O laboratório de ensino de matemática na formação de professores**. 2. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2009. 178 p.

Bibliografia Complementar

ARAUJO, Raimundo Dutra de. **O acompanhamento do estágio supervisionado na formação docente: concepções e condições de trabalho dos supervisores**. Curitiba: CRV, 2016. 228 p.

BEZERRA, Manoel Jairo. **Matemática para o Ensino Médio**. 5. ed. São Paulo: Scipione, 2004. 496 p.

FACCHINI, Walter. **Matemática para a escola de hoje**. São Paulo: FTD, 2006. 736 p.

OLIVEIRA, I. B. de (Org.). **Alternativas emancipatórias em currículo**. São Paulo: Cortez, 2007.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 15. ed. São Paulo: Libertad, 2013. 213 p.

8º Semestre

Componente Curricular: Saberes Docentes e Formação Continuada

Carga Horária: 72 horas

Período Letivo: 8º semestre

Ementa

O saber docente. Saberes da Formação profissional. Saberes disciplinares. Saberes Curriculares. Saberes Experienciais. Saberes da Ação Pedagógica. Construção identitária e saberes docentes. Teorias da Formação de professores. Formação continuada em serviço

Bibliografia Básica

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 39. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009. 148 p.

OLIVEIRA, Luiza de Fátima Medeiros de. **Formação docente na escola inclusiva: diálogo como fio tecedor**. Porto Alegre: Mediação, 2009. 151 p.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 325 p.

Bibliografia Complementar

GUARDIERI, M. R. (Org.) **Aprendendo a Ensinar: o caminho nada suave da docência**. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, Araraquara, SP: Programa de Pós-graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, 2005.

PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (Org.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 224 p.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 127 p.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação permanente do professorado: novas tendências**. São Paulo: Cortez, 2009. 118 p.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; SILVA, Edileuza Fernandes da (Org.). **A escola mudou: que mude a formação de professores!** 3. ed. Campinas: Papirus, [2012]. 138 p.

Componente Curricular: Fundamentos de Análise Matemática

Carga Horária: 72 horas

Período Letivo: 8º semestre

Ementa
Números reais. Sequências e séries de números reais. Noções de topologia da reta. Limites de funções de uma variável. Continuidade de funções de uma variável. Derivada de funções de uma variável. Integral de funções de uma variável.
Bibliografia Básica
ÁVILA, Geraldo. Introdução à análise matemática . 2. ed. rev. São Paulo: E. Blucher, 1999, 254 p..
ÁVILA, G.. Análise matemática para licenciatura . 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: E. Blucher, 2006, 246 p..
FIGUEIREDO, Djairo Guedes de. Análise I . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1996, 256 p.
Bibliografia Complementar
GUIDORIZZI, H. L. Um Curso de Cálculo . 5. ed. Editora LTC, 5ªed. 2001, Vol.1.
LIMA, Elon Lages. Análise Real. Vol. 1 . Coleção Matemática Universitária. Rio de Janeiro: IMPA 2001.
LIMA, Elon Lages. Análise real: funções de n variáveis . 6. ed. Rio de Janeiro: IMPA, c2016. v.2.
LIMA, Elon Lages. Curso de análise . 14. ed. Rio de Janeiro: IMPA, c2016. v.1
RODRIGUES, J. A. Curso de Análise Matemática . Principia Editora, 2008.

Componente Curricular: Tópicos de Física Elementar	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 8º semestre
Ementa	
Cinemática, dinâmica, trabalho e energia. Princípio de conservação (Energia e momentum).	
Bibliografia Básica	
CHAVES, Alaor; SAMPAIO, J. F. Física básica: mecânica . Rio de Janeiro: LTC, c2007. xi, 308 p.	
HALLIDAY, David; RESNICK, Robert; WALKER, Jearl. Fundamentos de física: mecânica . 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009 v.1	
NUSSENZVEIG, H. Moysés. Curso de física básica: mecânica . 4. ed. São Paulo: Blücher, 2002. v.1	
Bibliografia Complementar	
LUZ, Antonio Máximo Ribeiro da; ALVARENGA, Beatriz Gonçalves de. Curso de física . 6. ed. São Paulo: Scipione, 2006 v.1	
LUZ, Antonio Máximo Ribeiro da; ALVARENGA, Beatriz Gonçalves de. Curso de física . 6. ed. São Paulo: Scipione, 2006 v.2.	
HALLIDAY, David; RESNICK, Robert; WALKER, Jearl. Fundamentos de física: gravitação, ondas e termodinâmica . 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009. v.2	
HEWITT, Paul G.; WOLF, Phillip R. Fundamentos de física conceitual . Porto Alegre: Bookman, 2009. 439 p.	
TIPLER, Paul Allen; MOSCA, Gene. Física: para cientistas e engenheiros . 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009. v.1	

Componente Curricular: Estágio Curricular Supervisionado IV	
Carga Horária: 140 horas	Período Letivo: 8º semestre
Ementa	
Regência de classe no ensino médio, nas diferentes modalidades. Análise e discussão da ação docente. Elaboração de relatório de estágio.	
Bibliografia Básica	

PICONEZ, Stela C. Bertholo (Coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado . 24. ed. Campinas: Papirus, 2012.
TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional . 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 325 p.
TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude (Org.). O ofício de professor: História, perspectivas e desafios internacionais . Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 325 p.
Bibliografia Complementar
ALMEIDA, Maria Isabel de; PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Estágios supervisionados na formação docente: educação básica e educação de jovens e adultos . São Paulo: Cortez, 2014. 156 p.
DANTE, Luiz Roberto. Matemática: contexto e aplicações . 3. ed. São Paulo: Ática, 2010. 736 p.
HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio . 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. 199 p.
IZA, Dijnane Fernanda Vedovatto; SOUZA NETO, Samuel de. Por uma revolução na prática de ensino: o estágio curricular supervisionado . Curitiba: CRV, 2015. 168 p.
ZABALZA, Miguel A. Diários de aula: um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional . Porto Alegre: Artmed, 2004. 160 p.

Componente Curricular: Prática de Ensino de Matemática VIII	
Carga Horária: 50 horas	Período Letivo: 8º semestre
Ementa	
Formação continuada do professor de matemática: conhecimento e discussão de produções científicas realizadas em formações continuadas.	
Bibliografia Básica	
COSTA, Marisa Vorraber. Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação . 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 157 p.	
COLL, César. Aprendizagem escolar e construção de conhecimento , Porto Alegre, Arned, 1994, 159 p.	
TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas . 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 317 p.	
Bibliografia Complementar	
ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de (Org.). Práticas inovadoras na formação de professores . Campinas: Papirus, 2016. 287 p.	
SANTOS, Júlio César Furtado dos. Aprendizagem significativa: modalidades de aprendizagem e o papel do professor . 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013. 93 p.	
FAZENDA, Ivani Catarina Arantes; TAVARES, Dirce Encarnacion; GODOY, Herminia Prado. Interdisciplinaridade na pesquisa científica . Campinas: Papirus, 2015. 128 p.	
NÓVOA, António. Profissão Professor . Editora Porto, 1991.	
TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional . 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 325 p.	

4.13.2. Componentes curriculares eletivos

4.13.2.1. Eletivas Pedagógicas

Componente Curricular: O professor e a gestão democrática
Carga Horária: 36 horas
Ementa
Histórico da administração escolar no Brasil. O papel do professor dos diferentes modelos de gestão escolar. A gestão democrática e o professor enquanto gestor escolar. Gestão do pedagógico. Perfil do gestor escolar. Políticas atuais de gestão escolar.
Bibliografia Básica
FREIRE, Wendel (Org.). Gestão democrática: reflexões e práticas do/no cotidiano escolar . Rio de Janeiro: Wak, 2009. 188 p.
HORA, Dinair Leal da. Gestão democrática na escola: artes e ofícios da participação coletiva . 18. ed. Campinas: Papirus, 2012. 127 p.
MARTINS, Angela Maria ET AL. (Orgs). Políticas e Gestão da Educação: desafios em tempo de mudança . Campinas: Autores Associados / ANPAE, 2013, 286 p..
Bibliografia Complementar
LIBANEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola - Teoria e Prática . 6ª ed. Goiânia: Heccus, 2015, 304 p.
LÜCK, Heloísa. A gestão participativa na escola . 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2006, 125 p.
LÜCK, Heloísa. Concepções e processos democráticos de gestão educacional . 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública . 3. ed. São Paulo: Ática, 2008. 119 p.
VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível . 26. ed. Campinas: Papirus, 2009. 192 p.

Componente Curricular: Indisciplina e Mediação de Conflitos em sala de Aula
Carga Horária: 36 horas
Ementa
Indisciplina em sala de aula. Concepções de indisciplina, violência e conflitos. O professor e as situações de conflito. A postura do professor diante do conflito.
Bibliografia Básica
PARRAT-DAYAN, Sílvia. Como enfrentar a indisciplina na escola . São Paulo: Contexto, 2008, 142p.
PAROLIN, Isabel. Pais e Educadores: quem tem tempo de educar? Porto Alegre: Mediação, 2007.
REBELO, Rosana Aparecida Argento. Indisciplina escolar: causas e sujeitos: a educação problematizadora como proposta real de superação . 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, c2002. 124 p.
Bibliografia Complementar
AQUINO, Julio Groppa (Org.). Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas . 17. ed. São Paulo: Summus, 1994. 148 p.
ARAÚJO, C.. A Violência Desce para a Escola: suas manifestações no Ambiente Escolar e a Construção da Identidade dos Jovens . 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
OLIVEIRA, M. I. de. Indisciplina escolar: determinantes, conseqüências e ações . Brasília: Liber Livro Editora, 2005.
SILVA, César Augusto Alves. Além dos muros da escola: as causas do desinteresse, da indisciplina e da violência dos alunos . Campinas: Papirus, 2011. 232p.

TIBA, Içami. **Disciplina:** limite na medida certa. São Paulo: Editora Gente, 1996.

Componente Curricular: LIBRAS II
Carga Horária: 36 horas
Ementa
Aspectos gramaticais da LIBRAS; Atribuições do Professor e do intérprete de LIBRAS; A comunicação em Língua Brasileira de Sinais; Adaptações necessárias para o processo de ensino aprendizagem do aluno surdo.
Bibliografia Básica
QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004, 221 p..
SKLIAR, Carlos (Org.). Atualidade da educação bilíngue para surdos: interfaces entre pedagogia e linguística. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2009, v.2.
SKLIAR, Carlos. (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. 6 ed. Porto Alegre: Mediação, 2012, 190 p..
Bibliografia Complementar
ALMEIDA, Elizabeth Oliveira Crepaldi de. Leitura e surdez: um estudo com adultos não oralizados. 2 ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2012, 114 p..
CAPOVILLA, F. C.. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingue – Língua Brasileira de Sinais. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 2008, v.2
GESSER, A.. Libras? Que língua é essa?: Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009, 87 p..
LOPES, Maura Corcini. Surdez & Educação. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, c2007, 102p..
SOARES, Maria Aparecida Leite. A Educação no surdo no Brasil. Campinas: Autores Associados, 1999, 125 p..

Componente Curricular: Tecnologias da Informação e Comunicação II
Carga Horária: 36 horas
Ementa
Os Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem (AVEA) e a inclusão social. O Ensino a Distância e suas múltiplas possibilidades de ensino não presencial. Os tipos de ferramentas virtuais de aprendizagem e sua aplicação no processo de ensino e aprendizagem. Os Objetos Educacionais como instrumentos didáticos. Recursos Educacionais Abertos.
Bibliografia Básica
BARBOSA, R. M. (Org.). Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2005.
OLIVEIRA, A. M.; ROSA, R. (Org.). TIC aplicadas à educação: usos, apropriações e convergências. Santa Maria, RS: Facos, 2013.
VELLOSO, F. C. Informática: conceitos básicos. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
Bibliografia Complementar
CARVALHO, A. M. P. DE; GIL-PÉREZ, D. Formação de Professores de Ciências: tendências e inovações. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
JOHNSON, S. Cultura da interface: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
OLIVEIRA, L. de F. de. Formação Docente na Escola Inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2009.
SOTO, U., MAYRINK, MF., and GREGOLIN, IV., orgs. Linguagem, educação e virtualidade [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 249 p. ISBN 978-85-7983-017-4. Available from SciELO Books < http://books.scielo.org >.
SOUZA, Robson Pequeno de; MOITA, Filomena da M. C da S. C.; CARVALHO, Ana Beatriz Gomes (Organizadores).

Tecnologias digitais na educação. Campina Grande: EDUEPB, 2011. [online]. Disponível em: <http://link-periodicos.capes.gov.br.ez349.periodicos.capes.gov.br/sfxlcl41?url_ver=Z39.88-2004&url_ctx_fmt=fi/fmt:kev:mtx:ctx&ctx_enc=info:ofi/enc:UTF-8&ctx_ver=Z39.88-2004&rft_id=info:sid/sfxit.com:azlist&sfx.ignore_date_threshold=1&rft.object_id=2670000000566712&svc.fulltext=yes>. Acesso em: 02 de outubro de 2017.

Componente Curricular: Diversidade e Educação Inclusiva II
Carga Horária: 36 horas
Ementa
Inclusão escolar em diferentes âmbitos como princípio de equidade social. Diversidade de faixa etária geracional, religiosa e sociocultural. Direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.
Bibliografia Básica
ABRAMOWICZ, A.; SILVÉRIO, V. R. (Org.). Afirmando diferenças: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola. 3. ed. Campinas: Papirus, 2010.
CARVALHO R. E. Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva. 10 ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.
SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A. G. C; GOMES, N. L. (orgs.). Diálogos na educação de jovens e adultos. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
Bibliografia Complementar
CAPUCHO, V. Educação de jovens e adultos: prática pedagógica e fortalecimento da cidadania. São Paulo: Cortez, 2012.
CARVALHO, R. E. A nova LDB e a educação especial. 4 ed. ver. e atual. Rio de Janeiro: WVA, 2007.
LAZZAROTTO, G. D. R. Medida socioeducativa: entre A e Z. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2014.
PACHECO, J.; EGGERTSDÓTTIR, R.; MARINÓSSON, G. L. Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.
TREVISAN, A. L.; TOMAZETTI, E. M.; ROSSATTO, N.D. (Org.) Diferença, Cultura e Educação. Porto Alegre: Sulina, 2010.

4.13.2.2. Eletivas Específicas

Componente Curricular: Matemática Financeira II
Carga Horária: 36 horas
Ementa
Sequência de capitais. Capitalização. Amortização de empréstimos.
Bibliografia Básica
ASSAF NETO, Alexandre. Matemática Financeira e suas Aplicações. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007. XIV, 448 p.
CASTELO BRANCO, Anísio Costa. Matemática financeira aplicada: método algébrico, hp-12c, microsoft excel. 2. ed. São Paulo: Thomson, 2005. XVII, 257 p.
VERAS, Lília Ladeira. Matemática financeira. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 260 p.
Bibliografia Complementar
IEZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel; DEGENSZAJN, David Mauro. Fundamentos de matemática elementar 11: matemática comercial, matemática financeira, estatística descritiva. São Paulo: Atual, 2008. v. 11 (Fundamentos de matemática elementar; v.11).
MATHIAS, Washington Franco; GOMES, José Maria. Matemática financeira. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009, 416 p.

PUCCINI, Abelardo de Lima, PUCCINI, Adriana. **Matemática financeira**: objetiva e aplicada. São Paulo: Saraiva, 2006, 184 p.

SAMANÉZ, Carlos Patrício. **Matemática financeira**: aplicações à análise de investimentos. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. VIII, 274 p.

ZENTGRAF, Walter. **Matemática financeira com emprego de funções e planilhas**, modelo Excel. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007, 428 p.

Componente Curricular: Modelagem Matemática
Carga Horária: 36 horas
Ementa
Estudo da Modelagem Matemática como método de pesquisa científica. Elaboração de projetos de modelagem matemática. Construção de modelos matemáticos de diversos fenômenos, incluindo a sua implementação, simulação numérica e análise de resultados e para tanto serão desenvolvidos conceitos e técnicas relacionados a algoritmos numéricos, comandos de repetição, comandos de controle, elaboração, depuração e execução de programas computacionais. Elaboração de procedimentos e/ou programas envolvendo modelos matemáticos e a sua resolução através do uso do computador como ferramenta.
Bibliografia Básica
ALMEIDA, Lourdes Werle de; SILVA, Karina Pessoa da; VERTUAN, Rodolfo Eduardo. Modelagem matemática na educação básica . São Paulo: Contexto, c2011. 157 p.
BASSANEZI, Rodney Carlos. Ensino-aprendizagem com modelagem matemática : uma nova estratégia. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2016. 389 p.
HANSELMAN, Duane; LITTLEFIELD, Bruce. MATLAB 6 : curso completo. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2013.
Bibliografia Complementar
ANDRADE, Lenimar Nunes de. Introdução à computação algébrica com o Maple . Rio de Janeiro: SBM, 2004. XIV, 407 p.
BIEMBENGUT, Maria Salett; HEIN, Nelson. Modelagem matemática no ensino . 5. ed. São Paulo: Contexto, c2000. 127 p.
GOTELLI, Nicholas J. Ecologia . 4. ed. Londrina, PR: Planta, 2009. XIV, 287 p.
FERREIRA, Rosângela Sviercoski. Matemática aplicada às ciências agrárias : análise de dados e modelos. Viçosa, MG: Ed. UFV, 1999. 333 p.
ZILL, Dennis G.; CULLEN, Michael R. Equações diferenciais . São Paulo: Pearson, 2013. v.1.

Componente Curricular: Probabilidade
Carga Horária: 36 horas
Ementa
Cálculo de probabilidades. Teorema de Bayes. Variáveis aleatórias discretas. Variáveis Aleatórias contínuas. Distribuições de probabilidades.
Bibliografia Básica
IEZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel; DEGENSZAJN, David Mauro. Fundamentos de matemática elementar 11 : matemática comercial, matemática financeira, estatística descritiva. São Paulo: Atual, 2008. v. 11 (Fundamentos de matemática elementar ; v.11).
MAGALHÃES, Marcos Nascimento; LIMA, Antonio Carlos Pedrosa de. Noções de probabilidade e estatística . 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2010. XV, 408 p.
MARTINS, Gilberto de Andrade; DOMINGUES, Osmar. Estatística geral e aplicada . 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011. XVI, 662 p.

Bibliografia Complementar
CECON, Paulo Roberto et al. Métodos estatísticos . Viçosa, MG: Ed. UFV, 2012. 229 p.
COSTA NETO, P. L. de O.; CYMBALISTA, M. Probabilidades : resumos teóricos, exercícios resolvidos, exercícios propostos. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Blücher, 2006. XII, 185 p.
HAIR JR., Joseph F. et al. Análise multivariada de dados . 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. X, 688 p.
OLIVEIRA, M. A. de. Probabilidade e estatística : um curso introdutório. Brasília, DF: IFB, 2011. 166 p.
WITTE, Robert S.; WITTE, John S. Estatística . 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, c2005. XX, 486 p.

Componente Curricular: Variáveis Complexas
Carga Horária: 36 horas
Ementa
Estudo dos números complexos incluindo operações, representação geométrica, valor absoluto e desigualdades. Teorema de Moivre. Domínio e imagem de funções complexas. Funções harmônicas e conjugadas. Função exponencial e função logarítmica com solução complexa.
Bibliografia Básica
BROWN, James Ward; CHURCHILL, Ruel V. Variáveis complexas e aplicações . 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015. XVIII, 460 p.
ÁVILA, Geraldo. Variáveis complexas e aplicações . 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, c2000. XV, 271 p.
SPIEGEL, M. R. Variáveis complexas . São Paulo: McGraw-Hill, 1977.
Bibliografia Complementar
BOURCHTEIN, Lioudmila; BOURCHTEIN, Andrei. Teoria das funções de variável complexa . Rio de Janeiro: LTC, 2014. XIII, 291.
FERNANDES, C. S.; BERNARDES Jr., N. C. Introdução às funções de uma variável complexa . 3 ed. Editora SBM, 2013.
IEZZI, Gelson. Fundamentos de matemática elementar 6 : complexos, polinômios, equações. 7. ed. São Paulo: Atual, 2008. 250 p. (Coleção fundamentos de matemática elementar; v.6).
BIANCHINI, E. Curso de matemática . São Paulo: Moderna, 1994.
GIOVANNI, J. R.. Matemática completa . São Paulo: FTD, 2002.

5. CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

5.1. Corpo Docente

Nº	Nome	Formação	Titulação/IES
1	Adriana Zamberlan	Licenciada em Pedagogia	Doutora em Educação
2	Aline Brum Ottos	Licenciada em matemática	Mestrado em Matemática
3	Aristeu Castilhos da Rocha	Licenciado em História	Doutor em História
4	Carlos Antônio Taschetto	Licenciado em Matemática	Mestre em Matemática Aplicada
5	Daniela Schittler	Licenciada em física	Doutora em Ensino da Física
6	Elenir de Fátima Cazzarotto Mousquer	Licenciada em Pedagogia	Mestre em Educação
7	Elisângela Fouchy Schons	Licenciada em Matemática	Mestre em Ensino de Matemática
8	Ênio Grigio	Licenciado em história	Doutor em História
9	Graciele de Borba Gomes Arend	Licenciada em Matemática	Mestre em Matemática
10	Janaína da Silva Sá	Licenciada em letras	Doutora em Letras
11	Juliana Mezzomo Cantareli	Graduação em Ciências Sociais	Mestrado em Educação
12	Lorens Estevan Buriol Siguenãs	Licenciado em Matemática	Mestre em Matemática
13	Luciani Missio	Licenciada em Matemática	Mestre em Educação
14	Lucinara Bastiani Correa	Licenciada em Educação Especial	Mestrado em educação
15	Mara Rubia Machado Couto	Licenciada em Matemática	Mestre em Agronomia
16	Maria Angélica Fugueiredo Oliveira	Graduação em ciência da computação	Mestre em engenharia da produção
17	Michele Moraes Lopes	Licenciatura em educação artística	Mestre em patrimônio cultural
18	Natália Alessandra Kegler	Licenciada em matemática	Mestre em matemática
19	Rosane Bohrer Adornes	Licenciada em Física	Doutora em Física
20	Rosângela Segala de Souza	Licenciada em letras	Mestre em letras
21	Sandra Maria do Nascimento de Oliveira	Licenciada em Letras	Doutora em linguística letras e artes
22	Siomara Cristina Broch Lago	Engenheira Química, Licenciada em Matemática	Doutora em Estatística e Experimentação Agropecuária
23	Tanísia De Carli D Foletto	Licenciada em Matemática	Doutora em Engenharia de Automação e sistemas

5.2. Atribuições do Coordenador

A Coordenação do Curso Superior de Licenciatura em Matemática tem por fundamentos básicos, princípios e atribuições assessorar no planejamento, orientação, acompanhamento, implementação e avaliação da proposta pedagógica da instituição, bem como agir de forma que viabilize a operacionalização das atividades curriculares, dentro dos

princípios da legalidade e da eticidade, tendo como instrumento norteador o Regimento Geral e Estatuto do Instituto Federal Farroupilha.

A Coordenação de Curso tem caráter deliberativo, dentro dos limites das suas atribuições, e caráter consultivo, em relação às demais instâncias. Sua finalidade imediata é colaborar para a inovação e aperfeiçoamento do processo educativo e zelar pela correta execução da política educacional do Instituto Federal Farroupilha, por meio do diálogo com a Direção de Ensino, Coordenação Geral de Ensino e Núcleo Pedagógico Integrado.

Além das atribuições descritas acima, a coordenação de curso superior segue regulamento próprio aprovado pelas instâncias superiores do IF Farroupilha que deverão nortear o trabalho dessa coordenação.

5.3. Colegiado do Curso

O Colegiado de Curso é o órgão consultivo responsável por: acompanhar e debater o processo de ensino e aprendizagem, promovendo a integração entre os docentes, discentes e técnicos administrativos em educação envolvidos com o curso; garantir à formação profissional adequada aos estudantes, prevista no perfil do egresso; responsabilizar-se com as adequações necessárias para garantir qualificação da aprendizagem no itinerário formativo dos estudantes em curso; avaliar as metodologias aplicadas no decorrer do curso, propondo adequações quando necessárias; debater as metodologias de avaliação de aprendizagem aplicadas no curso, verificando a eficiência e eficácia, desenvolvendo métodos de qualificação do processo, entre outras inerentes às atividades acadêmicas.

O Colegiado do Curso Superior de Licenciatura em Matemática é composto de acordo com a Instrução Normativa nº05/2004, elaborada e aprovada pela Pró-Reitoria de Ensino e pelo Comitê Assessor de Ensino.

5.4. Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante – NDE - é um órgão consultivo, responsável pela concepção, implantação e atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Superiores de Graduação do Instituto Federal Farroupilha.

Cada curso de Graduação – Bacharelado, Licenciatura e Tecnologia - oferecido pelo IF Farroupilha deverá constituir o Núcleo Docente Estruturante.

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- I - contribuir para a consolidação do perfil do egresso do curso;
- II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;

V - acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso - PPC, zelando pela sua integral execução;

VI - propor alternativas teórico-metodológicas que promovam a inovação na sala de aula e a melhoria do processo de ensino e aprendizagem;

VII - participar da realização da autoavaliação da instituição, especificamente no que diz respeito ao curso, propondo meios de sanar as deficiências detectadas;

VIII - acompanhar os resultados alcançados pelo curso nos diversos instrumentos de avaliação externa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES - estabelecendo metas para melhorias.

O Núcleo Docente Estruturante do Curso Superior de Licenciatura em Matemática está regulamentado por meio de Instrução Normativa nº 04/2014/PROEN, elaborada e aprovada pela Pró-Reitoria de Ensino e pelo Comitê Assessor de Ensino.

5.5. Corpo Técnico Administrativo em Educação

Nº	Nome	Cargo	Formação
1	Adriane Peripolli da Rosa	Pedagoga	Licenciada em Pedagogia/Especialista em Gestão Escolar/Especialista em Pré-Escola
2	Alex Mateus Ferigolo	Contador	Graduado em Contabilidade
3	Bárbara Kuntzer Schlintwein	Técnico em Alimentos e Laticíneos	Tecnóloga em Ciência e Tecnologia de Alimentos/Especialista em Gestão e Segurança de Alimentos
4	Betina Garcia Teixeira	Assistente em Administração	Ensino Médio
5	Bruna Maria Martins Estivalet	Psicólogo	Graduada em Psicologia
6	Bruno Oliveira da Silva	Assistente em Administração	Graduado em Arquitetura e Urbanismo
7	Carla Regina Pires	Assistente Social	Graduada em Serviço Social
8	Carolina Marafiga	Auxiliar de Biblioteca	Ensino Médio
9	Cassio Sasse dos Santos	Assistente em Administração	Técnico Agrícola - Habilitação em Agropecuária/Tecnólogo em Irrigação/Especialista em Proeja
10	Ciro Adilson Atzel	Assistente em Administração	Ensino Médio
11	Cléber Cargnin	Técnico em Agropecuária	Técnico Agrícola - Habilitação em Agropecuária/Graduado em Administração Pública/Especialista em Planejamento Educacional e Políticas Públicas
12	Cleber Lixinski de Lima	Assistente de Alunos	Ensino Médio
13	Cristiane Ambrós Guerch	Assistente em Administração	Bacharel em Direito
14	Cristiano Sasse dos Santos	Técnico em Tecnologia da Informação	Técnico em Informática
15	Cristine Scattolin Andersen	Médico	Graduada em Medicina
16	Daiana de Freitas Carpenedo	Auditor	Graduada em Direito/Especialista em Direito Público

17	Daiane de Fátima dos Santos Bueno	Assistente em Administração	Bacharel em Administração/Especialista em Administração Pública
18	Daniel Biazus Massoco	Engenheiro Agrônomo	Graduado em Agronomia/Mestre em Agronomia
19	Daniel de Melo Jacobsen	Assistente em Administração	Licenciado em Matemática
20	Daniela Zanon Casarin	Técnico em Enfermagem	Tecnóloga em Gestão Hospitalar
21	Denise de Cassia Antunes Xavier	Assistente de Alunos	Graduada em Comunicação Social - Habilitação em Relações Públicas
22	Diego Guimarães Nunes	Assistente em Administração	Licenciado em Matemática
23	Douglas Pedro	Médico Veterinário	Graduado em Medicina Veterinária/Mestre em Veterinária
24	Felippe Flain Pires Santos	Técnico em Tecnologia da Informação	Técnico em Informática
25	Fernanda Miranda Conterato	Nutricionista	Bacharel em Nutrição/Especialista em Gestão de Segurança de Alimentos
26	Franciele Moro Zanon	Assistente em Administração	Bacharel em Direito
27	Francisco Airton Hartmann	Assistente em Administração	Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas/Especialista em Redes de Computadores
28	Gustavo Cauduro	Assistente em Administração	Graduado em Ciências Contábeis/Especialista em Controladoria Empresarial
29	Hallan da Silva Moreira	Técnico em Agropecuária	Tecnólogo em Agropecuária/Especialista em Processamento de Controle de Qualidade de Carne, Leite e Ovos
30	Jamila Khalil Mahmud Abdel Hamid Zardeh	Técnico em Alimentos e Laticíneos	Graduada em Farmácia / Mestre em Ciência e Tecnologia de Alimentos
31	Janete Fatima Madril	Assistente em Administração	Graduada em Ciências Contábeis / Especialista em Gestão de Pessoas
32	João Hermes Moreira Neto	Técnico em Agropecuária	Técnico em Agropecuária - Habilitação Agroindústria
33	João Manoel Máximo de Camargo	Engenheiro Civil	Graduado em Engenharia Civil
34	Joice Nara Rosa Silva	Bibliotecário	Bacharel em Biblioteconomia
35	Jonathan Simonin Sales da Silva	Administrador	Bacharel em Administração/Especialista em Gestão Pública
36	Josiara Menezes Nascimento	Administrador	Bacharel em Administração
37	Júlio Henrique Hartmann	Técnico em Tecnologia da Informação	Graduado em Análise e Desenvolvimento de Sistemas / Especialização em Redes de computadores
38	Kelvis Longhi	Técnico em Laboratório – Química	Licenciado em Química/Mestre em Química
39	Liana dos Santos Gomes	Assistente em Administração	Bacharel em Administração
40	Luciana Perazollo Cristofari	Auxiliar em Administração	Ensino Médio
41	Luciane Mendonça Pereira	Auxiliar em Administração	Ensino Médio
42	Magali Cristina Hartmann	Técnico em Laboratório – Biologia	Técnico em Laboratório
43	Marcia Soares Forgiarini	Tecnico Assuntos Educacionais	Licenciada em Física / Mestre em Educação

44	Marcos Roberto Casarin Jovanovichs	Técnico em Agropecuária	Técnico em Agropecuária
45	Maria do Socorro Madureira da Costa Moura	Técnico em Assuntos Educacionais	Licenciada em Pedagogia/Especialista em Psicopedagogia
46	Milton Cesar Buzata Maciel	Técnico em Assuntos Educacionais	Licenciado em História/Especialista em Educação e Tecnologia
47	Neusa Margarete Machado Flores	Assistente em Administração	Tecnóloga em Processos Gerenciais
48	Peter Prevedello	Técnico em Tecnologia da Informação	Técnico em Informática
49	Raquel Audrei Dias Padilha	Assistente em Administração	Bacharel em Direito
50	Raquel Izaguirre de Oliveira	Assistente de Alunos	Licenciada em Física/Mestre em Física
51	Rodrigo Carvalho Carlotto	Psicólogo	Graduado em Psicologia/Mestre em Psicologia da Saúde
52	Roni Peterson Brum Lopes	Assistente em Administração	Tecnólogo em Processos Gerenciais
53	Rosimara Cagnin	Assistente em Administração	Licenciada em Educação Especial/Especialista em Desenvolvimento Humano
54	Rozieli Bovolini Silveira	Assistente em Administração	Ensino Médio
55	Silvia Regina Montagner	Pedagogo/área	Licenciada em Pedagogia/Especialista em Gestão Escolar/Especialista em PROEJA/Mestre em Educação
56	Simone Saydelles da Rosa	Técnico em Laboratório – Biologia	Bacharel em Agronomia/Mestre em Agronomia
57	Solange Prediger	Relações Públicas	Graduada em Comunicação Social - Habilitação Relações Públicas/Mestre em Comunicação Midiática
58	Taiara Guilherme Dropa	Odontólogo	Graduada em Odontologia
59	Tania Varini Lopes	Técnico em Contabilidade	Graduada em Contabilidade
60	Valério Armando de M. Vieira	Assistente em Administração	Técnico em Contabilidade/Bacharel em Administração

5.6. Políticas de capacitação do corpo Docente e Técnico Administrativo em Educação

O Programa de Desenvolvimento dos Servidores Docentes e Técnico-Administrativos do IF Farroupilha deverá efetivar linhas de ação que estimulem a qualificação e a capacitação dos servidores para o exercício do papel de agentes na formulação e execução dos objetivos e metas do IF Farroupilha.

Entre as linhas de ação deste programa estruturam-se de modo permanente:

- Formação Continuada de Docentes em Serviço;
- Capacitação para Técnicos Administrativos em Educação;
- Formação Continuada para o Setor Pedagógico;
- Capacitação Gerencial.

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, através da Coordenação de Gestão de Pessoas é responsável por articular e desenvolver políticas de capacitação de servidores.

6. INSTALAÇÕES FÍSICAS

O *Campus* oferece aos estudantes do Curso Superior de Licenciatura em Matemática, uma estrutura que proporciona o desenvolvimento cultural, social e de apoio à aprendizagem, necessárias ao desenvolvimento curricular para a formação geral e profissional, conforme descrito nos itens a seguir:

6.1. Biblioteca

A biblioteca do IF Farroupilha - *Campus* Júlio de Castilhos tem por objetivo apoiar as atividades de ensino e aprendizagem, técnico-científico e cultural. Auxiliar os professores nas atividades pedagógicas e colaborar com o desenvolvimento intelectual da comunidade acadêmica, prestando assistência à pesquisa, à organização e à preservação do acervo e da produção intelectual de seus usuários.

A Biblioteca opera com o sistema Pergamum, que é um gerenciador de informação e facilita a gestão de informação, ajudando na rotina diária dos usuários da biblioteca. Há a possibilidade da renovação remota e da realização de buscas de materiais pelo catálogo online disponível na página do *Campus*.

A biblioteca oferece serviço de empréstimo, renovação e reserva de material, consultas informatizadas a bases de dados. Além do mais, oferece orientação na organização de Trabalhos Acadêmicos (ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas) e visitas orientadas. As normas de funcionamento da biblioteca estão dispostas em regulamento próprio.

Atualmente, a biblioteca possui um acervo bibliográfico de aproximadamente 2328 títulos e 12445 exemplares. Conta, ainda, com dezesseis computadores conectados à internet para acesso dos usuários, mesas de estudos em grupo, nichos para estudo individual, processamento técnico e espaço para leitura.

6.2. Áreas de ensino específicas

Espaço físico geral	
Descrição	Quantidade
Salas de aula com média de 40 carteiras, ar condicionado e projetor de multimídia instalados.	25
Auditório com a disponibilidade de 100 lugares, com ar condicionado, projetor multimídia, sistema de caixa acústica e microfones.	1
Sala com serviço de Xerox terceirizado	1
Banheiros e vestiários com 7 sanitários e 8 boxes com duchas cada (masculino e feminino).	1
Ambientes com chuveiro e sanitário adaptado para portadores de necessidades especiais	2
Banheiros com 6 sanitários e 6 boxes com ducha cada (masculino e feminino).	1

Laboratórios	
Descrição	Quant.
Laboratórios de Informática: possui área média de 82 m ² , contém 30 computadores de mesa com acesso à internet. Dispõe de um projetor fixo, uma tela de projeção, uma mesa para professor e dois quadros. Ar condicionado e projetor de multimídia. Possui um profissional técnico de apoio.	5
Laboratório de Ensino de Matemática: possui área de 60 m ² , contém 9 computadores de mesa com acesso a internet, mesas e cadeiras para 25 pessoas, impressora, um projetor multimídia, uma tela interativa, uma mesa para professor, quadro, armários, materiais pedagógicos para o ensino de matemática, televisão, ar condicionado.	1
Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE): capacidade para 35 alunos, com aproximadamente 70 m ² , com mobiliário básico com mesas hexagonais, 25 notebooks, tela de projeção, projetor multimídia, minibiblioteca com 150 obras, assinatura da revista Nova Escola, câmeras fotográficas e filmadoras, armários com recursos didáticos e pedagógicos possibilitando que alunos e professores possam desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão no curso.	1
Laboratório didático de Física: capacidade para 30 alunos, sala principal com 59 m ² e duas salas anexas, acessível a portadores de necessidades especiais, com material didático adequado aos Cursos de licenciatura do <i>Campus</i> e utilizados no desenvolvimento de atividades nas disciplinas voltadas ao ensino de Física. Possui uma unidade mestra que contempla pelo menos 27 kits de equipamentos distribuídos nas grandes áreas da Física, além dos instrumentos de medidas de temperatura, pressão, corrente e tensão elétrica (8 multímetros). Os experimentos possuem uma Interface para aquisição de dados (assistidos por computador) e Guia de experimentos. Possui ainda um telescópio de 203 mm de abertura, um microscópio, um estereomicroscópio (lupa), uma lousa interativa e uma balança digital.	1

6.3. Áreas de esporte e convivência

Descrição	Qtde
Campo de futebol e quadra de vôlei	1
Ginásio de esportes com banheiros masculino e feminino, com 2 sanitários e 2 chuveiros cada, 2 vestiários, sala de instrução, palco de eventos, 2 depósitos, sala de professores e área de recreação	1
Saguão com 115,00 m ² , fechado com vidraças, climatizado com ar condicionado, com mesas e bancos para convivência dos discentes.	1
Lancheria terceirizada. Também serve refeições.	1

6.4. Áreas de atendimento ao discente

Descrição	Qtde.
Sala para professores da área específica/coordenação: área de 25 m ² . Cada professor possui um microcomputador de bancada e/ou um notebook/netbook, uma mesa com gavetas, cadeira estofada e armário com chave, exclusivos para seu uso. Espaço da coordenação com mesa para reuniões, microcomputador, impressora, mesa com gavetas, cadeiras estofadas e armário com chave.	1
Centro de saúde com atendimento médico/odontológico/psicológico com sala de Procedimentos/Sala de Enfermagem/Sala de Recepção/Sanitário adaptado para portadores de necessidades especiais.	1
Refeitório com capacidade de atendimento de 130 alunos por vez, com ar condicionado.	1
Direção de ensino com sala de recepção, sala da coordenação pedagógica e sala para a direção e coordenação de ensino.	1
Sala do setor de estágios para atendimento aos discentes	1
Sala para Assistência Social.	1

Sala para Assistência aos Alunos.	1
Sala para os registros acadêmicos	1

7. REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. **Lei de criação dos Institutos Federais nº 11892**, de 29 de dezembro de 2008. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007.2010/2008/Lei/l11892.htm
- BRASIL. **Lei que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES** nº 10861, de 14 de abril de 2004.
- BRASIL. Ministério de Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES 1302, de 28 de dezembro de 2001**.
- BRASIL. **Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>
- BRASIL. Ministério de Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP 9/2001**, aprovado em 8 de maio de 2001.
- BRASIL. Ministério de Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP 28/2001**, homologado em 17/1/2002.
- BRASIL. Ministério de Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES 3, de 18 de fevereiro de 2003**.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB 4, de 13 de julho de 2010**.
- BRASIL. **Decreto nº 7824, de 11 de outubro de 2012**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm.
- BRASIL. **Decreto nº 3298, de 20 de dezembro de 1999**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm.
- BRASIL. **Lei nº 12711, de 29 de agosto de 2012**. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1032851/lei-12711-12>.
- IF FARROUPILHA. **Resolução do Conselho Superior nº 12**, de 30 de março de 2012 que aprova a Política de Assistência Estudantil. Disponível em http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/201321214145944resolucao_n%C2%BA_12-2013_regulamento_dos_auxilios_da_politica_de_assistencia_estudantil.pdf
- IF FARROUPILHA. **Resolução Conselho Superior nº 73/2013, de 12 de setembro de 2013**, que aprova o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação – CPA do IF Farroupilha. Disponível em:<http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/2013813141530657resolucao_n%C2%BA_073_2013.pdf>
- IF Farroupilha. **Resolução Conselho Superior nº13**, de 28 de maio de 2014 que define as diretrizes Institucionais Gerais e Diretrizes Curriculares Institucionais da Organização Didático Pedagógica para os cursos Superiores de Gradua-

ção do IF Farroupilha e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.iffarroupilha.edu.br/site/conteudo.php?cat=168&sub=485>

BRASIL, Ministério de Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 2**, de 01 de julho de 2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada, 2015.

8. ANEXOS

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SÃO VICENTE DO SUL – RS
- CONSELHO DIRETOR -

RESOLUÇÃO Nº 022/2008 - CD

O Conselho Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, na 3ª reunião extraordinária de 2008, realizada no dia 14 de novembro, às 14 horas, no Gabinete da Direção Geral da Instituição, nos termos da Ata nº 38,

RESOLVE:

APROVAR o Plano de Curso Superior de Licenciatura em Matemática do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul.

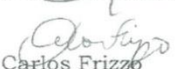
São Vicente do Sul, 14 de novembro de 2008.

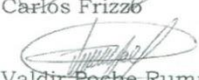

CARLOS ALBERTO PINTO DA ROSA

Diretor Geral

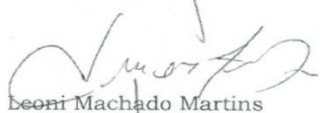
HOMOLOGAÇÃO:


Helenesio Cabral


Carlos Frizzo

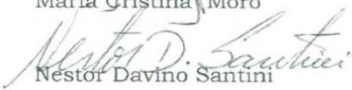

Valdir Poche Rumpel


Pedro Chaves da Rocha


Leoni Machado Martins


João Raimundo Cruz da Cruz


Maria Cristina Moro


Nestor Davino Santini



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 - Faixa Nova - Camobi - Santa Maria - RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br



INSTITUTO FEDERAL
FARROUPILHA
RS

RESOLUÇÃO - CONSELHO SUPERIOR Nº 44/2010

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Licenciatura em Matemática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Campus Júlio de Castilhos.

O Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha/RS, em reunião extraordinária realizada no dia 08 de outubro de 2010, às 9 horas, no Auditório da Reitoria, no uso de suas atribuições e considerando os termos da Ata nº 06/2010,

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR, nos termos e à forma do anexo a esta Resolução, o Projeto Pedagógico do Curso Licenciatura em Matemática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Campus Júlio de Castilhos, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 - D.O.U. de 30/12/2008, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 - D.O.U. de 24/08/2009.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Maria, 08 de outubro de 2010.

Carlos Alberto Pinto da Rosa
PRESIDENTE CONSELHO SUPERIOR

CONSELHEIROS:

Alexandre Nunes Motta de Souza

Augusto Felipe Strieder

Mariapê Rodrigues Volz

Gilceu Antonio Cippolat

José Aurélio Saldanha Silveira *NC*

Lérida Pivoto Pavanello *NC*

Luiz Antonio Rocha Barcellos

Carla Comerlato Jardim

Luciano da Costa Barzotto

João Cassiano Severantes Lacorte

Maidi Jahn Karnikowski

José Valdetar da Silva Gomes *NC*

Elvio Rosa dos Santos *NC*

Delcimar Alves Borin

Roberto Trevisan

Adriano Arriel Saquet

Cláudio Adalberto Koller *NC*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 - Faixa Nova - Camobi - Santa Maria - RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br



RESOLUÇÃO - CONSELHO SUPERIOR Nº 69/2010

Aprova a Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Campus Júlio de Castilhos.

O Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha/RS, em reunião Ordinária, realizada no dia 22 de dezembro de 2010, às 9 horas, no Auditório da Reitoria, no uso de suas atribuições e considerando os termos da Ata nº 07/2010,

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR, nos termos e à forma do anexo a esta Resolução, a Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Campus Júlio de Castilhos, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 – D.O.U. de 30/12/2008, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 – D.O.U de 24/08/2009.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Santa Maria, 22 de dezembro de 2010.

CONSELHEIROS

Alexandre Nunes Motta de Souza
Augusto Felipe Strieder
Mariane Rodrigues Vora
Gilceu Antonio Gippolat
José Antônio Saldanha Silveira
Lérica Pivoto Pavanelo
Luiz Antonio Rocha Barcellos
Carla Comerlato Jardim

Carlos Alberto Pinto da Rosa
PRESIDENTE CONSELHO SUPERIOR

Luciano da Costa Barzotto
Andressa do Couto Vieira - NC
Eva Eunice Melo Rodrigues
José Valdeir da Silva Gomes
Elvio Rosa dos Santos - NC
Delcímer Gonçalves Borin
Roberto Trevisan
Adriano Arriel Saquet
Cláudio Adalberto Koller - NC



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 - Faixa Nova - Camobi - Santa Maria - RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br



RESOLUÇÃO - AD REFERENDUM Nº 50/2011

Aprova as adequações do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Matemática (2009) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Campus Júlio de Castilhos.

O Reitor *Pro Tempore* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha/RS, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR, nos termos e à forma dos anexos a esta Resolução, as adequações do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Matemática (2009) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Campus Júlio de Castilhos.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Santa Maria, 18 de outubro de 2011.


Carlos Alberto Pinto da Rosa
REITOR
PORT. MEC 48/2009



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 - Faixa Nova - Camobi - Santa Maria - RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 50/2011

Homologada pelo Conselho Superior na Reunião Ordinária do dia 07 de novembro de 2011, Ata nº 07/2011.

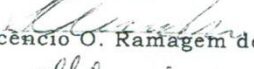

Carlos Alberto Pinto da Rosa
PRESIDENTE

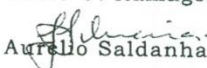
CONSELHEIROS:

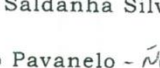

Alexandre Nunes Motta de Souza

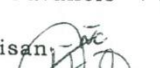

Augusto Felipe Strieder


Mariane Rodrigues Volz


Crescêncio O. Ramagem de Medeiros

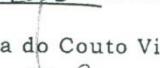

José Aurélio Saldanha Silveira

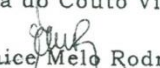

Lérica Pivoto Pavanelo - *NC*

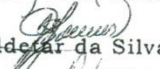

Roberto Trevisan - *NC*

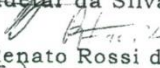

Luiz Fernando Rosa da Costa


Luciano da Costa Barzotto


Andressa do Couto Vieira - *NC*

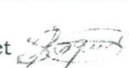

Eva Eunice Melo Rodrigues

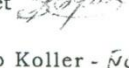

José Valdeir da Silva Gomes


Sérgio Renato Rossi de Freitas


Delcimar Gonçalves Borin


Luiz Antonio Rocha Barcellos


Adriano Arriel Saquet


Cláudio Adalberto Koller - *NC*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA

Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 - Faixa Nova - Camobi - Santa Maria - RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603

E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br



INSTITUTO FEDERAL
FARROUPILHA
REITORIA

RESOLUÇÃO - AD REFERENDUM Nº 52/2011

Aprova as adequações do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Matemática (2010) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Campus Júlio de Castilhos.

O Reitor *Pro Tempore* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha/RS, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR, nos termos e à forma dos anexos a esta Resolução, as adequações do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Matemática (2010) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Campus Júlio de Castilhos.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Santa Maria, 18 de outubro de 2011.

Carlos Alberto Pinto da Rosa

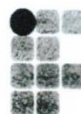
REITOR

PORT. MEC 48/2009



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA

Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 - Faixa Nova - Camobi - Santa Maria - RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br



INSTITUTO FEDERAL
FARROUPILHA
RS

RESOLUÇÃO - AD REFERENDUM Nº 16/2011

Autoriza a Pró-Reitoria de Ensino a realizar adequações dos Projetos Pedagógicos de Curso, de acordo com as Diretrizes Institucionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha/RS

O Reitor Pro Tempore do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha/RS, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - AUTORIZAR a Pró-Reitoria de Ensino, por meio de sua Assessoria Pedagógica e Diretorias de Ensino dos *Campi* do Instituto Federal farroupilha, a adequar os Projetos Pedagógicos de Curso, de acordo com as Diretrizes Institucionais do IF FARROUPILHA.

Art. 2º As adequações que serão realizadas, nos Projetos Pedagógicos de Curso, não implicarão em mudanças no perfil profissional e na matriz curricular, já aprovados pelo Conselho Superior e referem-se aos seguintes itens:

Capa - adequação às diretrizes institucionais;
Sumário - adequação às diretrizes institucionais;
Justificativa - adequação às diretrizes institucionais;
Detalhamento - adequação às diretrizes institucionais;
Requisitos de Acesso - adequação às diretrizes institucionais;
Prática Profissional Integrada - sem alteração do número de horas;
Estágio Curricular - sem alteração do número de horas;
Trabalho de Conclusão de Curso - sem alteração do número de horas;
Práticas Interdisciplinares - sem alteração do número de horas;
Atividades Complementares - sem alteração do número de horas;
Ementário - melhoria da apresentação e correções na linguagem;
Critérios e Procedimentos de Avaliação da Aprendizagem - adequação às diretrizes institucionais;
Critérios de Aproveitamento e procedimentos de Avaliação de Competências Profissionais anteriormente Desenvolvidas - adequação às diretrizes institucionais;
Instalações, Equipamentos, Recursos Tecnológicos e Biblioteca - atualização de dados;
Pessoal Docente e Técnico - atualização de dados;
Expedição de Diploma e Certificados - adequação às diretrizes institucionais.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Maria, 20 de abril de 2011.

Carlos Alberto Pinto da Rosa
REITOR PRO TEMPORE
Port. MEC 48/2009



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 - Faixa Nova - Camobi - Santa Maria - RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 046/2013

APROVAR a convalidação dos cursos criados pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves e pela Escola Agrotécnica Federal do Alegrete, que continuaram a ser ofertados pelo Instituto Federal Farroupilha, em face da Lei 11892/2008.

A Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, RS, no uso de suas atribuições legais, com a aprovação do Conselho Superior, nos termos da Ata nº 06/2013 da 1ª Reunião Especial do Conselho, realizada em 20 de junho de 2013, considerando o disposto no Artigo 9º, Inciso IV do seu Estatuto, RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR a convalidação dos cursos criados pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves e pela Escola Agrotécnica Federal do Alegrete, que continuaram a ser ofertados pelo Instituto Federal Farroupilha, em face da Lei 11892/2008, conforme discriminados a seguir:

- Curso Técnico em Informática, Concomitância Externa e Subsequente - Câmpus Alegrete

Aprovar a convalidação do Curso Técnico em Informática, Concomitância Externa e Subsequente, autorizado pela Resolução nº004/2006, de 04 de fevereiro de 2006, do Conselho Diretor da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, que continuou a ser ofertado no Câmpus Alegrete do Instituto Federal de Farroupilha, em face da Lei 11.892/2008.

1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 - Faixa Nova - Camobi - Santa Maria - RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br



- Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, na modalidade PROEJA – Câmpus Alegrete

Aprovar a convalidação do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, na modalidade PROEJA, autorizado pela Resolução nº 46/2008 do Conselho Diretor da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, que continuou a ser ofertado no Câmpus Alegrete do Instituto Federal Farroupilha, em face da Lei 11.892/2008.

- Curso Técnico em Informática, Integrado – Câmpus Alegrete

Aprovar a convalidação do Curso Técnico em Informática, Integrado, autorizado pela Resolução nº 032/2008, de 06 de novembro de 2008, do Conselho Diretor da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, que continuou a ser ofertado no Câmpus Alegrete do Instituto Federal Farroupilha, em face da Lei 11.892/2008.

- Curso Técnico em Agropecuária, Integrado – Câmpus Alegrete

Aprovar a convalidação do Curso Técnico em Agropecuária, Integrado, autorizado pela Resolução nº 005/2006, de 04 de fevereiro de 2006, do Conselho Diretor da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, que continuou a ser ofertado no Câmpus Alegrete do Instituto Federal Farroupilha, em face da Lei 11.892/2008.

- Curso Técnico em Agroindústria, modalidade PROEJA – Câmpus Alegrete

Aprovar a convalidação do Curso Técnico em Agroindústria, modalidade PROEJA, autorizado pela Resolução nº 25/2008 do Conselho Diretor da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, que continuou a ser ofertado no Instituto Federal

(Assinaturas manuscritas)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 - Faixa Nova - Camobi - Santa Maria - RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br



de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha em face da Lei 11.892/2008, no Câmpus Alegrete.

- Curso Superior de Tecnologia em Agroindústria, Integrado - Câmpus Alegrete

Aprovar a convalidação do Curso Técnico em Agropecuária, Integrado, autorizado pela Portaria nº 166 de 19 de janeiro de 2005, da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, que continuou a ser ofertado no Câmpus Alegrete do Instituto Federal Farroupilha, em face da Lei 11.892/2008.

- Curso Técnico em Agropecuária, Subsequente - Câmpus Júlio de Castilhos

Aprovar a convalidação do Curso Técnico em Agropecuária, Subsequente, aprovado pela Resolução nº 027/2008, de 18 de dezembro de 2008, do Conselho Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul e alterada pela Resolução nº 45, de 20 de junho de 2013, do Conselho Superior do IF Farroupilha, que continuou a ser ofertado no Câmpus Júlio de Castilhos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, em face da Lei 11.892/2008.

- Curso Técnico em Agropecuária, Integrado - Câmpus Júlio de Castilhos

Aprovar a convalidação do Curso Técnico em Agropecuária, Integrado, aprovado Resolução nº 027/2008, de 18 de dezembro de 2008, do Conselho Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul e alterada pela Resolução nº 45, de 20 de junho de 2013, do Conselho Superior do IF Farroupilha, que continuou a ser ofertado no Câmpus Júlio de Castilhos do Instituto Federal Farroupilha, em face da Lei 11.892/2008.

3

(Handwritten signatures and initials)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 - Faixa Nova - Camobi - Santa Maria - RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br



- Curso Técnico em Alimentos, Subsequente – Câmpus Júlio de Castilhos

Aprovar a convalidação do Curso Técnico em Alimentos, Subsequente, aprovado pela Resolução nº 037/2008, de 18 de dezembro de 2008, do Conselho Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul que continuou a ser ofertado no Câmpus Júlio de Castilhos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, em face da Lei 11.892/2008.

- Curso Técnico em Informática, modalidade PROEJA – Câmpus Júlio de Castilhos

Aprovar a convalidação do Curso Técnico em Informática, modalidade PROEJA, aprovado pela Res. nº 015/2006, de 21 de dezembro de 2006, constante na Ata nº 28 de 2006, do Conselho Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul que continuou a ser ofertado no Câmpus Júlio de Castilhos do Instituto Federal Farroupilha, em face da Lei 11.892/2008.

- Curso Técnico em Secretariado, Subsequente – Câmpus Júlio de Castilhos

Aprovar a convalidação do Curso Técnico em Secretariado, Subsequente, aprovado pela Resolução Nº 006/2006, de 29 de setembro de 2006, constante na Ata nº 25/2006, do Conselho Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul que continuou a ser ofertado no Câmpus Júlio de Castilhos do Instituto Federal Farroupilha, em face da Lei 11.892/2008.

- Curso de Licenciatura em Matemática – Câmpus Júlio de Castilhos

Aprovar a convalidação do Curso de Licenciatura em Matemática, aprovado pela Resolução 022/2008, de 14 de novembro de 2008, do Conselho Diretor do Centro Federal de Educação e Tecnologia de São Vicente do Sul, que continuou a

4



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 - Faixa Nova - Camobi - Santa Maria - RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br



ser ofertado no Câmpus Júlio de Castilhos do Instituto Federal Farroupilha, em face da Lei 11.892/2008.

- Curso Técnico em Administração, Integrado – Câmpus Santo Augusto

Aprovar a convalidação do Curso Técnico em Administração, Integrado, aprovado pela Resolução nº 001, de 20 de fevereiro de 2008, do Conselho Diretor do Centro Federal de Educação e Tecnologia de Bento Gonçalves, que continuou a ser ofertado no Câmpus Santo Augusto do Instituto Federal Farroupilha, em face da Lei 11.892/2008 e da Portaria MEC nº 4, de 6 de janeiro de 2009.

- Curso Técnico em Agropecuária Integrado – Câmpus Santo Augusto

Aprovar a convalidação do Curso Técnico em Agropecuária Integrado, aprovado pela Resolução nº 043 de 08 de outubro de 2008, do Conselho Diretor do Centro Federal de Educação e Tecnologia de Bento Gonçalves, que continuou a ser ofertado no Câmpus Santo Augusto do Instituto Federal Farroupilha, em face da Lei 11.892/2008 e da Portaria MEC nº 4, de 6 de janeiro de 2009.

- Curso Técnico em Alimentos, Integrado – Câmpus Santo Augusto

Aprovar a convalidação do Curso Técnico em Alimentos, Integrado, aprovado pela Resolução nº 044, de 08 de outubro de 2008, do Conselho Diretor do Centro Federal de Educação e Tecnologia de Bento Gonçalves, que continuou a ser ofertado no Câmpus Santo Augusto do Instituto Federal Farroupilha, em face da Lei 11.892/2008 e da Portaria MEC nº 4, de 6 de janeiro de 2009.

- Curso Técnico em Informática, Integrado – Câmpus Santo Augusto

Aprovar a convalidação do Curso Técnico em Informática, Integrado, aprovado pela Resolução nº 042, de 08 de outubro de 2008, do Conselho Diretor

5



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 - Faixa Nova - Camobi - Santa Maria - RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br



INSTITUTO FEDERAL
FARROUPILHA
Reitoria

do Centro Federal de Educação e Tecnologia de Bento Gonçalves, que continuou a ser ofertado no Câmpus Santo Augusto do Instituto Federal Farroupilha, em face da Lei 11.892/2008 e da Portaria MEC nº 4, de 6 de janeiro de 2009.

- Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio – Câmpus Santo Augusto

Aprovar a convalidação do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio, aprovado pelo *Ad Referendum* nº 026, de 24 de julho de 2008, e Resolução nº 029, de 01 de agosto de 2008, do Conselho Diretor do Centro Federal de Educação e Tecnologia de Bento Gonçalves, que continuou a ser ofertado no Câmpus Santo Augusto do Instituto Federal de Farroupilha, em face da Lei 11.892/2008 e da Portaria MEC nº 4, de 6 de janeiro de 2009.

- Curso de Licenciatura em Computação – Câmpus Santo Augusto

Aprovar a convalidação do Curso de Licenciatura em Computação, aprovado pela Resolução nº 017, de 26 de junho de 2008, do Conselho Diretor do Centro Federal de Educação e Tecnologia de Bento Gonçalves, que continuou a ser ofertado no Câmpus Santo Augusto do Instituto Federal Farroupilha, em face da Lei 11.892/2008 e da Portaria MEC nº 4, de 6 de janeiro de 2009.

- Curso Técnico de Operações Comerciais, modalidade PROEJA – Câmpus Santo Augusto

Aprovar a convalidação do Curso Técnico em Operações Comerciais, modalidade PROEJA, aprovado pela Resolução nº 001, de 20 fevereiro de 2008, do Conselho Diretor do Centro Federal de Educação e Tecnologia de Bento Gonçalves, que continuou a ser ofertado no Câmpus Santo Augusto do Instituto Federal Farroupilha, em face da Lei 11.892/2008 e da Portaria MEC nº 4, de 6 de janeiro de 2009.

6



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 - Faixa Nova - Camobi - Santa Maria - RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br



- Curso Superior de Tecnologia de Alimentos – Câmpus Santo Augusto

Aprovar a convalidação do Curso de Licenciatura em Computação, aprovado pela Resolução nº 045, de 08 de outubro de 2008, do Conselho Diretor do Centro Federal de Educação e Tecnologia de Bento Gonçalves, que continuou a ser ofertado no Câmpus Santo Augusto do Instituto Federal Farroupilha, em face da Lei 11.892/2008 e da Portaria MEC nº 4, de 6 de janeiro de 2009.

- Curso Técnico em Agricultura, Subsequente – Câmpus São Vicente do Sul

Aprovar a convalidação do Curso Técnico em Agricultura, Subsequente, aprovado pela Portaria SEMTEC nº 30, de 21 de março de 2000, Reconhecido pela Portaria nº 219, de 11 de novembro de 2003, para o Centro Federal de Educação e Tecnologia de Bento Gonçalves, que continuou a ser ofertado no Câmpus São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha, em face da Lei 11.892/2008.

Art. 2º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

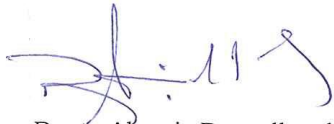
Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.


Carla Comerlato Jardim

PRESIDENTE CONSELHO SUPERIOR

CONSELHEIROS:

João Carlos de Carvalho e Silva Ribeiro


Bento Alvenir Dornelles de Lima



7



PORTARIA Nº 297 DE 09 de julho de 2013.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e considerando a Nota Técnica nº 932/2012 - DIREG/SERES/MEC, constante do Expediente MEC nº 078731.2012-11 resolve:

Art. 1º **1º Ficam reconhecidos** os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no artigo 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Art. 2º A Instituição de Educação Superior poderá, no prazo de 60 (sessenta), dias contados da presente publicação, embargar as informações referentes ao número de vagas, endereço de oferta, denominação e grau do curso.

§ 1º O embargo citado no *caput* deverá ser realizado pela Instituição no ambiente do sistema e-MEC, momento em que deverá ser apresentada justificativa que respalde a atualização cadastral solicitada.

§ 2º A Instituição poderá fazer uso da funcionalidade mencionada no *caput* para confirmar as informações referentes aos cursos reconhecidos por esta Portaria.

§3º A não manifestação da Instituição no prazo mencionado no *caput* implica a validação automática dos dados cadastrais dos cursos reconhecidos por esta Portaria.

§4º O embargo citado no *caput* tem por finalidade promover atualização dos dados do Cadastro e-MEC de Cursos e Instituições de Educação Superior, não se confundindo com recurso administrativo eventualmente interposto contra as decisões exaradas pela presente Portaria.

Art. 3º O reconhecimento dos cursos constantes do Anexo desta Portaria é válido para todos os fins de direito.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAUJO MESSIAS

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

N.º de ordem	Registro e-MEC n.º	Curso	N.º vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
17	201104127	MARKETING (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADES INTEGRADAS ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO DE PRESIDENTE PRUDENTE	ASSOCIACAO EDUCACIONAL TOLEDO	PRAÇA RAUL FURQUIM, 09, VILA FURQUIM, PRESIDENTE PRUDENTE/SP
18	201101111	BIOTECNOLOGIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO - UFERSA	BR 110 - KM 47, S/N, PRESIDENTE COSTA E SILVA, MOSSORÓ/RN
19	201202311	HISTÓRIA (Bacharelado)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI	CAMPUS UNIVERSITÁRIO MINISTRO PETRÔNIO PORTELA, S/N, SG - 07, ININGA, TERESINA/PI
20	201204260	ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	CIDADE UNIVERSITÁRIA PROF. JOSÉ MARIANO DA ROCHA FILHO, AVENIDA RORAIMA, 1000, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, CAMOBI, SANTA MARIA/RS
21	201110972	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	100 (cem)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE ITAPIRA	CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE CAMPINAS	AVENIDA RIO BRANCO, 99, CENTRO, ITAPIRA/SP
22	201204111	ENFERMAGEM (Bacharelado)	40 (quarenta)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE	RUA SARMENTO LEITE, 245, CENTRO, PORTO ALEGRE/RS
23	201206894	GESTÃO AMBIENTAL (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA EM HOTELARIA, GASTRONOMIA E TURISMO DE SÃO PAULO	SOCIEDADE EDUCACIONAL PINTO E MENEZES LTDA - ME	RUA DAS PALMEIRAS, 117, 122 E 184, SANTA CECÍLIA, SÃO PAULO/SP
24	201206204	COMPUTAÇÃO (Licenciatura)	80 (oitenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS	AVENIDA TOCANTINS, S/N, LOTEAMENTO MÃE DEDE, PORTO NACIONAL/TO
25	201200157	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	600 (seiscentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO PLANALTO DO DISTRITO FEDERAL - UNIPLAN	ASSOCIACAO OBJETIVO DE ENSINO SUPERIOR - ASSOBES	AV. PAU BRASIL, LOTE-02, ÁGUAS CLARAS, BRASÍLIA/DF
26	201006315	LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADE PITÁGORAS DE BELO HORIZONTE	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	RUA SANTA MADALENA SOFIA, 25, VILA PARIS, BELO HORIZONTE/MG
27	201204034	CIÊNCIAS SOCIAIS (Licenciatura)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	AVENIDA DA UNIVERSIDADE, 2801/2802, BENFICA, FORTALEZA/CE
28	201205929	MARKETING (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE PITÁGORAS DE LONDRINA	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	RUA EDWY TAQUES DE ARAÚJO, 1.100, GLEBA PALHANO, LONDRINA/PR
29	201117375	MATEMÁTICA (Licenciatura)	35 (trinta e cinco)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA	SÃO JOÃO DO BARRO PRETO, S/N, ESTRADA DE ACESSO SECUNDÁRIO PARA TUPANCIRETÁ, ZONA RURAL, JÚLIO DE CASTILHOS/RS
30	201203976	LETRAS - PORTUGUÊS E ESPANHOL (Licenciatura)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ÍTALO-BRASILEIRO	INSTITUICAO EDUCACIONAL PROFESSOR PASQUALE CASCINO	AVENIDA JOÃO DIAS, 2046, SANTO AMARO, SÃO PAULO/SP



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA

RESOLUÇÃO CONSUP Nº 161 /2014, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Aprova o ajuste curricular do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Matemática, do Câmpus Júlio de Castilhos, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista as disposições contidas no Artigo 9º do Estatuto do IF Farroupilha, com a aprovação do Conselho Superior, nos termos da Ata nº 006/2014, da 4ª Reunião Ordinária do Conselho, realizada em 28 de novembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR, nos termos e à forma das informações constantes nesta Resolução, o ajuste curricular do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Matemática, do Câmpus Júlio de Castilhos, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, o qual passa a ter as seguintes características, conforme o Projeto Pedagógico do Curso aprovado:

Denominação do Curso: Licenciatura em Matemática

Grau: Licenciatura

Modalidade: Presencial

Área de conhecimento (conforme tabela da CAPES): Ciências Exatas e da Terra

Ato de Criação do curso: Autorizado pela Resolução nº 022, de 14 de novembro de 2008, do Conselho Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, Aprovada a Convalidação da oferta para o Instituto Federal Farroupilha pela Resolução nº 046, do Conselho Superior, de 20 de junho de 2013.

Quantidade de Vagas: 35

Turno de oferta: Noturno

Regime Letivo: Semestral

Regime de Matrícula: por componente curricular

Carga horária total do curso: 3376 horas

Carga horária de estágio: 400 horas

Carga Horária de PeCC (Prática enquanto Componente Curricular): 400 horas

Carga horária de ACC: 200 horas

Tempo de duração do Curso: 8 semestres (4 anos)

Tempo máximo para Integralização Curricular: 14 semestres (7 anos)

Periodicidade de oferta: Anual

Local de Funcionamento: Câmpus Júlio de Castilhos - RS 527 - Estrada de Acesso Secundário a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA

Tupanciretã - Distrito de São João do Barro Preto - CEP 98130-000 - Júlio de Castilhos - Rio Grande do Sul/RS.

Matriz Curricular

	Componentes Curriculares	C.H.	PeCC	Estágio	Pré-requisito
1º semestre	História da Educação Brasileira	36			
	Filosofia da Educação	36			
	Fundamentos de Matemática Elementar I	108			
	Matemática Básica	72			
	Tecnologias da Informação e da Comunicação	36			
	Leitura e Produção Textual	36			
	PeCC - Prática de Ensino de Matemática I		50		
		324	50		

	Componentes Curriculares	C.H.	PeCC	Estágio	Pré-requisito
2º semestre	Sociologia da Educação	36			
	Psicologia da Educação	72			
	Fundamentos de Matemática Elementar II	108			
	Geometria Analítica	72			
	Metodologia Científica	36			
	PeCC - Prática de Ensino de Matemática II		50		
		324	50		

	Componentes Curriculares	C.H.	PeCC	Estágio	Pré-requisito
3º semestre	Políticas, Gestão e Organização da Educação	72			
	Álgebra Linear I	36			
	Geometria Plana	72			
	Matemática Discreta	72			
	Cálculo Diferencial e Integral I	72			Fundamentos de Matemática Elementar I
	PeCC - Prática de Ensino de Matemática III		50		
		324	50		

	Componentes Curriculares	C.H.	PeCC	Estágio	Pré-requisito
4º semestre	Didática, Currículo e Organização do trabalho pedagógico	72			
	Metodologias do Ensino de Matemática I	36			
	Estatística Básica	72			
	Cálculo Diferencial e Integral II	72			Cálculo Diferencial e Integral I



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA

Geometria Espacial	72			
PeCC - Prática de Ensino de Matemática IV		50		
	324	50		

Componentes Curriculares	C.H.	PeCC	Estágio	Pré-requisito
Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos	72			
Metodologias do Ensino de Matemática II	72			
Fundamentos de Álgebra	72			
Cálculo Diferencial e Integral III	72			Cálculo Diferencial e Integral II
Estágio Curricular Supervisionado I			60	Metodologias do Ensino de Matemática I, Didática, Currículo e Organização do trabalho pedagógico, Matemática Básica e Geometria Plana
PeCC - Prática de Ensino de Matemática V		50		
	288	50	60	

Componentes Curriculares	C.H.	PeCC	Estágio	Pré-requisito
Diversidade e Educação Inclusiva	72			
Libras I	36			
Álgebra Linear II	72			Álgebra Linear I
Cálculo Diferencial e Integral IV	72			Cálculo Diferencial e Integral III
Estágio Curricular Supervisionado II			140	Metodologias do Ensino de Matemática II Estágio Curricular Supervisionado I
PeCC - Prática de Ensino de Matemática VI		50		
	252	50	140	

Componentes Curriculares	C.H.	PeCC	Estágio	Pré-requisito
Eletiva Pedagógica	36			
Equações Diferenciais Ordinárias	72			Cálculo Diferencial e Integral IV
História e Filosofia da Matemática	72			
Cálculo Numérico	72			Álgebra Linear II e Cálculo Diferencial e Integral IV
Matemática Financeira I	36			
Estágio Curricular Supervisionado III				Metodologias do Ensino de Matemática I e II, Didática, Currículo e Organização do trabalho pedagógico, Fundamentos de Matemática



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA

			60	Elementar I e II, Geometria Espacial, Geometria Analítica, Matemática Discreta, Estatística Básica e Álgebra Linear I
PeCC - Prática de Ensino de Matemática VII		50		
	288	50	60	

Componentes Curriculares		C.H.	PeCC	Estágio	Pré-requisito
8º semestre	Saberes Docentes e Formação Continuada	72			
	Fundamentos de Análise Matemática	72			
	Tópicos de física elementar	72			
	Eletiva Específica	36			
	Estágio Curricular Supervisionado IV			140	Estágio Curricular III
	PeCC - Prática de Ensino de Matemática VIII		50		
		252	50	140	

Atividades Acadêmico-científico-culturais	200
---	-----

Componentes do Currículo	C.H.
Conteúdos Curriculares de Natureza Científico Cultural	2376
Prática enquanto Componente Curricular	400
Estágio Curricular Supervisionado	400
Atividades Acadêmico-científico-culturais	200
Carga Horária Total do Curso	3376
Legenda	
Disciplinas de Formação Específica	
Disciplinas de Formação Pedagógica	
Disciplinas de Formação Básica	
Prática enquanto Componente Curricular	
Estágio Curricular Supervisionado	

Art. 2º - O Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Matemática, do Câmpus Júlio de Castilhos, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, aprovado por esta Resolução, será oficialmente publicado pela Pró-Reitoria de Ensino no site institucional.



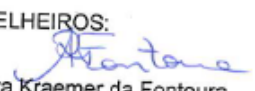
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Maria, 28 de novembro de 2014.


Carla Comerlato Jardim
PRESIDENTE CONSELHO SUPERIOR

CONSELHEIROS:


Ana Rita Kraemer da Fontoura


Bruno Godoi Zucuni


Cesar Augusto Bittencourt de Medeiros

Darci Roberto Schneid


Delcimar Borim

Gabriel Adolfo Garcia


Jaubert de Castro Menchik


Joselito Trevisan

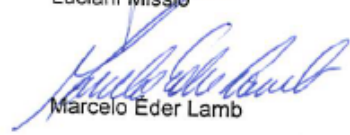

Jovani Patias


Liana dos Santos Gomes

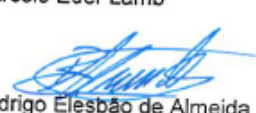

Liege Camargo da Costa


Luciani Missio


Maidi Jähn Karnikowski


Marcelo Eder Lamb

Rodrigo de Siqueira Martins


Rodrigo Elesbão de Almeida


Tainan Massotti de Lima



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA**

Campus Júlio de Castilhos

RS 527 – Estrada de Acesso Secundário a Tupanciretã –
Distrito de São João do Barro Preto
CEP 98130-000 - Júlio de Castilhos - Rio Grande do Sul/RS
Fone/FAX: (55) 32719500

E-Mail: coordmatematica.jc@iffarroupilha.edu.br



**REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR
SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO DO CURSO SUPERIOR DE
LICENCIATURA EM MATEMÁTICA**

Júlio de Castilhos – 2018.

CAPÍTULO I DA NATUREZA E DAS FINALIDADES

Art. 01 - O Estágio Curricular é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam cursando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, conforme estabelece o art. 1º da Lei nº 11.788/08.

Art. 02 - Este regulamento visa normatizar a organização, realização, supervisão e avaliação do Estágio Curricular Supervisionado previsto para o Curso Superior de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal Farroupilha, *Campus* Júlio de Castilhos, considerando as Resoluções CNE/CP nº 02/2015, CONSUP nº 13/2014 e nº 10/2016.

Art. 03 - A realização do estágio curricular supervisionado tem como objetivos:

- I – Situar o aluno-estagiário na sua função de docente, preparando-o para quando efetivamente assumir a posição em sala de aula;
- II – Permitir ao aluno estagiário o conhecimento do funcionamento do ambiente escolar, seja do ponto de vista administrativo (funcionamento da secretaria, da biblioteca, do sistema de compra de materiais e suprimentos) ou do ponto de vista pedagógico (salas de aula e turmas de alunos, reuniões de pais e de professores, atividades docentes, projeto pedagógico escolar, rotinas e hábitos relacionados ao trabalho docente).
- III – Facilitar o ingresso do aluno-estagiário como professor, através dos incisos acima citados;
- IV – Possibilitar a criação de projetos educacionais voltados para o ensino;
- V – Proporcionar ao aluno-estagiário um contato inicial com turmas de Ensino Fundamental e Médio;
- VI - Promover a integração da instituição com a comunidade.

CAPÍTULO II DAS INSTITUIÇÕES CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 04 – O Estágio Curricular Supervisionado deve ser realizado em quatro etapas:

- I – As duas primeiras etapas voltadas exclusivamente para o Ensino Fundamental.
- II – As duas últimas etapas voltadas exclusivamente para o Ensino Médio.

§ 1º - A viabilização do estágio será de responsabilidade da Diretoria/Coordenação de Extensão e da Coordenação do Curso Superior de Licenciatura em Matemática.

§ 2º – Os estagiários devem realizar contato com as instituições de ensino, mediante apresentação do formulário de Apresentação do Estagiário, constante no anexo I deste documento, o qual deve ser fornecido pelo Professor Supervisor.

§ 3º – Para iniciar o estágio Curricular Supervisionado o aluno-estagiário deve apresentar ao

Professor Supervisor a ficha de confirmação de Estágio Curricular Obrigatório e o Plano de estágio, constantes nos anexos II e III deste regulamento.

Art. 05 – Ao término das atividades do Estágio Curricular Obrigatório o aluno-estagiário deve entregar ao Professor Supervisor a declaração de conclusão do estágio, emitida pela Instituição campo de estágio, conforme modelo do anexo V.

Art. 06 – Durante a realização dos Estágios Curriculares Supervisionados a instituição campo de estágio designará um supervisor que irá acompanhar as atividades realizadas pelo estagiário a fim de orientar e supervisionar a execução do estágio.

§ 1º – Nos estágios II e IV esse supervisor será, preferencialmente, o professor da turma na qual será realizado o efetivo exercício da docência.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO, CARGA HORÁRIA E PERÍODO DE REALIZAÇÃO

Art. 07 – O Estágio Curricular Supervisionado é acompanhado por um Professor Supervisor de Estágios, regente da disciplina, e por um Professor Orientador para cada aluno, em função da área de atuação no estágio e das condições de disponibilidade de carga horária dos professores.

Art. 08 – O Estágio Curricular Supervisionado acontecerá a partir do quinto semestre do Curso Superior de Licenciatura em Matemática, cuja matriz curricular possui quatro etapas, a saber: Estágio Curricular Supervisionado I; Estágio Curricular Supervisionado II; Estágio Curricular Supervisionado III; Estágio Curricular Supervisionado IV.

I – A primeira etapa (Estágio Curricular Supervisionado I), oferecido no quinto semestre do curso, tem como finalidade a observação, pelo aluno-estagiário, do ambiente e da organização escolar, bem como o estudo dos conhecimentos voltados para o ensino de Matemática no ensino fundamental-séries finais.

II – A segunda etapa (Estágio Curricular Supervisionado II), oferecido no sexto semestre do curso, tem como finalidade o exercício efetivo da docência do aluno-estagiário em sala de aula, atuando em turmas do ensino fundamental-séries finais, na disciplina de Matemática.

III – A terceira etapa (Estágio Curricular Supervisionado III), oferecido no sétimo semestre do curso, tem como finalidade a observação, pelo aluno-estagiário, do ambiente e da organização escolar, bem como o estudo dos conhecimentos voltados para o ensino de Matemática no Ensino Médio.

IV – A quarta e última etapa (Estágio Curricular Supervisionado IV), oferecido no oitavo semestre do curso, tem como finalidade o exercício efetivo da docência do aluno-estagiário em sala de aula na disciplina de Matemática, atuando em turmas de Ensino Médio.

Parágrafo Único: É vedada a realização do Estágio Curricular Supervisionado antes do período previsto por este regulamento, devendo ser obedecida a ordem de oferecimento das etapas

citadas conforme o decorrer do curso.

Art. 09 – A carga horária total do Estágio Curricular Supervisionado é de 400 horas, as quais serão assim divididas:

I – 60 (Sessenta) horas para o Estágio Curricular Supervisionado I;

§ 1º Das 60 (sessenta) horas mencionadas, 36 (trinta e seis) horas serão designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo Professor Supervisor e pelo Professor Orientador, e 24 (vinte e quatro) horas serão designadas para o reconhecimento do ambiente escolar e da prática pedagógica no Ensino Fundamental, junto às instituições campo de estágio.

§ 2º Das 24 (vinte e quatro) horas designadas ao reconhecimento do ambiente escolar, 20 (vinte) horas deverão ser de efetivo reconhecimento do espaço escolar escolhido pelo aluno-estagiário (10 horas de observação e análise do trabalho docente em sala de aula, preferencialmente em duas turmas de mesmo ano a fim de analisar as metodologias de ensino utilizadas e 10 horas de observação, registro e caracterização do cotidiano escolar da escola) e 4 (quatro) horas devem ser designadas para a elaboração do artigo do estágio I.

§ 3º Das 36 (trinta e seis) horas designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo Professor Supervisor e pelo Professor Orientador, 17 (dezesete) horas serão desenvolvidas com o acompanhamento do Professor Supervisor; 10 (dez) horas com o acompanhamento do Professor Orientador; 5 (cinco) horas de pesquisa e/ou preparação de material e; 4 (quatro) horas para apresentação e discussão do artigo de estágio.

II – 140 (cento e quarenta) horas para Estágio Curricular Supervisionado II;

§ 1º Das 140 (cento e quarenta) horas mencionadas, 72 (setenta e dois) horas serão designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo Professor Supervisor e pelo Professor Orientador, e 68 (sessenta e oito) horas serão designadas para efetivo trabalho discente junto às escolas e para a elaboração do relatório do estágio II.

§ 2º Das 68 (sessenta e oito) horas designadas ao trabalho discente no ambiente escolar, 40 (quarenta) horas deverão ser de efetivo trabalho discente na escola escolhida pelo aluno-estagiário (sendo 5 horas de observação, 10 horas de monitoria e 25 horas de regência) e, 28 (vinte e oito) horas devem ser designadas para a elaboração do relatório do estágio II.

§ 3º Das 72 (setenta e dois) horas designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo Professor Supervisor e pelo Professor Orientador, 20 (vinte) horas serão desenvolvidas com o acompanhamento do professor supervisor; 20 (vinte) horas com o acompanhamento do professor orientador; 20 (vinte) horas de pesquisa e/ou preparação de material e; 12 (doze) horas para apresentação e discussão dos relatórios de estágio.

III – 60 (sessenta) horas para Estágio Curricular Supervisionado III;

§ 1º Das 60 (sessenta) horas mencionadas, 36 (trinta e seis) horas serão designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo Professor Supervisor e pelo Professor Orientador, e 24 (vinte e quatro) horas serão designadas para o reconhecimento do ambiente escolar no Ensino Médio, junto às escolas campo do estágio.

§ 2º Das 24 (vinte e quatro) horas designadas ao reconhecimento do ambiente escolar, 20 (vinte) horas deverão ser de efetivo reconhecimento do espaço escolar escolhido pelo aluno-estagiário (10 horas de observação e análise do trabalho docente em sala de aula, preferencialmente em duas turmas de mesmo ano a fim de analisar as metodologias de ensino utilizadas e 10 horas de observação, registro e caracterização do cotidiano escolar da escola) e 4 (quatro) horas devem ser designadas para a elaboração do artigo do estágio III.

§ 3º Das 36 (trinta e seis) horas designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo Professor Supervisor e pelo Professor Orientador, 17 (dezesete) horas serão desenvolvidas com o acompanhamento do Professor Supervisor; 10 (dez) horas com o acompanhamento do Professor Orientador; 5 (cinco) horas de pesquisa e/ou preparação de material e; 4 (quatro) horas para apresentação do artigo de estágio.

IV – 140 (Cento e Quarenta) horas para Estágio Curricular Supervisionado IV.

§ 1º Das 140 (cento e quarenta) horas mencionadas, 72 (setenta e duas) horas serão designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo Professor Supervisor e pelo Professor Orientador, e 68 (sessenta e oito) horas serão designadas para desenvolver o trabalho discente no Ensino Médio e para a elaboração do relatório final de estágio IV.

§ 2º Das 68 (sessenta e oito) horas designadas ao trabalho discente no ambiente escolar, 40 (quarenta) horas deverão ser de efetivo trabalho discente na escola escolhida pelo aluno-estagiário (sendo 5 horas de observação, 10 horas de monitoria e 25 horas de regência) e, 28 (vinte e oito) horas devem ser designadas para a elaboração do relatório de estágio IV.

§ 3º Das 72 (setenta e dois) horas designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo Professor Supervisor e pelo Professor Orientador, 20 (vinte) horas serão desenvolvidas com o acompanhamento do Professor Supervisor; 20 (vinte) horas com o acompanhamento do Professor Orientador; 20 (vinte) horas de pesquisa e/ou preparação de material e; 12 (doze) horas para apresentação e discussão dos relatórios de estágio.

Art. 10 – A presença do aluno-estagiário na instituição campo de estágio, será acompanhada pelo supervisor designado por ela, que se responsabilizará pelo acompanhamento e assinatura da ficha de registro de frequência em estágio curricular supervisionado, constante no anexo IV. Essa

ficha deve ser entregue ao final do estágio, juntamente com demais documentos, ao Professor Supervisor, regente da disciplina de Estágio.

§ 1º Nos estágios I e III o supervisor na instituição de ensino, será o profissional responsável pelo setor visitado pelo estagiário. Nos estágios II e IV o supervisor será o professor regente da turma, campo de estágio.

Art. 11 – No final de cada etapa, o aluno deverá apresentar o artigo nos estágios I e III e o relatório no II e IV, de forma escrita e oral. A entrega do artigo e do relatório de estágio será feita ao professor supervisor do estágio em data estipulada com a anuência dos orientadores e acadêmicos.

Parágrafo Único: A apresentação do artigo e do relatório de estágio será feita na forma de seminário e será avaliada por uma banca de três professores, formada pelo Professor Supervisor (responsável pela disciplina de Estágio), Professor Orientador (responsável pela orientação do aluno no decorrer do Estágio) e um professor convidado cuja escolha fica a critério do aluno-estagiário e do Professor Orientador.

Art. 12 – São pré-requisitos para realização de Estágio Curricular Supervisionado as seguintes disciplinas:

I – Para o Estágio Curricular Supervisionado I, as disciplinas de:

- Metodologias do Ensino de Matemática I;
- Didática; Currículo e Organização do Trabalho Pedagógico;
- Matemática Básica;
- Geometria Plana.

II – Para o Estágio Curricular Supervisionado II, as disciplina de:

- Metodologias do Ensino de Matemática II;
- Estágio Curricular Supervisionado I.

III – Para o Estágio Curricular Supervisionado III, as disciplina de:

- Metodologias do Ensino de Matemática I;
- Metodologias do Ensino de Matemática II;
- Didática;
- Currículo e Organização do Trabalho Pedagógico;
- Fundamentos de Matemática Elementar I;
- Fundamentos de Matemática Elementar II;
- Geometria Espacial;
- Geometria Analítica;
- Matemática Discreta;
- Estatística Básica;
- Álgebra Linear I.

IV – Para o Estágio Curricular Supervisionado IV, as disciplinas de:

- Estágio Curricular Supervisionado III.

Art. 13 – A possibilidade de quebra de pré-requisito é vetada para qualquer etapa do Estágio Curricular Supervisionado.

Art. 14 – Em atendimento à Resolução CNE/CP nº02/2015, não há nenhuma possibilidade de aproveitamento e/ou redução de carga horária de Estágio Curricular Supervisionado neste curso de formação inicial de professores.

CAPÍTULO IV DAS ATIVIDADES A SEREM DESEMPENHADAS PELO ESTUDANTE-ESTAGIÁRIO

Art. 15– O aluno-estagiário irá desempenhar diferentes atividades ao longo do seu Estágio Curricular Supervisionado dividido conforme as etapas previstas no Art. 8 deste texto, e com objetivos definidos nos incisos e parágrafos enaltecidos no mesmo artigo.

Art. 16– O aluno-estagiário é responsável por contatar um Professor Orientador e apresentar um plano de estágio antes de efetivamente começar suas atividades junto à escola.

Art. 17– O aluno-estagiário deve ter 75% (setenta por cento) de frequência em cada etapa, sendo obrigatoriamente 100% (cem por cento) no que se refere ao reconhecimento do ambiente escolar e ao trabalho efetivo como docente em sala de aula.

CAPÍTULO V DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 18- Compete aos estudantes no que se refere ao Estágio Curricular Supervisionado:

I – Receber no máximo 40 (quarenta) horas de apoio pedagógico do Professor Supervisor responsável pelas disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado descritas no Art. 9.

II – Exercer a docência, em sala de aula, por 40 (quarenta) horas na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado II e no máximo 40 (quarenta) horas na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado IV.

III – Organizar o material didático - pedagógico a ser utilizado no exercício da docência durante as disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado II e de Estágio Curricular Supervisionado IV.

IV – Apresentar relatórios semanais de suas atividades ao Professor Orientador do estágio.

V – Apresentar o nome do Professor Orientador e o plano de estágio a ser desenvolvido em cada estágio, para o Professor Supervisor, no início de cada etapa descrita no Art. 8 deste documento, com no máximo duas semanas pós o início das aulas conforme calendário institucional.

§ 1º O Professor Orientador preferencialmente deve que ser o mesmo para as etapas I e II e para as etapas III e IV, podendo ser alterado da etapa II para a etapa III.

VI – Entregar ao Professor Supervisor e à Coordenação de Extensão, através do setor de estágios, a ficha de confirmação de estágio curricular obrigatório e o plano de atividades do estágio curricular obrigatório.

VII – Entregar ao término do estágio, ao Professor Supervisor, a ficha de registro de frequência em estágio curricular supervisionado e a declaração de conclusão de estágio, preenchidas e assinadas pelos responsáveis da instituição campo de estágio.

VIII – Respeitar as regras de comportamento estabelecidas pelo local de ensino onde estará realizando seu Estágio Curricular, preservando a integridade e a ética com os colegas tanto em sala de aula quanto nas dependências escolares.

§ 1º Durante as observações em sala de aula, o aluno só poderá interferir no andamento da aula quando for convocado pelo professor regente de classe.

IX – Ao final de cada etapa, imprimir e entregar exatamente o número de cópias do relatório ou artigo de estágio para a banca examinadora.

X – Desenvolver todas as atividades previstas no Art. 9, junto de seus incisos e parágrafos.

Art. 19- São atribuições do Professor Orientador:

I – Ajudar seu aluno-estagiário a planejar e organizar o plano de estágio.

II – Encaminhar o plano de estágio ao Professor Supervisor de cada etapa.

§ 1º Cada plano de estágio deverá conter o que o aluno irá desenvolver durante a etapa que está cursando. Nele, serão dadas as atribuições como: observação da turma; observação da escola; preparação de listas de exercícios; atendimento especial para alunos com deficiência e/ou dificuldades.

§ 2º O plano de estágio é único e exclusivo para cada aluno, não podendo haver cópias idênticas dentro de uma mesma turma.

III – Realizar e registrar reuniões semanais com o aluno-estagiário.

IV – Pelo menos uma vez a cada semestre (uma vez para cada etapa) participar das atividades que o aluno-estagiário realiza na escola.

V – Ser o presidente da banca de avaliação do Estágio Curricular em cada etapa dos seus alunos orientandos.

Art. 20- São atribuições do Coordenador do Curso em relação ao Estágio Curricular Supervisionado:

I – Contatar e divulgar aos alunos-estagiários as escolas campo para realização do Estágio Curricular Supervisionado.

II – Encaminhar os alunos-estagiários para as escolas campo nas quais pretendem realizar os Estágios Curriculares Supervisionados.

III – Auxiliar o Professor Supervisor de estágio na solução de eventuais problemas que venham a acontecer com o aluno-estagiário durante a realização do seu Estágio Curricular Supervisionado, buscando soluções para os mesmos e, relatando-os para a Direção de Ensino, caso seja necessário.

Art. 21- São atribuições do Professor Supervisor em relação ao Estágio Curricular Supervisionado:

I – Apresentar a etapa de Estágio para o aluno-estagiário, desenvolvendo o plano de ensino por ele admitido.

II – Divulgar em sala de aula o regulamento dos Estágios Supervisionados.

III – Receber o plano de estágio do aluno-estagiário.

IV – Desenvolver, em sala de aula, conteúdos que propiciem ao aluno-estagiário suporte para a construção de seu Estágio Curricular, através de textos, discussões em grupos, vídeos de apoio, entre outros.

V – Verificar mensalmente o controle e a assiduidade do aluno-estagiário e dos relatórios por ele apresentado ao seu Professor Orientador.

VI – Fazer o registro no caderno de chamada da assiduidade de cada aluno-estagiário.

VII – Ser responsável por eventuais problemas que por ventura possam acontecer com o aluno-estagiário durante a realização do seu Estágio Curricular Supervisionado, buscando soluções para os mesmos e, relatando-os para a Coordenação do curso, caso seja necessário.

VIII – Organizar as bancas e enviar os relatórios de estágio para todos os membros da banca de avaliação do Estágio Curricular.

IX – Participar como membro da banca examinadora do relatório de estágio ao final de cada etapa.

Art. 22 – Os orientadores de estágio devem ser graduados em Licenciatura em Matemática e ter, preferencialmente, a formação de Mestre em área relativa ou afim ao curso.

CAPÍTULO VI DO NÚMERO DE ESTAGIÁRIOS POR ORIENTADOR

Art. 23 – Cada orientador poderá ter no máximo 5 (cinco) alunos-estagiários orientados.

Parágrafo Único - Caso haja um número de alunos superior ao número previsto no caput deste artigo, a divisão será equitativa entre os docentes.

Art. 24 – O orientador será escolhido pelo aluno-estagiário.

Art. 25– Cabe ao orientador escolhido a decisão de orientar ou não o aluno-estagiário, respeitando o número máximo previsto no Art. 23 deste texto.

CAPÍTULO VII DO ARTIGO OU RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Art. 26- O Artigo ou Relatório do Estágio Curricular Supervisionado é o documento que sistematiza as atividades desenvolvidas durante cada etapa de estágio.

§ 1º - O artigo ou relatório que trata o caput deste artigo deve ser organizado observando o Roteiro para elaboração do relatório de estágio constante do anexo VI deste regulamento e as orientações do Professor Supervisor do estágio.

§ 2º – Ao final de cada uma das quatro etapas ou estágios do curso o aluno-estagiário deverá entregar o artigo ou relatório de estágio ao Professor Supervisor, no prazo estabelecido por este, o qual deverá registrar o recebimento na presença do estudante.

CAPÍTULO VIII DO PROCESSO AVALIATIVO

Art. 27– A avaliação do Estágio Curricular Supervisionado ocorrerá de forma somativa, organizada a partir de três critérios principais:

I – Avaliação das atividades realizadas pelo aluno-estagiário, feita pelo Professor Supervisor, através de instrumentos utilizados pelo professor em sala de aula. Esta avaliação constitui 30% (trinta por cento) da nota final do aluno.

§ 1º – A avaliação descrita acima, no Estágio Curricular Supervisionado II e no Estágio Curricular

Supervisionado IV, será feita pelo Professor Supervisor regente da disciplina de estágio e pelo Professor Supervisor da escola campo de estágio.

II – Avaliação do artigo ou relatório produzido e da apresentação realizada ao final do estágio. Esta nota será dada pela banca examinadora e constitui 40% (quarenta por cento) da nota final do aluno.

III – Avaliação qualitativa, definida por critérios estabelecidos pelo Professor Supervisor e pelo Professor Orientador. Esta nota constitui 30% (trinta por cento) da nota final do aluno, sendo distribuídas 15% (quinze por cento) para o Professor Supervisor e 15% (quinze por cento) para o Professor Orientador.

§ 1º A apresentação do artigo ou relatório de estágio será feita em data previamente divulgada pelo professor regente da disciplina de estágio, preferencialmente no final de cada semestre e divulgada em local público de acesso a todos os alunos-estagiários.

§ 2º O aluno que não cumprir a frequência prevista no Art. 17 não poderá apresentar o artigo ou relatório de estágio perante banca examinadora, sendo automaticamente considerado reprovado na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28 – É de exclusiva responsabilidade do aluno-estagiário cumprir as atividades assinaladas no caput deste documento, bem como ser aprovado nas disciplinas pré-requisito de cada etapa do Estágio Curricular Supervisionado.

Art. 29 – A matrícula em Estágio Curricular Supervisionado implica no reconhecimento e na aceitação por parte do aluno-estagiário das obrigações previstas neste regulamento.

Art. 30 – É compromisso do professor regente da disciplina de estágio, fazer cumprir as normas e datas estabelecidas para a organização do Estágio Curricular Supervisionado em todas as etapas.

Art. 31 – Toda a documentação referente ao Estágio Curricular Supervisionado deverá ser mantida em posse do professor regente da disciplina de estágio, durante a realização do mesmo e a seguir encaminhar ao Setor de Estágios do *Campus*.

Art. 32– Os casos omissos serão analisados pelo Colegiado do Curso Licenciatura em Matemática desta Instituição.

Júlio de Castilhos / RS, 10 de março de 2018.



ANEXOS

ANEXO I

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE ESTAGIÁRIO (para anexar nos arquivos do estagiário)

Júlio de Castilhos, ____ de _____ de _____.

À Direção da Escola _____

Assunto: Solicitação de vaga para a realização de Estágio Curricular Supervisionado

Solicitamos a Vossa Senhoria a possibilidade de vaga para realização do Estágio Curricular Supervisionado _____ para o(s) acadêmico(s)

_____ do _____ semestre do Curso de Licenciatura em Matemática, do Instituto Federal Farroupilha – Campus Júlio de Castilhos. O(s) referido(s) estagiário(s) deverão cumprir _____ horas de estágio na disciplina de matemática do Ensino _____ e _____ horas de conhecimento da Instituição (estudos dos documentos institucionais, participação em reuniões pedagógicas e conselhos de classe, e eventos em gerais).

Certos de contar com Vossa colaboração, agradecemos a atenção e aguardamos confirmação.

Atenciosamente,

Professor Regente da Disciplina do Estágio

ANEXO II

FICHA DE CONFIRMAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Estagiário: _____

DADOS DA ESCOLA

Nome: _____

Representante Legal: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Município: _____ UF: _____ CEP: _____ - _____

Telefone: (____) _____ E-mail: _____

Início de estágio: ____/____/____ Previsão de término: ____/____/____

O estágio deverá ser realizado em _____ turma(s) (distintas), sendo _____ horas de _____ (em cada uma das turmas).

Turma de Estágio I: _____

Professor Regente: _____

Telefone: (____) _____ E-mail: _____

Dias da semana e horário das aulas: _____

Turma de Estágio II: _____

Professor Regente: _____

Telefone: (____) _____ E-mail: _____

Dias da semana e horário das aulas: _____

Carimbo e assinatura da Escola Concedente

ANEXO III

FICHA DE REGISTRO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO

Nome: _____

Curso: _____

Semestre: _____ Ano: _____

Professor(a) Orientador(a) de Estágio: _____

Estágio realizado (quando tiver mais de uma etapa): _____

REGISTRO DE ATIVIDADE DE ESTÁGIO			
DATA	ATIVIDADE DESENVOLVIDA	CARGA HORÁRIA	ASSINATURA

_____/_____/_____

Assinatura do Estagiário

Assinatura do Professor(a)

Supervisor(a) da parte concedente

ANEXO IV

PLANO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTÁGIO

Nome: _____
 CPF: _____ RG: _____
 Endereço: _____
 E-mail: _____ Telefone: (__) _____ Cel.: (__) _____
 Curso: _____
 Professor Orientador: _____
 E-mail: _____ Telefone: (__) _____

2. IDENTIFICAÇÃO DA PARTE CONCEDENTE

Nome: _____
 Endereço: _____
 Telefones: (__) _____
 Professor Regente (1): _____
 Email: _____ Telefone: (__) _____
 Professor Regente (2): _____
 Email: _____ Telefone: (__) _____

3. PREVISÃO DE ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

3.1 Atividades de que participará:

3.2 Cronograma:

Data	Atividade	Assinatura

3.3 Observações:

4. PERÍODO DE ESTÁGIO

Início: ____ / ____ / ____ Previsão Término: ____ / ____ / ____

Acadêmico – Estagiário

Professor Supervisor – Parte Concedente

Professor Orientador – IF Farroupilha – JC

Professor Supervisor – IF Farroupilha – JC

Coordenador de Estágios/Extensão – IF Farroupilha – JC

ANEXO V

(Papel Timbrado expedido pela Instituição responsável pelo Estágio)

DECLARAÇÃO DE CONCLUSÃO DE ESTÁGIO

Declaro para fins de comprovação de Estágio Curricular Supervisionado, que o (a) aluno(a) _____, regularmente matriculado(a) no Curso Superior de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal Farroupilha Campus Júlio de Castilhos, cumpriu _____ horas de Estágio em Matemática, no período de _____ a _____, neste estabelecimento de ensino.

Júlio de Castilhos, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Diretor da Instituição (com carimbo)

ANEXO VI**ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO**

Quanto aos aspectos de formatação o Relatório deve conter:

Capa com os dados da instituição que oferta o curso
Nome do curso
Título do Estágio e semestre do curso que pertence o estágio
Nome do Estagiário
Nome do Orientador de Estágio
Cidade, mês e ano

Sumário

Formatação do texto utilizando fonte Arial ou Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5. Consultar a ABNT quanto à formatação das citações, referências, tabelas, quadros, entre outros. Começar a numeração a partir da primeira folha da introdução, considerando as páginas anteriores para a contagem.

Quanto aos componentes do relatório:

Introdução:

Apresenta o conteúdo do relatório, os objetivos e a forma como foi desenvolvido o estágio e devendo identificar o local/ano/turma em que foi realizado o estágio. Orienta-se que o relatório de estágio seja escrito na primeira pessoa do singular.

Desenvolvimento:

Relatar o que foi planejado para o estágio e por que, e como se deu o desenvolvimento deste planejamento feito. Refletir sobre o desenvolvimento das atividades de estágio e fundamentar teoricamente.

Pode-se contextualizar, para identificar o local de realização de estágio, apresentando sucintamente: o histórico da instituição, as características dessa instituição, a localização, os níveis de ensino e as modalidades ofertadas, o número de alunos, as turmas e os profissionais envolvidos, a organização didática e pedagógica da escola, o sistema de avaliação da escola, dentre outros. Quando se tratar de instituição de ensino trazer informações sobre o PPC e demais regulamentos da escola.

O desenvolvimento poderá apresentar subtítulos a fim de melhor apresentar as atividades desenvolvidas.

Conclusão:

Apresentar as contribuições da realização do estágio para sua formação, os desafios encontrados e as estratégias para a superação e as expectativas e propostas para os demais estágios ou futuro profissional.

Referências:

Listas as referências utilizadas na escrita do relatório.